



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

**A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E BARRAGENS:
O mascaramento dos impactos sociais e ambientais**

CLARA MIRANDA SANTOS

**Porto Velho - RO
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
MEIO AMBIENTE**

A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E BARRAGENS:

O mascaramento dos impactos sociais e ambientais

CLARA MIRANDA SANTOS

Orientador: Prof. Dr. Artur de Souza Moret

Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Diagnóstico Ambiental, linha de pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

**Porto Velho - RO
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

CLARA MIRANDA SANTOS

A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E BARRAGENS:

O mascaramento dos impactos sociais e ambientais

Comissão Examinadora

Documento assinado eletronicamente por **ARTUR DE SOUZA MORET, Membro da Comissão**, em 16/12/2022, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6o, § 1o, do [Decreto no 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Monise Vieira Busquets, Usuário Externo**, em 16/12/2022, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6o, § 1o, do [Decreto no 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Evandro Mateus Moretto, Usuário Externo**, em 16/12/2022, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6o, § 1o, do [Decreto no 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **MARIA MADALENA DE AGUIAR CAVALCANTE, Docente**, em 16/12/2022, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6o, § 1o, do [Decreto no 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Clara Miranda Santos, Usuário Externo**, em 17/12/2022, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6o, § 1o, do [Decreto no 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **CELIO BERMANN, Usuário Externo**, em 21/12/2022, às 21:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6o, § 1o, do [Decreto no 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Porto Velho, 16 de dezembro de 2022.

Resultado: Aprovada

Para Zezito Miranda (em memória), que vive em mim.

Para Malu, você que nasceu de mim e faz parte de mim.

Para todos os povos da floresta que continuam re(x)istindo.

CARTA DE APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Cara leitora e caro leitor, antes de analisar o discurso que se propõe nesta tese, preciso fazer meu discurso de agradecimento e finalização do mais alto grau de titulação da Universidade. Somente continue a leitura desta carta se tiver interesse em saber o que ocorre nos bastidores durante a realização de uma pesquisa. Não se trata de arrogância, mas sim de reconhecimento, porque antes de mim e junto comigo outras pessoas fizeram parte desta caminhada, e a elas cabem também este título. O discurso, que pode ser expresso também por meio da palavra, é cheio de força. A palavra tem força e é por meio dela que a ciência é capaz de informar e transformar, é por meio dela que sentimentos podem ser verbalizados, é por meio dela que seres humanos se diferenciam dos outros seres. Por meio da palavra também é possível incentivar, como no meu caso que desde criança ouvia meu avô me chamar de doutora Clara. Foi essa palavra que reverberou em minha vida. Aquele sertanejo, de pouco estudo formal, mas um leitor assíduo, que me trouxe até aqui! Era difícil não o ver com um livro: ou era na mão lendo, ou era no bolso da camisa. As duas filhas mais velhas, Jussara e Jurema, dos onze filhos que ele teve, também foram referências de leitoras para mim, além dos livros, elas me faziam perceber que as mulheres podiam fazer tudo que quisessem: trabalhar, viajar, estudar, conhecer as pessoas e o mundo. Pois, então! Foi assim que esta menina, agora a pesquisadora que conversa com vocês, nascida no interior do Nordeste se atreveu a começar esta tese.

Cheguei longe, a primeira da família Miranda e da família Santos a conquistar um doutorado. Como já disse, não cheguei aqui sozinha, tem dezenas de pessoas que conquistaram este título comigo; meus pais, Carla e Valdeck, que apesar de poucos estudos tinham certeza de que a educação seria meu melhor caminho, e lembro com clareza e gratidão o esforço que fizeram para me proporcionarem o melhor. Mãe e pai, obrigada por terem construído uma base forte para mim. Minha irmã Gabriela, obrigada por compartilhar comigo as alegrias, mas sobretudo as dificuldades que só uma irmã suportaria viver com a outra. Minha vó, obrigada pelas orações e pelas mensagens curtas e valiosas “Fica com Deus, minha filha”.

Agradeço aos professores excepcionais que ficaram marcados na memória como exemplo de nobreza na arte de exercer uma profissão, Luís Alberto, Juliano Cedaro, Iracema Tada, Neusa Tezzari e Artur Moret.

Sou grata pelos grandes amigos e pessoas especiais, alguns que passaram e guardo na lembrança com carinho, outros que permaneceram comigo até hoje nessa caminhada, meus

amigos do Centro Educacional Ministro Spínola - CEMS com vocês iniciei essa jornada da escolha profissional, e me orgulho de depois de tantos anos conseguirmos manter nosso elo de carinho, amor e torcida uns pelos outros, obrigada.

Agradeço as minhas companheiras, e companheiros, de formação e de caminhada pela psicologia, tenho muito orgulho da nossa trajetória. Vânia, obrigada por compartilhar comigo sua maior riqueza, a sua família, por compartilhar momentos únicos da vida acadêmica, você foi a primeira pessoa que encontrei no primeiro dia da graduação e, agora, finalizamos o doutorado juntas, parece que a vida nos deu mais um presente, a primeira que encontrei e a última a “sair” de mãos dadas comigo da Universidade. Cibelle e Marquinhos, a generosidade de vocês transborda amor, obrigada por nos acolher sempre, mesmo com a rotina tão corrida, ainda cabe um espaço para nós e para mais uma menininha que escolheu vocês como tia e tio. Landa, você sempre disposta a ajudar não importa a situação e a hora, agradeço-lhe muito.

Agradeço as famílias Linhares e Matuda que sempre me acolheram e me acalantam quando preciso. Dona Chaguinha e Sr. Franco, as palavras se tornam pouco úteis quando tento agradecer a vocês porque o sentimento não cabe nas palavras, obrigada por estabelecerem meu elo com o divino. A todas e todos esses minha eterna gratidão. Esta é uma conquista nossa!

Mas aqui, eu quero dedicar também este trabalho, a todas as pessoas que um dia desejaram se dedicar aos estudos; quero dedicar a todas as pessoas que nem tiveram a oportunidade de desejar porque suas vidas foram tolhidas em meio a tanta desigualdade social em que vivemos; e dedico, especialmente, a todas as mulheres que, na batalha do dia a dia, com todas as suas labutas e agruras, tentam romper com um sistema onde precisamos nos esforçar além de nossos limites para chegar aonde queremos estar.

A academia é um território com predominância masculina e é importante que as mulheres continuem fincando suas mãos, pés e histórias para que nossos espaços sejam mantidos e nossas redes se fortaleçam. Fui graduada em Psicologia, fui mestra em Psicologia, e agora o doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente-PGDRA, oferecidos pela Universidade Federal de Rondônia. Agradeço ao PGDRA e saúdo aqueles que foram meus professores e a Dona Isabel, uma grande parceira e cheia de prestimosidade que nos ajudava sempre a resolver as questões burocráticas do departamento.

Agradeço também aos colegas de turma que tornaram a jornada menos difícil e solitária. Rafael, obrigada, irmão, pelo exemplo de cada dia tentar ser, para além de profissional, um ser humano melhor. Maria Antônia, minha companheira de deslocamentos e conversas até

a UNIR, sua força se faz no dia a dia. Rosalina, sua disposição e energia sempre motivada em ajudar me faz querer ser melhor como profissional e como pessoa. Foi uma longa caminhada, e cheia de orgulho, numa instituição pública, gratuita e que luta para manter a qualidade.

Vocês poderiam perguntar: “O que faz uma psicóloga num doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente?” Eu busquei caminhos para que minha formação pudesse dialogar com essa área, pois, onde tem gente tem psicologia. Segundo Martin-Baró, um grande estudioso da psicologia na América Latina, é preciso compreender e intervir na sociedade através da perspectiva do povo e das organizações que os representam, então cabe e deve se estabelecer essa interdisciplinaridade. O projeto aprovado na seleção do PGDRA era diferente do objetivo desta tese, voltado a trabalhar com pessoas em situação de rua, era um tema que já tinha contato, tinha pares com quem conversar sobre e aprofundar os estudos na temática. Mas, a vida pede novas aventuras e quer que a gente viva, lá fui eu!

Numa disciplina ministrada por meu orientador, professor Artur Moret, ele me propõe fazer um artigo sobre as matérias do jornal comunitário divulgado para os deslocados pela Usina Hidrelétrica de Jirau. Resisti um pouco, mas depois percebi que seria interessante abrir o olhar para novas leituras, compreender melhor as implicações dos sistemas capitalistas nas comunidades que se consideram parte da natureza ou se consideram fundidos com a natureza. A jornalista Eliane Brum, em seu livro *Banzeiro Ôkôtô: uma viagem à Amazônia centro do mundo*, afirma num dos primeiros capítulos que a Amazônia é mulher, cujo corpo numa sociedade do patriarcado pode fazer dele o que quiser e, por isso, estabelece-se uma lógica de exploração tão violenta. Assim, fui descobrindo que esta pesquisa fazia sentido para mim como mulher, como pesquisadora, como mãe e como psicóloga. Se defendendo uma psicologia latino-americana que se desvincule de um processo exógeno, eurocêntrico, preciso imergir em leituras que elucidem a minha realidade pessoal e profissional, e permitir que os registros feitos do lugar que me encontro sirvam como parte do processo de compreensão das singularidades e complexidades que existem na Amazônia constituída por seus povos e a suas relações com a natureza. É preciso exercer uma Psicologia decolonial em que reconheça sua função política numa sociedade que precisa romper com as estruturas e manutenção do poder hegemônico. É preciso lutar pela e com a coletividade, pela justiça social e pela defesa dos direitos humanos. Esta tese não traz referenciais da psicologia, mas poderá servir de ferramentas para compreensão dos processos que envolvem as comunidades tradicionais e os deslocamentos compulsórios promovidos em nome do progresso.

Além das travessias que já foram ditas, acredito ser necessário falar para as pessoas que se interessam pelo processo da pesquisa científica. Este corpo que escreve este trabalho

foi atravessado por situações intensas, não é possível ver, mas há trechos em que o texto foi escrito com lágrimas, e os teclados podem provar. Este corpo necessitou viver o que a vida propôs, sentindo as minhas dores e, daquelas e daqueles que ouvi e li, para realizar este trabalho. Vivenciamos uma pandemia, e o que fazer com a menininha Malu prestes a completar 3 anos em casa, confinada e cheia de energia? Viu a mãe ler, passar horas na frente do computador, participou de reuniões e aulas. As aulas, participou só das minhas, porque a aula remota para ela não funcionou. Agora aos 5 anos, Malu já sabe fazer “projetos e experiências”, aprendeu com a mãe pesquisadora e o pai professor.

Vivenciamos uma pandemia, exaustiva e dolorosa para boa parte do mundo, perdemos pessoas queridas, outras pessoas nossas ficaram gravemente doentes, e se recuperaram, e além disto, em janeiro de 2022 fomos surpreendidos com um difícil diagnóstico, Malu estava com uma lesão cerebral e precisou de intervenção cirúrgica. Para a tese. A vida precisava de atenção por inteiro, sem desvios, total concentração. Noites em claro, noite na UTI, descubro o quão forte é essa menininha nascida de mim, que faz parte de mim, descubro a força desconhecida do amor. Pegamos um fôlego. Mais um banzeiro¹ vem, lesão retorna. Não tem como parar. É preciso atravessar o banzeiro. A vida continua a pedir atenção dizendo que é mais importante do que qualquer outra coisa nesse momento. Mas a vida já não estava me dizendo isso desde a pandemia? Houve reflexão maior do que o sentido da vida durante a pandemia? Mas por que a vida continuava a me pedir atenção? Não sei. Meu grande esteio durante esse processo era a frase de Guimarães Rosa ecoando em mim: “... a vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

Agora, enquanto finalizo esta tese, para vocês, leitoras e leitores, pego-me com o pensamento e a tela divididos entre a escrita e o último resultado do exame de Malu, a lesão foi embora! Indescritível o sentimento de alívio que toma conta de mim, de nós. Eu e Filipe, o pai de Malu, superamos o maior medo de nossas vidas, e a você, meu companheiro de jornada, agradeço os momentos em que foi meu ombro forte, acolhedor e incentivador. Eu sei o quanto Malu será uma menina forte porque parte desta força vem do que você representa para ela. Compartilho este recorte de minha vida durante o doutoramento, e peço licença a Malu por tê-la exposto aqui, pois é preciso falar sobre todos os atravessamentos que são acometidos ao corpo que escreve. O tempo de escrever e o tempo de viver nem sempre caminham em sintonia, mas continuamos a caminhar... e só foi possível seguir porque durante a caminhada o

¹ Regionalismo da Amazônia: Agitação das águas dos rios, movimento causado pela força dos ventos. Água dos rios com forte movimento.

desespero não me fez deixar de enxergar a beleza das pessoas que estiveram ao meu redor, acolhendo-nos. Consegui terminar esta tese, posto que, mesmo com todos os contratemplos, eu tive um orientador sensível à minha situação. A primeira vez que vivenciei sua humanidade foi quando agendávamos a participação num congresso e avisei da impossibilidade de ir, pois não teria quem cuidar de Malu, e ele me respondeu: “Isso não é problema! Leve ela!”. Descobri que era orientada por um samurai, que, na tradução japonesa, significa aquele que serve com lealdade e empenho. Nesses quatro anos de convívio, aprendi muito com ele sobre viver para servir, e servir pensando em proporcionar condições melhores de vida para as maiorias tratadas como minorias reduzidas à invisibilidade ou ao descaso; aprendi sobre tratar o outro com empatia e a criar relações horizontais. Eu aprendi com ele sobre nobreza. Aprendi com ele como atravessar banheiros... Ainda há muitos para atravessar, e vamos aperfeiçoando nossa travessia. Muito obrigada, professor (e amigo) Artur!

Quero deixar registrada a minha satisfação em ter realizado parte de meus estudos na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica-Procad/Capes, e agradecer ao professor Carlos Brandão pela receptividade e pelas elucidadoras aulas ministradas. Lembro também dos colegas que me receberam nas disciplinas que cursei, nossa jornada foi breve, mas voltei cheia de entusiasmo com a energia de vocês.

Agradeço a Angélica e ao Ilson, os avós paternos de Malu, que nos acolheram durante a nossa estadia no Rio de Janeiro, representou uma maravilhosa oportunidade para Malu criar lindas memórias com vocês enquanto eu estudava. Agradeço também ao Henrique Cândido por me conduzir literalmente até a UFRJ, por dispor de seu tempo para me orientar sobre as “manhas” cariocas e de deslocamento urbano de Campo Grande – entrava em táxi por aplicativo, depois metrô, depois o BRT, depois o azulzinho da UFRJ, - e por fim (ufa!) chegava à Ilha do Fundão, UFRJ. Obrigada por terem segurado a minha mão.

Para finalizar, e não menos importante, agradeço a banca de qualificação e a banca de tese que se dispuseram a contribuir com a melhoria desta pesquisa, e aos ribeirinhos por terem dispostos de muitos documentos, compartilharam parte de suas histórias e lutas pelo coletivo para que esta pesquisa pudesse ganhar mais força.

Agradeço ao Instituto Federal de Rondônia, instituição na qual sou servidora pública e pude usufruir de meu direito por meio da política institucional de afastamento para cursar o doutorado. Muito obrigada!

Leitoras e leitores, agradeço (a)os tiveram interesse na sinopse da saga desta pesquisadora, e espero que esta tese seja compreendida por todas e todos, e que contribua de alguma forma para a nossa sociedade.

Desejo boa leitura!

Arrancados da natureza, arrancados de si mesmos, separados dos vizinhos, rompidos os laços comunitários, os beiradeiros se descobriam perdidos de tudo e de si (BRUM, 2021, p. 114).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o discurso construído por meio do Boletim Informativo, subsidiado pela empresa responsável pela Usina Hidrelétrica Jirau no Município de Porto Velho para os deslocados de Mutum Paraná reassentados em Nova Mutum Paraná, a fim de compreender como foram apresentados os impactos sociais e ambientais a comunidade afetada. Este estudo é de cunho qualitativo, de natureza procedimental descritiva documental e para alcançar o objetivo foram levantados os dados dos Boletim Informativo da UHE Jirau desde a primeira edição de 2010 até a última edição de 2019. Os referidos dados foram analisados à luz da Análise de Discurso em conjunto com outros documentos referentes à construção da Usina, tais como: Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, documentos judiciais, atas de reunião com a comunidade e arquivos dos jornais da imprensa local. Além disso, pesquisadores reconhecidos nas investigações desta temática foram entrevistados com o intuito de clarificar a leitura da análise dos dados. Os resultados apontaram que o discurso emitido pela empresa se baseou em empregar artifícios retóricos, de negação, de não informação, sobretudo, de minimização dos impactos sociais e ambientais em todas as fases da implantação da UHE Jirau, desde os estudos para a elaboração do EIA/RIMA, as audiências Públicas, até a execução da obra e a operação da UHE, constituindo-se no mascaramento dos impactos sociais e ambientais. Foi observado que a construção da narrativa baseada no mascaramento é uma das ferramentas basilares para viabilização da construção da UHE Jirau porque todas as fases tramitaram fora das leis que regem a implantação de UHE. Os resultados das análises dos dados desta pesquisa confirmaram a hipótese de que o discurso construído nos Boletins Informativos para os deslocados de Nova Mutum Paraná serviram para mascarar e justificar os impactos impostos à comunidade e ao meio ambiente, bem como formar a imagem de uma empresa responsável e altruísta.

Palavras-chave: Impactos sociais. Impactos ambientais. Discursos de grandes empreendimentos. Territorialidades. Barragens.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the discourse constructed through the Newsletter, subsidized by the company responsible for the Jirau Hydroelectric Power Plant in the Municipality of Porto Velho for the displaced from Mutum Paraná resettled in Nova Mutum Paraná, in order to understand how the social and environmental impacts on the affected community. This study is of a qualitative nature, of a procedural descriptive documental nature and to achieve the objective, data from the Informative Bulletin of HPP Jirau from the first edition of 2010 to the last edition of 2019 were collected. Discourse Analysis together with other documents referring to the construction of the Plant, such as: Environmental Impact Study, Environmental Impact Report, court documents, minutes of meetings with the community and archives of local press newspapers. In addition, recognized researchers in the investigations of this theme were interviewed in order to clarify the reading of the data analysis. The results showed that the discourse issued by the company was based on employing rhetorical devices, denial, non-information, above all, the minimization of social and environmental impacts in all phases of the implementation of the HPP Jirau, from the studies to the elaboration of the Environmental Impact Study, Environmental Impact Report, the Public hearings, until the execution of the work and the operation of the HPP, constituting in the masking of the social and environmental impacts. It was observed that the construction of the narrative based on masking is one of the basic tools for making the construction of the HPP Jirau feasible because all phases were processed outside the laws that govern the implementation of the HPP. The results of the analyzes of the data in this research confirmed the hypothesis that the discourse constructed in the Newsletters for displaced people from Nova Mutum Paraná served to mask and justify the impacts imposed on the community and the environment, as well as forming the image of a responsible and altruistic company.

Keywords: Social impacts. Environmental impacts. Speeches of great undertakings. Territorialities. Dams.

LISTA DE SIGLAS

ABAI - Associação Brasileira de Avaliação de Impacto

AD - Análise de Discurso

AGU - Advocacia Geral da União

AIA - Avaliação de Impacto Ambiental

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CGU - Controladoria Geral da União

CMB - Comissão Mundial de Barragens

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONSEMA - Conselheiro Titular do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

COOPPROJIRAU – Cooperativa dos produtores rurais de Jirau

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

ESBR - Consórcio Energia Sustentável do Brasil

Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAT - Fundo de Amparo do Trabalhador

Funai – Fundação Nacional do Índio

Funcultural – Fundação Cultural de Porto Velho

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

LT - Linhas de Transmissão

MEC – Ministério da Educação

Oscip – Organização da sociedade civil de interesse público

PAC - Programa de Aceleração de Crescimento

PBA - Projeto Básico Ambiental

PCS - Programa de Comunicação Social

PIS – Programa de Integração Social

Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PNAB - Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Udama - Unidade Demonstrativa de Aprendizado de Manejo Ambiental

UHE – Usina Hidrelétrica

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unesp – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	17
2.	DESASTRES TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA: IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS CAUSADOS POR GRANDES BARRAGENS	22
2.1	A estruturação dos discursos dos grandes empreendimentos	22
2.2	Território e desterritorializações	27
2.3	Desastres territoriais na Amazônia	32
3.	CAMINHO METODOLÓGICO	44
3.1	Caracterização da pesquisa	44
3.2	Descrição da área do estudo	45
3.3	Revisão bibliográfica	46
3.4	Coleta de dados	47
3.5	Análise qualitativa dos dados	50
4.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	55
4.1	Análise dos dados do boletim informativo	55
4.2	Apresentação do Boletim Informativo	61
4.3	Análise das Categorias temáticas	65
4.3.1	Saúde, condições sanitárias e segurança	66
4.3.2	Bem-estar e estética	71
4.3.3	Biota, qualidade dos recursos ambientais	80
4.3.4	Atividades econômicas	85
4.3.5	Território	89
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	CONCLUSÕES	106
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE A Dados Boletim Informativo de Jirau	114
	APÊNDICE B Análise Geral das Edições	145
	APÊNDICE C Dados Atas e Lista de Presença	146
	APÊNDICE D Documentos Analisados	157
	APÊNDICE E Roteiro de Entrevista Semiestruturada	162
	APÊNDICE F Entrevistas	163
	ANEXO	185

1 INTRODUÇÃO

As instalações de Usinas Hidrelétricas no Brasil se constituem não só na deterioração de toda população original que vive no entorno dos rios, bem como de todo sistema ambiental. As mudanças no modo de vida são marcantes, produzindo transformações socioambientais irreversíveis. É crescente o número de conflitos surgido no Brasil, e, de maneira mais contundente, na Amazônia, pois a construção de barragens tem produzido impactos irreversíveis à população com traços afetivos e culturais relacionados ao rio, além disso, este território não tem seu potencial hídrico totalmente explorado.

Ao citar o termo “impacto” estará expressa, nesta tese, a definição utilizada para entrevista desta tese do professor Célio Bermann, o qual defende que se “abandone o termo impacto e substitua por perdas, prejuízos, danos, desastres, expulsões, expropriações, desaparecimentos, privações, ruínas, desgraças e destruições. É nesse sentido, que me parece importante que a terminologia ‘impacto’ possa ser apreendida.” O especialista indica que a afetação na natureza e nos habitantes dos locais a serem modificados para a construção de uma UHE é de gravidade mais significativa do que a palavra impacto pode significar. Por isso, entre a qualificação e a defesa desta tese, optou-se pela inclusão no subtítulo da pesquisa, de *O mascaramento dos impactos* para *O mascaramento dos impactos sociais e ambientais*.

A utilização da palavra mascaramento nos pareceu conveniente neste trabalho porque pode ser constatado que há uma intenção em forjar uma realidade no sentido de transformar a realidade vivida pela comunidade em notícias que minimizavam, dissimulavam ou distorciam os fatos ocorridos, provocando um rompimento entre a desastrosa realidade vivida e a utópica realidade noticiada pelo Boletim Informativo.

As consequências desastrosas tem sido notórias de maneira que o *modus operandi* das empresas sobre os territórios extrapola os limites dos espaços comunitários ao expulsar centenas de famílias para outros lugares, ampliando a segregação nas cidades, criando pobres urbanos “sem lugar” (ROLNIK, 2015). Por isso, neste trabalho as pessoas reassentadas serão nomeadas de deslocadas compulsoriamente, no intuito de retificar serem pessoas retiradas de seus territórios contra a vontade, deslocadas para um lugar onde possivelmente não se reencontrem mais como antes de serem expulsos de suas moradias perto do rio. Os processos de apropriação dos territórios têm acontecido de forma a violar direitos, ampliando as extensões dos impactos socioambientais e a maximização dos lucros para empresas, as quais elaboram

um discurso de desenvolvimento para a região e para o país, que é outorgado pelo Estado e por parte da justiça.

Na Comissão Mundial de Barragens defendeu-se que a construção de grandes usinas fragmenta e modifica os rios, e os impactos socioambientais são irreversíveis (CMB, 2000). Na contramão destes fatos, observam-se lacunas, ou melhor descrevendo, observam-se cortinas de fumaças constituídas por discursos que se apropriam dos campos legislativos, políticos e sociais para mascarar a intenção real e a consequência dos grandes projetos – ditos de – desenvolvimento. Diante do espaço vazio, causado pelo afrouxamento das legislações ambientais, e das lacunas referentes ao que deve ser específico para que a comunidade seja informada sobre os desdobramentos de um grande empreendimento, edificam-se discursos que dificultam perceber o futuro desastroso.

A questão central desta pesquisa é analisar como foram construídos os discursos divulgados por meio do *Boletim Informativo de Jirau* para a comunidade dos deslocados em Nova Mutum Paraná, atingidos pela Usina hidrelétrica de Jirau. Este Boletim consistiu num veículo de informação durante nove anos tendo sido utilizado pela empresa como um canal de divulgação, entretanto, foi, sobretudo, um repositório de informações filtradas para chegar a um objetivo.

Para este estudo, realizou-se um levantamento de dados no portal de periódicos da Capes/MEC e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Em ambos foram inseridas as palavras-chave Discurso Hidrelétricas. Na busca foram consideradas as pesquisas publicadas entre 2000 e 2019, tendo sido observada a escassez de estudos relativos aos processos de comunicação entre as empresas de construção de grandes usinas, a comunidade e a mídia, bem como instrumentalização e operação dos discursos dos grandes empreendimentos para a comunidade alvo. Ademais, na busca por outros boletins e jornais impressos produzidos em outros empreendimentos hidrelétricos para a comunidade dos deslocados compulsoriamente, foi observado que esse modelo de comunicação midiática - um Boletim Informativo produzido com finalidade exclusiva para a comunidade, como no caso da Usina de Jirau deste estudo - é inusitado. Geralmente, o Programa de Comunicação Social dos empreendimentos (PCS) divulga suas ações por meio de rádio, jornais impressos da região e mídias digitais.

Assim, esta tese justifica-se pela necessidade de produzir subsídios para compreender o discurso elaborado em nome do desenvolvimento e da expansão de grandes projetos de infraestrutura, mesmo que sejam causadores de tantos impactos socioambientais negativos como já sabido (ARAÚJO; MORET, 2016; BARAÚNA, 2014; MORET, 2018; NOVOA GARZON, 2019; VAINER, 2008). Além disto, esta pesquisa tem o propósito de reunir elementos

que não costumam ser mensurados ou mencionados, pois o discurso é mascarado e financiado tanto pelo capital nacional quanto pelo capital estrangeiro, e, neste sentido, é válido perceber e dissecar o que há por trás desse discurso.

No que concerne o ponto de vista social, convém fixar e fortalecer as discussões sobre o modo como os discursos das empreiteiras dos grandes projetos chegam às comunidades e se apropriam do espaço comum desse coletivo, que faz uso do território como meio de subsistência e existência, causando processos brutais de exclusão, e, em grande parte dos casos, outorgados pelo Estado.

Oportuno lembrar sempre que a Amazônia tem menos de dez por cento do potencial hídrico explorado, e a intenção dos grandes empreendimentos é a apropriação máxima dos recursos, portanto, torna-se imprescindível discutir com mais lucidez a respeito dos discursos empregados para sociedade na tentativa de apresentar com nitidez o que há por trás das ações e palavras empregadas para desvelar ou desmascarar o implícito. Numa pesquisa global da Comissão Mundial de Barragens (2000) foi realizado um levantamento de 17 áreas temáticas sobre questões sociais, ambientais e econômicas em 125 barragens, na qual foram observados os riscos e os equívocos dos planejamentos das construções: os processos não são transparentes, as avaliações encontram-se restritas a parâmetros técnicos de análises econômicas, há limitação e retardamento da participação das pessoas afetadas, avaliação de monitoramento insuficiente, e apesar dessas e outras inconformidades, depois que o projeto é proposto ao governo, aos órgãos externos de financiamento e aos políticos, costuma prevalecer a viabilidade técnica.

No que tange aos modos de apresentação dos projetos, o pesquisador Alain Deneault (2018) mostra como são aplicadas as técnicas de consultoria em comunidades que receberão um grande empreendimento. A corporação contrata uma firma para consultar os moradores do povoado, por exemplo, que, por sua vez, elabora um questionário (quantitativo) a ser apresentado aos formadores de opinião como sindicalistas, médicos, professores e representantes municipais. Geralmente, a pesquisa quantitativa não tem por objetivo escutar as pessoas, os dados são analisados por um robô, transformados em gráficos e as soluções são relatadas como necessidades apresentadas pelos participantes.

Há um algoritmo que dirá: aparentemente a saúde é importante, vamos dar-lhes recursos para um ambulatório; ou então, a estrada é importante e vamos dar-lhes recursos para uma estrada. Mas tudo é pensado pelo *software*. E é também uma forma de se obter informação para o dia em que a população resistir. (DENEULT, 2018, p. 20).

As políticas empresariais comprometem a capacidade da sociedade de debater e decidir sobre a implantação de grandes projetos na comunidade, as corporações buscam mapear os níveis de organização e mobilização das comunidades e criam mecanismos para antecipar e observar conflitos, antevendo as ações que neutralizarão as lutas sociais (ACSERALD, 2018). Outras pesquisas têm discutido sobre os diferentes modos de práticas discursivas para legitimação da interferência humana no meio ambiente para a construção de grandes barragens de geração de energia elétrica. No estudo realizado por Karpinski (2011), foi analisada como a relação entre o discurso e a representação do Rio Iguaçu no Paraná estabeleceu relações culturais, políticas, socioeconômicas, que legitimaram as ações incisivas para a apropriação do rio pelos empreendimentos, com discursos que deslindaram para a exploração das riquezas locais.

Na pesquisa desenvolvida por Sales (2015), o desdobramento gira em torno das relações discursivas emergentes em editoriais de um jornal local e a política partidária que produzem enunciados referentes à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Na investigação de Locatelli (2011), o foco em questão é sobre o poder da comunicação, de diversas organizações, na construção de projetos de desenvolvimento com grande impacto socioambiental nas comunidades. Nascimento (2011) examinou como são desenvolvidas as ações entre os agentes e as instituições como os processos de licenciamento da hidrelétrica.

Além destes autores, Martin (2012), Costa e colaboradores (2017), Santos e Mello (2014), Lima et al. (2017) apresentam as práticas e os modos discursivos dos empreendimentos, no entanto, em meio às investigações na literatura foi percebida a ausência da operacionalidade dos discursos, no sentido de como as narrativas são estrategicamente elaboradas para uma retórica responsável e altruísta como instrumental para mascararem todo o processo. Assim, o problema desta pesquisa foi tecido a partir de conformações presentes na bibliografia e as inconformidades apresentadas por diversos relatórios técnicos de que a viabilidade técnica das construções dos grandes empreendimentos é questionável e, por isso, produz problemas, como destacado por Bermann na entrevista para esta tese: “perdas, prejuízos, danos, desastres, expulsões, expropriações, desaparecimentos, privações, ruínas desgraças e destruições.” Quais e como são produzidos os discursos que neutralizam e invisibilizam aspectos tão elementares de alto impacto na vida das pessoas? Novas formas de vivências sentidas pela comunidade do entorno da região que será irremediavelmente transformada, rupturas nas vidas de pessoas que jamais se viram longe de sua relação com a terra, com o rio, com a comunidade ribeirinha são transformadas em questões estabelecidas por interesses nacionais e privados.

O questionamento deste estudo procedeu da tentativa de compreender a produção de discursos dos empreendimentos dos grandes projetos de desenvolvimento, a operacionalidade

e mascaramentos para comunidade que sofre a interferência com a instalação da barragem, terminologia também utilizada na literatura para as usinas hidrelétricas. Assim, este estudo parte da hipótese de que o discurso construído pela empresa responsável pela Usina Hidrelétrica de Jirau reside num artifício retórico que serve para mascarar e justificar os impactos sofridos pela comunidade e pelo meio ambiente, bem como e criar a imagem de uma empresa responsável e altruísta. Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é analisar o discurso construído pela empresa responsável pela Usina Hidrelétrica Jirau no Município de Porto Velho - RO a fim de compreender como é realizado o mascaramento dos impactos socioambientais para a comunidade local.

Com a finalidade de atingir o objetivo, foram catalogados os dados dos Boletins Informativos da Usina Hidrelétrica de Jirau desde a primeira edição de 2010 até a última edição de 2019 e, por essa razão, recorre-se à abordagem qualitativa, aos procedimentos da pesquisa documental descritiva e à Análise do Discurso. Conforme mencionado, os outros documentos referentes à construção da Usina englobam o Estudo de Impacto Ambiental, o Relatório de Impacto Ambiental, os documentos judiciais, as atas de reunião com a comunidade, os arquivos dos jornais da imprensa local. Além disto, pesquisadores reconhecidos nas investigações desta temática foram entrevistados com o intuito de clarificar a análise dos dados.

Este trabalho foi composto por quatro capítulos. No primeiro capítulo articulam-se os referenciais teóricos considerados pertinentes sobre a estruturação dos discursos dos grandes empreendimentos e a forma como acontece nos territórios disputados. Em seguida, aborda-se não só o conceito de territorialização e as implicações das construções das grandes usinas hidrelétricas na Região Amazônica brasileira, bem como os estudos sobre os impactos socioambientais relatados nas pesquisas publicadas. O segundo capítulo é referente ao percurso metodológico desta pesquisa. No capítulo três se encontram a discussão e as análises dos dados coletados. Por fim, no quarto e último capítulo são apresentadas as considerações finais desta tese. Nos apêndices é possível acessar a lista de todo material do Boletim Informativo catalogado para esta pesquisa e a lista de outros documentos que serviram de base para os estudos.

2 DESASTRES TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA: IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS CAUSADOS POR GRANDES BARRAGENS

Este capítulo inicia com a discussão sobre os modos de estruturação dos discursos dos grandes empreendimentos e a forma como se aplica aos territórios em disputa. Na sequência serão tratados não apenas o conceito de territorialização (HAESBAERT, 2005; 2003) e as implicações das construções das grandes usinas hidrelétricas na Região Amazônica brasileira, como também os estudos sobre os impactos socioambientais relatados nas pesquisas publicadas.

2.1 A estruturação dos discursos dos grandes empreendimentos

Um dos instrumentos de intervenção nas comunidades a serem afetadas por grandes projetos é a comunicação orientada para produzir sentidos ou induzir efeitos que atendam as necessidades da organização gestora do empreendimento. A escolha da palavra intervenção se faz de modo consciente por se tratar de um procedimento de via unilateral, da organização para a comunidade. O contrário não ocorre, não da maneira como se concebe um diálogo em que ambas as partes exponham os seus argumentos a fim de chegarem a um entendimento, quando se trata por exemplo de uma negociação (ACSERALD; MELLO, 2009; ACSERALD, 2018). A forma de comunicação elaborada pelos grandes empreendimentos para o público do entorno das obras é erguida em fortes alicerces de prevenção a qualquer tipo de interferência que possa comprometer a continuidade da execução do projeto. Tais alicerces são estratégias desenvolvidas pelas empresas buscando antecipar os possíveis riscos apresentados pelas comunidades (ACSERALD, 2018).

De acordo com Locatelli (2011, p. 93), uma comunicação estratégica organizacional pode ter características propensas a estimular a participação ou a inibição do debate público e “imputar ao interesse público interesses que de fato são seus”, portanto, as organizações manifestam suas intenções por meio das estratégias de comunicação que podem induzir o debate a favor do interesse público, visto que, no imaginário, o público é mais importante do que o privado. Assim, a ação privada apresenta ar solidário e abnegado de que faz não por interesse econômico e sim pelo desenvolvimento do país.

O termo desenvolvimento é carregado de sentidos e significâncias, porque está entranhado nas pessoas que desenvolvimento gera emprego e renda, recursos e minora a pobreza. Nesta tese será tomado por desenvolvimento o conceito defendido por Sachs (2008) que implica processos e mudanças estruturais e ações afirmativas includentes. O desenvolvimento

requer reparar desigualdades abissais, oferece oportunidade de melhores condições de vida àqueles que precisam e a valorizar a força do trabalho e dos recursos naturais.

[...] o desenvolvimento é um conceito multidimensional: os objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica) [...] o crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento [...] (SACHS, 2008, p. 71).

O mau desenvolvimento é consequência da maximização das vantagens que são angariadas pelos empreendimentos por meio da força de trabalho da comunidade local, da exploração das riquezas naturais, das expectativas geradas, através de argumentos, de que o progresso chegará para região. Em consonância com Zhouri, Laschefski e Pereira (2005), são as consequências insustentáveis do desenvolvimento baseado na ilusória ideia de crescimento econômico por meio da industrialização com objetivo de acumulação de riqueza a classe hegemônica, considerando os riscos ambientais e sociais como meros problemas técnicos passíveis de medidas mitigadoras e compensatórias. Para Escobar (2014), a ilusão do progresso e do desenvolvimento extirpa a diversidade da vida e os diferentes modos de viver, enquadrando as pessoas num sistema de Mundo Uno:

A grande diversidade de lutas em defesa de paisagens, montanhas, florestas, sementes, rios, territórios, charnecas; e, claro, outras formas humanas de construir o mundo são testemunhos eloquentes da crise do Mundo-Um: moderno/capitalista, secular, racional e liberal com sua insistência na ilusão do “progresso” e do “desenvolvimento”. em que o consumo individual e a competitividade do mercado se tornam a norma e a medida da ação humana. (ESCOBAR, 2014, p. 21).²

O mito do progresso e do desenvolvimento é o esteio do processo constitutivo dos discursos dos grandes empreendimentos, o qual faz parte do objeto de estudo desta tese, e se sustenta em microtecnologias de poder gerindo os riscos sociais que poderão vir do entorno das comunidades envolvidas, mapeando os territórios de lutas sociais e, por meio de programas de gestão social, desenvolvendo projetos para “suprir” as demandas da comunidade local. Nas palavras de Acselrad: “[...] as corporações têm acionado tais microtecnologias de poder para, ao mesmo tempo, evitar rupturas nos fluxos de mercadorias e materiais e legitimar, no plano local, o regime neoliberal que predomina no plano macroeconômico.” (ACSELRAD, 2018, p. 33).

²Texto original: La gran diversidad de luchas por defender paisajes, montañas, bosques, semillas, ríos, territorios, páramos; y, por supuesto, otras formas humanas de construir el mundo son testimonios elocuentes de la crisis del Mundo-Uno: moderno/capitalista, secular, racional y liberal con su insistencia en la ilusión del “progreso” y el “desarrollo”, en el que el consumo individual y la competitividad del mercado se convierten en la norma y medida del actuar humano.

Acselrad (2018) e Hönke (2018), ao tratarem de políticas territoriais, constataram que as empresas têm aperfeiçoado as técnicas de monitoramento e desmobilização das comunidades no entorno dos empreendimentos, a fim de mitigar os conflitos e minimizar os prejuízos do empreendimento. As corporações têm se dedicado ao estudo dos graus de organização e mobilização social das comunidades do entorno com o fito de prever e antecipar os conflitos, a fim de se posicionarem preventivamente, ao invés de atuarem com uma postura reativa. (ACSELRAD, 2018; HÖNKE, 2018). Neste sentido, “O que as empresas esperam dos sujeitos-alvo de suas ações sociais é, ao fim e ao cabo, que estes abram mão de sua capacidade de rebelar-se.” (ACSELRAD, 2018, p. 44).

Numa pesquisa realizada na República Democrática do Congo foram identificadas práticas de empresas do setor de mineração e os desdobramentos de políticas voltadas para o “cinturão comunitário”, composto por comunidades do entorno do empreendimento. Jana Hönke (2018) aponta que as técnicas de intervenções nas comunidades foram substituídas por práticas participativas contemporâneas, também chamada de governança empresarial em comunidades.

Inerente ao gerencialismo, os reclamos liberais em favor de autodeterminação e procedimentos democráticos são comprometidos quando o engajamento empresarial nas comunidades tem por principal objetivo promover a estabilidade de modo a proteger os ativos das empresas e garantir a produção (HÖNKE, 2018, p. 108).

Deneault (2018) apresenta o modo como são aplicadas as técnicas de consultoria em comunidades que receberão um grande empreendimento. A corporação contrata uma firma para consultar os moradores do povoado, por exemplo, e elabora um questionário (quantitativo) multitemático guiado pela pergunta: “Isso representa um impacto para vocês?” que pode ser quantificado de 1 a 4, e será respondido por formadores de opinião como sindicalistas, médicos, professores e representantes municipais, como já comentado anteriormente.

Esta análise é simples e produz resultados poderosos, pois transforma o qualitativo em quantitativo, e reflete o desejo e as aspirações dos respondentes. Cabe esclarecer que uma destas técnicas é a Escala Likert (1932). Os resultados podem ser utilizados de maneira adequada numa política pública ou mesmo pode ser uma ferramenta para a aplicação das microtecnologias de gestão de risco para as manifestações ou mesmo reivindicações. As ações e estratégias adotadas pela empresa não têm como finalidade principal atender as demandas da comunidade, mas atender as exigências legais, na medida do possível e promover o empreendimento como uma empresa voltada para o desenvolvimento e a melhoria de qualidade de vida para a comunidade, além de evitar conflitos e resistências da população (LIMA, et al.,

2017).

As técnicas e as políticas empresariais comprometem a capacidade da sociedade de debater e decidir sobre a implantação de grandes projetos na comunidade. Em que medida as ações empresariais resolveriam conflitos ou neutralizariam os direitos básicos dos atingidos pelo empreendimento? Segundo Acserald (2018), as corporações mapeiam os níveis de organização e a mobilização das comunidades e criam mecanismos para antecipar e observar conflitos, antevendo as ações neutralizadoras. Entretanto, é importante observar que os conflitos pós-construção dos empreendimentos são intensos, seja devido os afetados descobrirem terem sido enganados e o desenvolvimento não chegou até eles, seja devido ao silêncio das empresas depois das construções quando passam a se utilizar menos da comunicação em massa e das mídias sociais, desmobilizam a interlocução com a sociedade, retiram os escritórios das cidades e permanecem dentro das obras onde há menor possibilidade manifestação.

A fala instaura os espaços de silêncio. [...] aquilo que é o não-dito se instala de modos diferentes nos diferentes funcionamentos discursivos. Esses modos puderam ser observados justamente devido à função silenciadora da fala, ou seja, pela forma como cada discurso, ao dizer, não diz exatamente o contrário, mas de qualquer forma dirige o interlocutor para um outro lado (ORLANDI, 1996, p. 275).

Os funcionamentos discursivos estabelecidos pelas relações de poder são observados nos processos de negociação entre detentores do capital àqueles que serão expropriados de seus territórios. Lima e colaboradores (2017) identificaram e analisaram a negociação realizada entre os atingidos e o empreendimento na implantação de uma UHE no sul do Estado de Minas Gerais. De um lado, havia o Estado com o discurso desenvolvimentista concedendo às empresas o direito de construção e operação da hidrelétrica; e, do outro, as comunidades atingidas e que sofreriam impactos irreversíveis. Foi observado que os documentos legais que orientam as instalações das UHE são enfáticos a respeito dos aspectos ambientais, o que deixa em desamparo as questões sociais, “deixando-os à mercê da pressão exercida por grandes grupos econômicos que objetivam a instalação e exploração da barragem.” (LIMA et al., 2017, p. 6). Além disso, expropriando comunidades dos seus modos de vida e de seus meios de subsistência.

Ainda de acordo com a pesquisa mencionada, as negociações inicialmente foram de forma individual com indenizações injustas e desiguais. Após a criação de uma associação de moradores, a negociação coletiva teve uma participação maior nas decisões. No entanto, nem todos tinham conhecimento das reuniões e audiências que ocorriam, desnudando a deficiência proposital de comunicação do consórcio com a comunidade. Essa situação demonstra o desca-

so e a estratégia dos empreendimentos para enfraquecer a coletividade nos espaços de discussão para uma reparação minimamente digna de seus meios de vida. Nessa direção, “A ausência de uma força coletiva atrelada às incertezas do momento e a fragilidade da população causaram uma desarticulação dos atingidos e das associações, impossibilitando o fortalecimento de um movimento de luta e resistência.” (LIMA et al., 2017, p. 16).

A baixa resistência dos atingidos observada parece estar relacionada a algumas ações prévias praticadas pelos consórcios no período de implantação do empreendimento, calculando a antecipação social de riscos, analisando o controle do entorno da construção, pondo em prática as microtecnologias de poder e, portanto, exercendo o disciplinamento social (ACSERALD, 2018). A exemplo disto, Lima et al. (2017) concluíram que uma dessas ações é a prioridade de negociação do consórcio com os grandes proprietários das terras do entorno do empreendimento, enquanto que os atingidos mais vulneráveis são relegados para o final da negociação.

Há nessas táticas características relevantes como o privado e o comum, ou seja, o privado é aceito e há negociação, entretanto, o comum não é aceito. A não aceitação do comum compreende a deslegitimação do Território como espaço de vivência (ESCOBAR, 2014), de construções de relações sociais e econômicas (SANTOS, 2009), impondo uma intervenção grave de deslegitimação de que as comunidades fazem uso do território como meio de subsistência e existência. Assim, os processos de negação da existência do Território e, por consequência, a desterritorialização provocam formas brutais de exclusões e é fundamental destacar que o Estado outorga isso, visto que as microtecnologias empregadas induzem o agente privado a fazer o papel do Estado.

Dardot e Laval (2017) conceituam a expressão “comum” como o surgimento da apropriação de terras de uso coletivo “comunais”. “A instituição do comum (*Koinón*) é fruto de um “pôr em comum” que pressupõe sempre a reciprocidade entre os que participam de uma atividade ou compartilham um modo de vida.” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 26). Ainda de acordo com os autores, pensar no comum torna-se pertinente, sobretudo, porque não tem sido possível crer no Estado em face das insuficiências e inadequações para enfrentar os retrocessos sociais e a degradação ambiental, e nomeiam essa deficiência do Estado como desarmamento político da sociedade.

[...] somos atormentados pelo enfraquecimento considerável da “democracia”, isto é, dos meios que, apesar de raros e limitados, possibilitavam conter a lógica econômica dominante, conservar espaços vitais, não mercantis, apoiar instituições regidas por princípios que não fossem os do lucro, corrigir ou atenuar os efeitos da “lei da concorrência mundial”. [...] O aumento do nacionalismo, da xenofobia, da paranoia por segurança é consequência direta

dessa subordinação do Estado, cuja principal função hoje é dobrar a sociedade às exigências do mercado mundial (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 14).

Diante da negligência do Estado, o comum tem sido também sinônimo de lutas, resistências e práticas de cooperação coletiva. O comum é um território em que não deveria haver exploração de bens naturais para a geração de lucros exorbitantes, em que não deveria haver desrespeito às comunidades (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005; DARDOT; LAVAL, 2017). A responsabilidade social implica a preservação ambiental e o cuidado com as comunidades que terão interferência das empresas, e, no caso das UHE, são os deslocados compulsoriamente. Estas ações não são uma realidade porque as ações antropogênicas estão consumindo o planeta em nome do crescimento econômico que só gera mais pobreza, sendo executado por meio da exploração dos recursos naturais (DOWBOR, 2017). Mas os representantes apossados nos diferentes escalões do Estado são permissivos com a proteção legal de comunidades e áreas sensíveis, por conseguinte, muitas comunidades indígenas e tradicionais ficam vulneráveis e desterritorializadas por políticas ditas de responsabilidade social (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Por outro lado, os movimentos sociais na tentativa de defender os diferentes modos de vida se articulam pela defesa da terra, mobilizam-se pela crise ecológica e social e pela reorganização de muitos aspectos da vida para enfrentarem os grandes conglomerados corporativos. Nesse viés, “Dentro dessa situação complexa, as lutas pelos territórios tornam-se lutas pela defesa dos diversos mundos que habitam o planeta.” (ESCOBAR, 2014, p. 77).³

2.2 Territórios e desterritorializações

As comunidades tradicionais ganharam visibilidade como atores sociais na medida em que ocorreu o avanço da sociedade urbano-industrial sobre os territórios que ocupam. Dentre as particularidades dessas comunidades está a interdependência de viverem a partir do mundo natural, da natureza e seus ciclos de produção e reprodução. O *modus vivendi* está exclusivamente imbricado ao território onde vivem, e suas vidas e atividades econômicas são organizadas em função das estações das águas (DIEGUES, 2005). O território das populações tradicionais é composto por uma multiplicidade de fatores tangíveis, e também imensuráveis, como as relações familiares e de vizinhança, a produção de alimentos para subsistência e para o mercado, os saberes tradicionais passados de geração em geração sobre os ciclos da nature-

³Texto original: “Dentro de esta compleja situación, las luchas por los territorios se convierten en luchas por la defensa de los muchos mundos que habitan el planeta.”

za, os símbolos que fazem parte do uso comum da terra como os cemitérios, os mitos e lendas, e, sobretudo, o valor da água que permite saciar a sede dos homens e animais, a irrigação do plantio, a navegação e a pesca, principal fonte de proteína das populações ribeirinhas que pode chegar ao consumo de 60 kg por pessoa por ano (DIEGUES, 2005).

Dada a importância vital que têm as águas dos rios para as populações tradicionais qualquer alteração de sua qualidade e quantidade resultante de impactos de atividades de grande escala, colocam em risco o modo de vida e a própria sobrevivência desses grupos humanos, causando sua marginalização, abandono forçado de seu território e sua transformação em populações marginais (DIEGUES, 2005, p. 11).

A descrição articulada sobre território é conceituada por Haesbaert (2005), como uma conotação material, que remete à terra (*territorium*), e simbólica remetendo à ideia de terror, aterrorizar (*terreo-terror*), estabelecendo um conceito de dominação (jurídico-política) com inspiração do medo. “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005, s.p.). O território múltiplo é diverso e complexo, e o território unifuncional é concebido pela lógica capitalista hegemônica de maneira oposta, imerso nas relações de dominação e/ou apropriação do espaço-sociedade. Assim, o território e a territorialização devem ser pensados como manifestações de multiplicidade de poderes (HAESBAERT, 2005).

[...] devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões pelo controle social do espaço criam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. (HAESBAERT, 2005, s.p.).

De acordo com Milton Santos (2009), o território usado, resultante dos processos históricos das ações humanas, fruto das relações sociais e materiais, é constituído como uma complexidade que permeia e revela as relações complementares e conflitantes, assim é estabelecida a trama entre o lugar, a constituição socioespacial e o mundo. Nessa premissa, “Os atores hegemônicos têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo [em] que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.” (SANTOS, 2009, p. 12).

O território, portanto, é concomitantemente, funcional e simbólico, haja vista a possibilidade de ser exercido sobre o espaço para a realizações de funções e de produções de significados. Milton Santos et al. (2000) dicotomizam o território como recurso (atores hegemônicos) e o território como abrigo (atores hegemônicos); para Haesbaert (2005), apesar de reconhecer e compreender essa dicotomização, considera que são duas formas distintas de

produzir no território como recurso: os hegemônicos privilegiam a importância do aspecto funcional e mercantil, e os hegemonzados privilegiam a valorização da garantia de suas sobrevivências diárias. “[...] é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem as formas mais radicais de apego às identidades territoriais.” (HAESBAERT, 2005, s.p.). Deste modo,

Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade “disciplinar” moderna (até por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais do que de grupo). Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (HAESBAERT, 2005, s.p.).

Portanto, a concepção de território, segundo Haesbaert (2003), pode ser agrupada em três vertentes:

1. Jurídico-política: a mais comum, vista como um espaço com limites e controlado, onde se exerce um poder às vezes exercido pelo Estado;
2. Cultural: enfatiza a dimensão simbólica e cultural, subjetiva, em que o território é apropriado com valor simbólico pelo grupo;
3. Econômica: menos enfatizada, explora o âmbito das relações econômicas, o confronto entre as classes sociais e a relação capital-trabalho.

Portanto, é preciso articular a definição de território para além do espaço físico, para além das atividades e relações simbólicas afetivas e para além da perspectiva econômica capitalista. A partir desta compreensão de território, é possível analisar por meio das três vertentes o conceito de desterritorialização como superação dos entraves de localização para a instalação no espaço físico; a desterritorialização como desvencilhamento das relações sociais; e a desterritorialização como avanço de poder.

[...] Mais do que um fenômeno genérico, de destruição e remodelação dos territórios, promove-se hoje um intenso movimento de exclusão territorial, de impossibilidade concreta de inserção nas formas mais elementares de territorialização. Aqueles que estão excluídos do território enquanto morada, local de reprodução e de sobrevivência (os “aglomerados humanos de exclusão”), a estes sim, é que efetivamente deve-se dirigir o termo desterritorializados. É ali que, sem nenhuma dúvida, a desterritorialização se realiza em

toda a sua perversidade. [...] para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana. Caminho fácil para a reinserção social em circuitos territorialmente segregados/segregadores, geradores de novos territorialismos [...] (HAESBAERT, 2003, p. 22).

Aqueles que são destituídos de seus territórios, mais especificamente os hegemônicos, cujo território se configura como recurso de garantia de suas sobrevivências diárias, podem ser adjetivados como desterritorializados. Por sua vez, a desterritorialização pode ser considerada como um novo tipo de apropriação e dominação do espaço por meio dos territórios-rede, cuja consequência redundante numa crescente dinâmica de exclusão socioespacial, a qual Haesbaert (2003) denomina de aglomerados humanos de exclusão. Por seu turno, Saskia (2016, p. 19) os nomeia como expulsões, e afirma que “[...] hoje, os oprimidos, em sua maioria, foram expulsos e sobrevivem a uma grande distância de seus opressores. Além do mais, o ‘opressor’ é cada vez mais um sistema complexo que combina pessoas, redes e máquinas, sem ter um centro visível.”

As desterritorializações ou as remoções compulsórias estabelecem crises de insegurança e afetam milhões de pessoas em todo mundo em razão de grandes projetos de infraestrutura. “Os impactos negativos das remoções são enormes: aprofundam a pobreza e destroem comunidades, deixando milhões de pessoas em situação extremamente vulnerável.” (ROLNIK, 2015, p. 149). As justificativas para a intervenção nos territórios são interpretadas pelo julgamento como condição de pobreza e, por isto, necessita de progresso. A acepção de progresso como acúmulo de conhecimento científico e tecnológico para potencializar a capacidade de produzir em volume e quantidade implica “exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento” mascara os interesses das classes hegemônicas, que proferem discursos como se o progresso imposto trouxesse ao interesse coletivo evolução moral, condições para uma existência feliz, civilização em direção à felicidade e aquisição de bens materiais (DUPAS, 2012, p. 11).

O discurso para implantação da obra promete desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida das comunidades por meio de ações benevolentes por parte empresa construtora aparentando exercer a função que deveria ser do Estado. Neste sentido, podem ser observadas duas questões importantes: a microtecnologia de mitigação e compensação dos impactos, e a empresa se coloca como a que faz o papel do Estado, no entanto, o que ocorre de fato é a ex-

tirpação das comunidades dos seus modos de vida, seus meios de subsistência e da segurança e da soberania alimentar.

É possível perceber que há uma falta de acesso à informação nesse sentido, pois os atingidos percebem essas melhorias como benefícios que o empreendimento trouxe para a comunidade, e não como direitos aos quais eles deveriam ter acesso, pois são garantidos por lei para qualquer pessoa. (LIMA et al., 2017, p. 21).

Para Dupas (2012), há visíveis benefícios em nome desse progresso, no entanto, são questionáveis por serem oriundos de um sistema que busca manter o discurso hegemônico em que alguns possuem predominantemente vantagens sobre a maioria da população e, portanto, é um processo quase inevitável, em que as comunidades busquem obter benefícios diretos que são direitos da região a ser desenvolvida. Na entrevista para esta tese, o Professor Carlos Vainer afirma que no momento de implantação do empreendimento há uma demanda de força de trabalho que legitima o discurso do progresso, há uma injeção de renda e melhoria de vida das pessoas da região que enrobustecem a retórica do progresso.

Ele não é um discurso vazio. Não é um mero discurso enganador, ele mobiliza uma experiência concreta que as pessoas estão vivendo, uma parcela das pessoas passa a viver naquele momento. [...] o resultado líquido é uma geração de desempregado. Mas evidentemente isso não está evidente na experiência imediata das pessoas. Então, o que há é um silenciamento sobre os impactos com um prazo maior, e uma “maximização” do que seria os benefícios imediatos desse ponto de vista, estou falando na retórica da empresa. Então, ela trabalha com uma ideia abstrata de progresso e desenvolvimento que não se concretiza [...] (Entrevista de Carlos Vainer).

Escobar (2014) propõe a discussão sobre os complexos processos de disputa de territórios e traz questionamentos sobre a prática e as consequências do desenvolvimento, o que se configura como uma situação insolúvel, e, ao que parece, não foi bem-sucedido como projeto socioeconômico, mas o discurso do desenvolvimento atinge o cerne das necessidades sociais e a palavra permanece como um centro poderoso de atenção, pois mantém vivo o imaginário de melhorias de vida. Contudo, a prática e as consequências do desenvolvimento são narrativas que corroboram para a desconstrução da cultura e dos direitos das comunidades afetadas, os processos de expulsões e remoções executados por grandes projetos incidem sobre os territórios a partir da lógica financeira dos mercados a reduzir o território à unidimensionalidade do valor econômico (ROLNIK, 2015). Por fim e ao cabo, o Território se faz neste espaço onde o poder discursivo se efetiva para modificá-lo, onde acontece a expulsão de pessoas e a apropriação dos recursos naturais para a transformação e renda para o empreendimento.

2.3 Desastres territoriais na Amazônia

O território da bacia hidrográfica da Amazônia tem sua nascente nos Andes Peruanos e abrange mais seis países; o Brasil, a Colômbia, a Bolívia, o Equador, a Guiana e a Venezuela. A maior parte da bacia está em território brasileiro com 63,88% da área total. No Brasil, a bacia Amazônica banha sete estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima). (BRASIL, 2006). A hidrografia da Amazônia ocupa 40% da região brasileira e corresponde a 60% da disposição hídrica para o país. Diante desta riqueza fluvial, a Amazônia tem sofrido vigorosa pressão para a exploração de seus recursos, sem considerações e a prudência necessária acerca das fragilidades do ecossistema. O planejamento do desenvolvimento da Amazônia é, desde a sua origem, marcado por processos deficientes na efetivação das políticas públicas, tornando os conflitos ambientais cada vez mais frequentes, produzindo vulnerabilidade ao meio ambiente e aos seus povos, em detrimento dos interesses individuais (BRASIL, 2006).

A pesquisa realizada por Costa, Oliveira e Ravena (2017) teve por fito compreender os discursos institucionais nas formulações políticas da execução dos projetos hidrelétricos da região Amazônica, analisando 18 mensagens enviadas ao Congresso Nacional por três presidentes da República, nos três distintos momentos históricos do país: a ditadura militar com Emilio Garrastazu Médiçi, a redemocratização com José Sarney e a atuação de um partido de esquerda assumindo a presidência com Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com as autoras, os primeiros grandes projetos implantados na década de 1970, desencadearam graves problemas de ordem ambiental e de baixo desenvolvimento econômico, político e social para região, além disso, as discussões destes projetos de grandes impactos eram feitas intramuros, descon siderando o diálogo e as decisões tomadas pela sociedade.

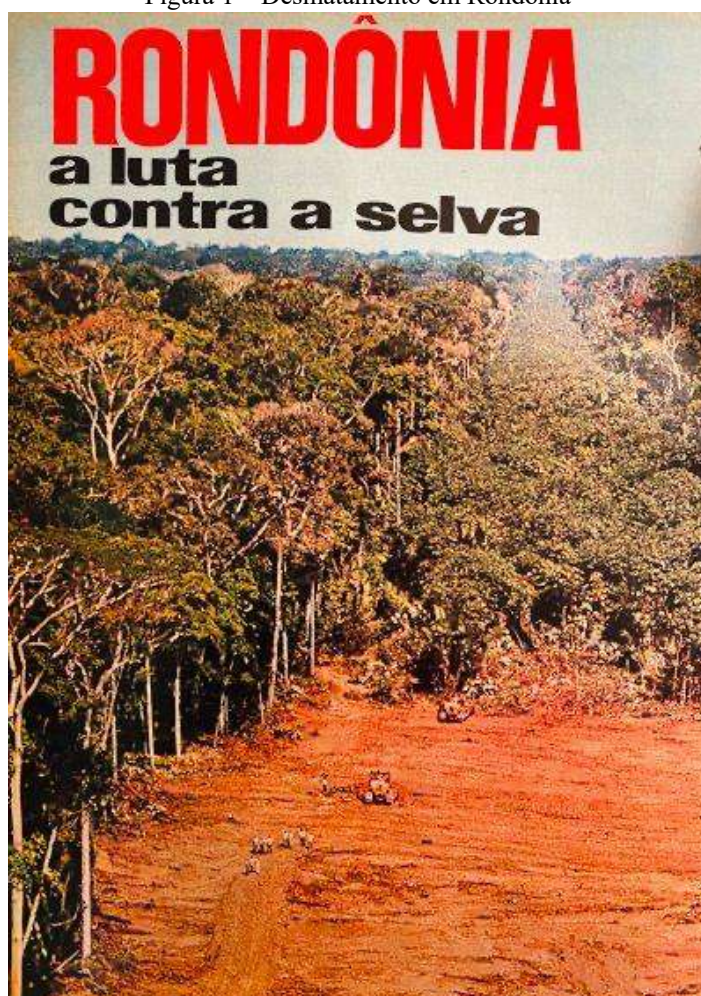
Os projetos energéticos são os que têm causado grandes conflitos, disputas políticas e econômicas, principalmente pelos impactos ambientais e sociais que deixam na região e por manter um “modelo colonial” de imposição, sem escuta das vozes de especialistas ou das comunidades atingidas e envolvidas. (COSTA; OLIVEIRA; RAVENA, 2017, p. 8).

De acordo com os documentos analisados pelas autoras, as expressões “desbravamento”, “ocupação de imensos espaços vazios” e “abertura de ilimitadas fronteiras econômicas” foram destacadas para a região. Ao declarar a Amazônia com um espaço vazio, anula-se a possibilidade de considerar as pessoas que já habitam o território. Os discursos institucionais apresentam repetições de narrativas quanto à exploração e ocupação da Amazônia independente do período presidencial analisado como justificativa para um projeto integrador e

desenvolvimentista para a região e para o país, mascarado pelo discurso da sustentabilidade, silenciando outras questões de relevantes repercussões a fim de não despertar questionamentos (COSTA; OLIVEIRA; RAVENA, 2017).

As distorções nas narrativas anulam as singularidades da Amazônia, as hidrelétricas da região são listadas de forma a serem misturadas com hidrelétricas de outras regiões do país. Esse esvaziamento das condições idiossincráticas das Amazônia perdura, e pode ser observado na liberação numa mesma licença prévia para duas hidrelétricas do Complexo do Madeira (Jirau e Santo Antônio), desconsiderando totalmente as características de um rio em formação, e, além disto, a mudança do eixo de instalação de Jirau sem estudo prévio de impacto ambiental. Conforme elucidam os referidos autores, “[...] o discurso presidencial, cheio de representações sobre o poder da soberania nacional, determinando o futuro da região, também silencia sobre o sujeito amazônico.” (COSTA; OLIVEIRA; RAVENA, 2017, p. 17).

Figura 1 – Desmatamento em Rondônia



⁴Fonte: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/galerias/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contr-a-amazonia>

⁴ Em janeiro de 1982, a *Veja* estampou na capa *Rondônia, uma nova estrela no Oeste*: “Há mais de dez anos Rondônia é o destino de um dos maiores fluxos migratórios da história do Brasil ou atualmente em curso no

Enquanto no mundo se discute problematizações referentes à escassez do uso hídrico, ao acesso e à mercantilização da água, às mudanças climáticas, à redução de emissão de gás de efeito estufa, no Brasil, a discussão da insuficiência de água gira em torno de privatização e inclusão de termelétricas e privatização elétrica, sem levar em conta a grande desigualdade de acesso à água e à energia nas diferentes regiões do país. Grande parte dos megaprojetos contidos no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) está localizada na Amazônia, cuja distribuição de potencial hidrelétrico é de 51% da estimativa, oferecendo assim oportunidade para os planejamentos de desenvolvimento do Governo Federal (BECKER, 2012; MORETTO, 2012).

O PAC foi lançado em 2007 visando articular medidas de crescimento econômico para o país por meio de investimentos de infraestrutura tendo o Estado como promotor desta ação governamental. Embora tido como um programa de desenvolvimento nacional, o PAC não contempla ações de áreas como educação, saúde, tecnologia e distribuição de renda, mas converge para os megaprojetos previstos na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), projeto dos governos sul-americanos para a ampliação de setores energéticos, de malhas rodoviárias, ferroviárias, hidroviárias, de mineração e agropecuária, como o objetivo fazer a integração com o Pacífico para o escoamento da produção, considerando exclusivamente os interesses nacionais e políticos, sobrepujando quaisquer impactos estruturais socioambientais da região. (OLIVEIRA; GONÇALVES; FILHO, 2013; ALMEIDA, 2009).

O planejamento nacional estratégico é direcionado para empresas estrangeiras de alumínio, para o desenvolvimento de outras regiões do país, Centro-Oeste e Sudeste principalmente, e a irrigação do agronegócio que por sua vez tem intenções na manutenção da navegação fluvial, haja vista interesse de exportação das *commodities*, porém desencadeia um conflito entre os setores de energia e transporte diante da necessidade de construção das eclusas que encarece para as construtoras e, por outro lado, viabiliza para o agronegócio (BECKER, 2012).

No que se refere às hidrovias, há duas possibilidades de análise: o desenvolvimento ou a especulação e apropriação de terras, migração e desflorestamento. Diante do processo histórico do Brasil, a segunda alternativa tem recorrentemente se tornado a mais viável e em favor da exportação agropecuária (BECKER, 2012).

Os grandes projetos de desenvolvimento proporcionaram, e continuam proporcionando, maior concentração econômica aos oligopólios brasileiros no setor de construções pesadas, causando imensuráveis prejuízos às populações locais (CAMPOS, 2012). Os anos da década de 80 foram marcados pela ausência da sociedade civil e dos governos estaduais e municipais nas tomadas de decisão, visto que os incentivos e os financiamentos dos grandes projetos, coube aos mercados internacionais ditarem a política de preços, inclusive, as tributações não favoreciam os estados e municípios afetados pelo empreendimento e por tecnologias impróprias, impactantes e incompatíveis com os modos e as condições de vida dos territórios atingidos (TEIXEIRA et al., 2002).

Entre os anos de 1989 a 2014 foram construídas dezenas de grandes barragens na região Amazônica⁵, e, dentre elas, o Brasil esteve como financiador de construções⁶ de UHE nos países vizinhos: Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana, e outras centenas de pequenas barragens (FEARNSIDE, 2015a). Na Amazônia Legal, Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, foram construídas as sete maiores usinas: Tucuruí, Balbina, Samuel, Santo Antônio, Jirau, Teles Pires e Belo Monte (FEARNSIDE, 2015a).

Também no final da década de 1980, os procedimentos de monitoramentos foram instituídos no Brasil por exigência dos órgãos financiadores internacionais, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981) aprovou a criação do uso da Avaliação de Impacto Ambiental por meio da Resolução n. 001/1986, que, dentre as competências e os critérios técnicos obrigatórios, estão o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

O EIA consiste num documento norteador para os processos de licenciamento ambiental que revelam uma “economia de visibilidades” atuantes no planejamento territorial organizadas pelo Estado e pelas corporações. A economia de visibilidades é caracterizada como eixo norteador de medidas de reparação que transforma as áreas e os grupos violentamente afetados em políticas mitigadoras e de compensação, voltadas para minimizarem o desastre e reduzi-lo para algo aceitável e conveniente (TEIXEIRA; LASCHEFSKI; MOTA, 2021).

⁵ Exceto no período do Governo FHC (1995-2003), que não houve construções de UHE e produziu a crise de oferta de energia em 2001. “o racionamento não teria acontecido caso as obras identificadas nos planos decenais da Eletrobrás tivessem sido executadas e as obras programadas não estivessem atrasadas. Ficou evidente que o principal fator, responsável por quase 2/3 do racionamento, estava ligado à não implementação de novas usinas. O cumprimento das diretrizes do Plano Decenal permitiria o armazenamento em maio de 2001 de 73% no sistema Sudeste-Nordeste, suficiente para evitar o racionamento.” (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p. 231).

⁶ Mais especificamente nos governos Lula (2002, 2008) Dilma (2010, 2014).

De acordo com Teixeira e colaboradores (2002), o RIMA se constitui num instrumento legal de recorte bastante reducionista, distanciado do relatado sobre a realidade. “Durante o exame dos RIMA, constatamos que todos eles situam as populações num plano secundário, onde as pessoas são meros (sic) receptores das ações, facilmente *deslocáveis* e convenientemente *adaptáveis* a novas condições.” (TEIXEIRA et al., 2002, p. 176, grifos do autor). As políticas referentes a projetos de infraestrutura geram conflitos na ordem econômica, social e ambiental. Observa-se um uso retórico em que não se garante um “projeto político plural, democrático e sustentável” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p. 16).

As divulgações dos planos de energia elétrica costumam subestimar os impactos decorrentes das construções e superestimam os benefícios para a tomada de decisões das empresas. Grande parte das faixas de terra propícia ao desenvolvimento hidrelétrico localiza-se em territórios indígenas. Após 30 anos da construção da Usina de Tucuruí (1977-1984), no Pará, ainda havia povos indígenas e outros atingidos sem compensação. O povo Parakanã foi deslocado pelo menos cinco vezes pela Funai e houve aumento no número mortes por malária entre os indígenas. Devido aos impactos sociais extremos que ocorreram em Tucuruí, o governo brasileiro foi condenado pelo Tribunal Internacional das Águas, em 1991, em Amsterdã (FEARNSIDE, 2015a).

Em decorrência do empobrecimento do oxigênio da água, a interrupção do fluxo de peixes e a alteração dos locais de pesca, as populações ribeirinhas que residem a jusante das construções vivenciam a redução substancial da captura dos peixes a acarretar o comprometimento da soberania alimentar, pois há menor consumo de fonte de proteína, e a diminuição da renda familiar. Além disso, com as expulsões de suas terras, deixam de praticar habilidades que são inerentes àquele contexto territorial: caça, pesca, plantio e artesanato, bem como modo de vida e as relações com a circunvizinhança (FEARNSIDE, 2015a).

Os deslocamentos compulsórios são provocados pela formação do lago em consequência do represamento do fluxo natural do rio. As inundações têm desdobramentos de impactos exponenciais: a viabilização de hidrovias para a exportação de grãos, estimula o setor agrícola a ampliar as plantações, haja vista o baixo custo do transporte e impele o setor de produção animal a derrubar a floresta com a expansão da pecuária; desencadeia a perda da vegetação que não é limitada à área inundada, a decomposição da vegetação atingida altera a qualidade da água e a biodiversidade do rio. O deslocamento das comunidades implica a construção de estradas que também serve de acesso à barragem e às novas áreas desmatadas para assentamento (FEARNSIDE, 2015a). Portanto, o discurso é fomentado e fortalecido não somente pelo setor elétrico, como também por outros atores hegemônicos do desenvolvimento

econômico (agrícola e pecuária) que coadunam e se beneficiam dessa retórica. Para Zhouri, Laschefski, Pereira (2005), as intervenções deliberadas pelas elites e pelos grupos políticos no Brasil

são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade. Os conflitos daí decorrentes denunciam contradições, nas quais as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo ônus dele resultante (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p. 18).

Os empreendimentos são considerados deflagradores de mudanças sociais irreversíveis e interrompem o fluxo natural das mudanças ambientais, os registros históricos de processos de mudanças sociais são complexos e de transformações exponenciais. As discussões acerca dos atingidos podem ser analisadas em duas vertentes: a territorial-patrimonialista, na qual a ação do empreendedor é determinada pela aquisição do domínio, ou seja, a propriedade da terra, enquanto a população é vista como um obstáculo a ser removido para viabilizar a obra; e a vertente hídrica, em que o atingido é o inundado. No entanto, é necessário extrapolar as dimensões estritamente pecuniárias ou materiais (VAINER, 2008), pois “[...] a abordagem social do RIMA não consegue alcançar a complexidade dos processos sociais e a dimensão social afetada pelos empreendimentos hidrelétricos, e, como instrumento técnico, confina o lugar do social ao limite das águas.” (TEIXEIRA et al., 2002, p. 184). Há um sentido para a vertente hídrica permaneça prevalecendo, à medida que os números levantados surgem como uns poucos atingidos, irrisoriamente afetados, e substancialmente amparados pelo empreendimento, tudo é minuciosamente calculado para validar a responsabilidade corporativa, uma economia que torne visível quantitativamente as benesses que a empresa é capaz de realizar (TEIXEIRA; LASCHEFSKI; MOTTA, 2021).

A construção da hidrelétrica de Balbina (1985-1989) no Estado do Amazonas, no Rio Uatumã, foi contraventora à legislação ambiental, à população local e, inclusive, à geração de energia. Fearnside (1989) descreve a UHE Balbina como uma obra faraônica a qual consumiu recursos da sociedade em troca de irrisórios benefícios para a população e deixou um legado na história da Amazônia sobre a necessidade de fortalecer a legislação ambiental dos projetos de desenvolvimento e a exigência de rigidez por parte das agências internacionais que fomentam essas obras em relação às leis de construção. Um exemplo que jamais deveria ser repetido.

Desde o início da construção da UHE Balbina era sabido que a geração de energia para a cidade de Manaus seria insuficiente, portanto, não haveria um retorno econômico condizente com os prejuízos financeiros e socioambientais, e a construção exploraria 35 vezes

mais o meio ambiente por megawatt de geração de energia do que a UHE Tucuruí (FEARNSIDE, 1989). Pesquisas realizadas por Owusu et al. (2017) e Siciliano et al. (2015) revelam que os prejuízos causados às localidades também estão além do perímetro considerado como área de impacto das usinas, e constataam que os relatórios de EIA não compreendem medidas sociais específicas sobre os diversos impactos que atingem as populações locais. As incompletudes dos EIA/RIMA vêm desde os planejamentos das construções, como o ocorrido com a UHE Samuel – RO (1982 – 1989) no Rio Jamari, que

foi objeto de erros de cálculo durante o período de planejamento que forçaram a construção de um sistema de diques de cerca de 20% da represa. A elevação do lençol freático continua a atingir outras áreas de floresta próximas a represa. Mais de 3.000 pessoas foram oficialmente atingidas, sendo que muitas outras famílias não receberam indenização (SWITKES, p. 21, 2008).

Também no Estado de Rondônia, a Bacia do Rio Madeira foi tomada por dois grandes projetos hidrelétricos e hidroviário: Santo Antônio (2008-2012) e Jirau (2008-2016), este último objeto de estudo desta tese, que atraíram polêmicas e controvérsias desde o licenciamento. O projeto Complexo Rio Madeira compõe um dos principais eixos de integração proposta pela IIRSA, e em que pese o discurso da sustentabilidade ambiental para o projeto da Bacia do Rio Madeira, o licenciamento ambiental foi deliberado de modo sem precedente (SWITKES, 2008).

A audiência pública é um instrumento de participação popular, conversação e troca de informações entre o empreendimento e a comunidade afetada que receberá a obra, que faz parte do processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) de acordo com a Resolução Conama 01/1986 e 009/1987, que ocorre após a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). No caso do Complexo do Rio Madeira, ocorreram quatro audiências públicas, numa sequência próxima de dias (10, 11, 30 de novembro e 15 de outubro de 2008), em locais diferentes, o que dificultava o acesso das populações interessadas (membros do MAB, produtores rurais, ribeirinhos, pescadores). Além disso, houve denúncia sobre o modo como foram conduzidas as audiências, “através do uso dos termos técnicos e expressões jurídicas, que foram apresentadas pelos representantes do consórcio, ora para não serem compreendidos, causar intimidação e evitar indagações, ora para convencer àqueles que assistiam as apresentações.” (BARAÚNA, 2011, p. 99).

No caso das audiências públicas do Complexo de Madeira e de Belo Monte, o espaço foi tomado por discursos paradoxos e formas ilegais sobre os direitos de opinião e as decisões de caráter coletivo, articulado intencionalmente não só para consolidar o projeto que já estava em andamento, como também propagandear somente as benesses do consórcio, embora hou-

vesse uma solicitação de esclarecimento e detalhamento do projeto por parte do público (BARAÚNA, 2011; NOVOA GARZON, 2008). Considerando que a audiência pública é um dos momentos fundamentais para que a comunidade possa manifestar sua participação, avaliação e opinião sobre processo de implantação do empreendimento, o que ocorreu nas audiências sobre a construção da UHE Jirau foi uma ilegalidade, porque enquanto ocorriam as audiências públicas o processo de licenciamento já estava em curso, embora o processo de avaliação e viabilidade da construção deveria considerar as propostas e decisões indicadas pela sociedade civil (BARAÚNA, 2011).

Os discursos são montados para dominar o processo de construção, portanto, após a aprovação preliminar da viabilidade técnica do projeto, o interesse do governo e de outros atores entusiasmados é atraído, o projeto entra em andamento e prevalecerá independente de qualquer outra avaliação contraditória, inclusive aqueles que não estejam dentro dos padrões de planejamento de grandes barragens (CMB, 2000), assim como aconteceu na construção de UHE/Jirau.

O tempo entre o inventário e o leilão foi de apenas 5 anos, demonstrando que as ações desencadeadas foram importantes para acelerar o processo: o Termo de Referência para balizar o EIA foi elaborado antes da finalização do Estudo de Viabilidade, ou seja, o EIA foi iniciado sem os resultados conclusivos do primeiro; a não realização do estudo de Bacia preconizado pelo Art. 50 da Resolução Conama 001/86 e do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV exigido pelo Estatuto da Cidade, nos arts. 36 e 37 da Lei 10.257/20013; a LP foi emitida à revelia das avaliações da equipe técnica do Ibama (MORET; SILVA, 2010, p. 21).

O processo administrativo solicitado por Furnas Centrais Elétricas é iniciado em 20 de agosto de 2003 com o leilão da concessão do aproveitamento Hidrelétrico Jirau do Rio Madeira que divulga, em 19 de maio de 2008, o Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR) como vencedor. Em julho do mesmo ano (2008), a ESBR dispõe ao Ibama o Projeto Básico Ambiental (PBA), descrevendo o detalhamento dos programas ambientais com a finalidade de acompanhar o licenciamento ambiental para obter a Licença de Instalação da área do canteiro de obras do empreendimento hidrelétrico de Jirau (MORET; SILVA, 2010).

As análises de impactos do projeto do Complexo do Madeira ficaram restritas ao território brasileiro, e, ainda assim, os estudos de impacto ambiental foram apresentados de maneira inconsistente e inadequada. O Rio Madeira é parte de uma bacia hidrográfica internacional, não deveria haver autorizações sem a consulta aos países vizinhos, Bolívia e Peru, que são banhados pela Bacia. A Usina de Jirau está a 80km do limítrofe com a Bolívia, portanto, os impactos são fronteiriços. “Não há impacto pontual que não se estenda, direta ou cumulati-

vamente, ao conjunto da bacia, ainda mais em se tratando de dois barramentos no seu rio-eixo.” (GARZON, 2008, p. 53). Os pesquisadores previram a extinção de diversas espécies de peixes, alteração da reprodução de algumas dessas espécies; impactos nas comunidades com a ingestão de mercúrio, antes assentado no fundo do rio; exploração fundiária; aumento dos casos de malária e a abertura da hidrovia para o grupo Maggi (SWITKES, 2008).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou 80% da obra, isso significa que a megaobra foi promovida com dinheiro do trabalhador, o fundo do BNDES é composto pelo Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), PIS-Pasep, e Marinha Mercante. O Banco Mundial arcou com os custos para a contratação de consultores para a análise dos impactos da sedimentação na hidrelétrica, porém foi negada a sociedade civil qualquer tipo de informação sobre os estudos realizados. Oportuno esclarecer que a sedimentação é uma informação sobre uma das principais características do Rio Madeira, cuja origem remonta aos Andes bolivianos, e carrega em seu percurso uma das maiores cargas de sedimentos sólidos do mundo (SWITKES, 2008).

Enquanto Furnas e Odebrecht divulgavam massivamente que o projeto do Madeira não causaria impactos ambientais, os relatórios técnicos do Ibama alertavam para a imprecisão dos estudos. Diante desta avaliação, o governo desconsiderou o documento do Ibama e contratou um hidrólogo francês para realizar a análise de sedimentação, e após mudanças na direção do Ibama e pressões políticas, a concessão foi assegurada mediante os novos estudos do hidrólogo estrangeiro, Sultan Alam, que utilizou um modelo simplificado para analisar os impactos da sedimentação afirmou a impossibilidade de erosão ou sedimentação que comprometesse as usinas (SWITKES, 2008).

Em janeiro de 2021, o Ministério de Minas e Energia recebeu um documento do consórcio que opera a Usina de Santo Antônio, a quarta maior usina do Brasil, alertando o governo sobre a possibilidade de paralisação das 50 turbinas, caso o reservatório de água da hidrelétrica não fosse ampliado, além disso, avisa sobre a possibilidade do Estado do Acre vivenciar um apagão de energia por até 57 dias. Como consequência dessa possível ampliação, será inundada a reserva do Parque Nacional do Matinguari localizado entre os estados de Rondônia e Amazonas.⁷ Vale destacar que o Estado do Acre, em janeiro de 2021, atravessava a maior crise sanitária já vivenciada pela população: a pandemia do coronavírus, o surto de dengue, de malária, uma enchente histórica, além de uma crise migratória na fronteira com o Peru,

⁷ Disponível em: <<https://folhadoacre.com.br/2021/03/05/urgente-acre-pode-sofrer-apagao-de-ate-27-dias-alerta-hidreletrica-santo-antonio/>>

quando foram comunicados da possível falta de energia diante do caos vivenciado. Isso ratifica os estudos iniciais realizados pela equipe técnica do Ibama quanto à necessidade de investigações mais apuradas sobre o processo de sedimentação do rio e a possibilidade de aumento de sedimentos sólidos devido à expansão da erosão e do desmatamento. Além do quesito das sedimentações, as construções das eclusas para viabilidade das hidrovias foram licenciadas a qualquer custo.

No caso do Complexo do Madeira, que Furnas, Odebrecht e Eletrobrás têm publicamente vendido como primeiro passo na implantação do IIRSA, não ficou claro se as eclusas de navegação seriam até mesmo incluídas no projeto, e os estudos ambientais foram analisados sem nenhuma referência à hidrovia, que é parte do IIRSA (FURTADO, 2008, p. 32).

No EIA não constava os estudos dos impactos dos trânsitos das balsas e portos, que foram retirados pelo Ibama (FURTADO, 2008). No entanto, os órgãos brasileiros continuavam a mencionar sobre a hidrovia do Complexo do Madeira e o Ibama, ao se omitir, permitiu que os proponentes não realizassem a adequada investigação sobre a hidrologia e sedimentação. Situações parecidas ocorreram na Bacia do Tapajós, onde estavam previstas a construção de 43 grandes projetos, e dentre estes dez são prioridades no Ministério de Minas e Energia: duas barragens no Rio Tapajós, cinco barragens na Bacia de Teles Pires e três barragens na Bacia do Juruena, além das construções de eclusas para os projetos hidroviários.

No caso da bacia do Tapajós, o conjunto de impactos das muitas barragens e da hidrovia do Tapajós, incluindo seus ramais, é muito maior que os danos que geralmente entram em discussão quando se debate qualquer obra específica. (FEARNSIDE, 2015b, p. 91).

Os complexos projetos associados (barragens e hidrovias), criam e potencializam os impactos, tais obras geralmente são interdependentes e são pouco discutidas pela comunidade as implicações dessas construções. Na Bacia de Teles Pires, por exemplo, das cinco barragens previstas, a barragem de São Manoel está localizada a menos de 1 km do Território Indígena Kayabi, cujos impactos foram sentidos na alimentação, nas atividades pesqueiras, e na perda de locais sagrados da natureza, como as cachoeiras. As irregularidades no processo de licenciamento foram inúmeras, houve várias tentativas jurídicas de paralisação das obras, mas em 48 ou 72 horas as decisões eram revertidas e fundamentadas na aplicação de suspensão de segurança, um dispositivo de lei utilizado para conceder a continuação das obras independente da violação socioambiental, se a não continuidade da obra causar danos onerosos à economia pública (FEARNSIDE, 2015b).

A UHE Teles Pires obteve a Licença Operação mesmo sem cumprir as condições estabelecidas pelo Ibama, em virtude da suspensão de segurança outorgada sempre que há qual-

quer empecilho que atravessasse a continuidade de execução do projeto (FEARNSIDE, 2015b). O afrouxamento das condicionantes também esteve presente desde o processo de estudos de viabilidade para construção da UHE Belo Monte (1975 – 2016), o que reflete a maneira como os grandes empreendimentos lidam com os protocolos de avaliação socioambientais. A pesquisadora Fainguelernt (2016) fez um resgate do processo de licenciamento ambiental da Usina Belo Monte e observou que, de 1975, ano da elaboração do projeto, até 2011, início das obras, subestimou-se os impactos socioambientais e houve o não cumprimento das condicionantes postas pelo Ministério Público Federal, Ibama e Tribunal de Contas da União. O complexo de barragens do Rio Xingu, em 1980, tinha projeção da área de inundação prevista maior do que é atualmente.

O complexo de barragens do rio Xingu, se construído, abrangeria em maioria territórios indígenas. Por esse motivo, a partir da Constituição Federal de 1988, passou a ser avaliado como inviável em função do reconhecimento da demarcação das Terras Indígenas (TIs) (FAINGUELERNT, 2016, p. 251).

Em 1995, houve uma proposta de redução da área do reservatório da usina na intenção de adaptar o projeto para aceitação dos ambientalistas e dos movimentos sociais, no entanto, durante as articulações de encontros e audiências públicas com as populações atingidas, não foi garantida a participação das populações indígenas e comunidades envolvidas. Entre os empecilhos de garantia estavam a dificuldade de acesso ao local das audiências com estradas precárias e a distância, pouco tempo disposto para a população expor dúvidas e necessidades, e linguagem inapropriada nas reuniões dificultando o entendimento a respeito do projeto e dos impactos socioambientais relativos à construção da obra (FAINGUELERNT, 2016).

O processo de negociação, que faz parte as audiências públicas, é caracterizado por uma discrepante relação de poder, marcado por imposições dos detentores do capital àqueles que serão expropriados de seus territórios. Os documentos legais que orientam as instalações das UHE são enfáticos às questões ambientais, o que deixa em desamparo as questões sociais, “deixando-os à mercê da pressão exercida por grandes grupos econômicos que objetivam a instalação e exploração da barragem.” Além disso, expropriando comunidades dos seus modos de vida, de seus meios de subsistência, de suas vidas vividas (LIMA et al., 2017, p. 6).

Assim, a discussão desses direitos e deveres fica a cargo principalmente do Consórcio e dos atingidos. Além disso, um agravante deste processo de negociação é que o lado do Consórcio tem amplo acesso a informações, recursos, profissionais especializados trabalhando em prol de seus interesses e em muitos dos casos, experiência nesse tipo de negociação. Já os atingidos não possuem conhecimento acerca desses processos decisórios, muitas vezes não contam com assistência de profissionais capacitados para auxiliá-los nessa

fase, nem com um espaço adequado para discutir suas demandas, que seriam as audiências públicas (LIMA et al., 2017, p. 24).

Em análise ao RIMA de Belo Monte, Acserald e Mello (2009) chamam a atenção para as terminologias utilizadas no relatório, onde invisibilizam as populações atingidas pelo empreendimento e se restringem à “área de influência indireta” e à “área diretamente afetada”, desconsiderando as pessoas que vivem no entorno do empreendimento. Portanto, se não reconheciam os atingidos pelo empreendimento, também não consideraram a ampla consulta a população em geral, e menos ainda a necessidade real de instalação da usina. A discussão sobre UHE Belo Monte sempre esteve centrada na obra e não na demanda real de energia elétrica (ACSERALD; MELLO, 2009).

A retórica ambientalizada do RIMA não consegue, afinal, esconder o fato que a sustentabilidade da barragem depende da destruição da sustentabilidade das populações afetadas. Ou seja, nos próprios termos do glossário do RIMA, a continuidade econômica e ambiental da barragem se alimenta da descontinuidade econômica, social, ambiental e cultural dos grupos sociais atingidos (ACSERALD; MELLO, 2009, p. 54).

A Procuradora da República, Thais Santi, na entrevista à jornalista Eliane Brum⁸, afirma que a UHE Belo Monte realizou o impensável e suspendeu todas as leis que regem o licenciamento ambiental sob a justificativa da suspensão de segurança, um fragmento do regime de ditadura que justifica a análise dos fatos baseados na necessidade da obra, no cronograma e nos valores do empreendimento, e, por isso, as decisões jurídicas são suspensas. Na entrevista afirma ainda que, caso as leis tivessem sido aplicadas, Belo Monte não teria existido. A retórica do desenvolvimento tem sido incorporada ao discurso do progresso desde o projeto de crescimento econômico nacional em 1950 e, concomitantemente, há o afrouxamento das legislações que se tornaram altamente permissivas, ultrajando o modo de vida das populações atingidas, desconsidera as suas existências, desapropria as pessoas de seus territórios, relega-as a situações de alto risco e vulnerabilidade, além de mascarar os impactos ambientais danosos.

Por extensão, os empreendimentos dos grandes projetos de desenvolvimento atuam como máquinas de exclusão territorial e de despossessão do modo de vida particular ao ampliarem a segregação nas cidades e criarem pobre urbanos “sem lugar”, subtraídos de seus territórios e colocados à margem da sociedade (ROLNIK, 2015).

⁸ Entrevista disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html>

3 CAMINHO METODOLÓGICO

O percurso metodológico desta pesquisa tem como ponto de partida as indagações para compreender os modos de produção dos discursos dos empreendimentos construtores de grandes barragens. Portanto esta pesquisa teve como objetivo analisar o discurso construído pela empresa responsável pela Usina Hidrelétrica Jirau no Município de Porto Velho - RO a fim de compreender como é realizado o mascaramento dos impactos sociais e ambientais para a comunidade de Nova Mutum Paraná.

3.1 Caracterização da pesquisa

Para atingir o objetivo desta investigação, foi empregada a abordagem qualitativa por haver uma preocupação com o significado e com os sentidos atribuídos à realidade ao redor, possibilitando, assim, a produção de um conhecimento sobre o assunto estudado e as “novas zonas de sentido que permite descobrir em relação ao objeto de estudo” (GONZÁLES REY, 2005, p. 73). O método qualitativo compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que permitem ser aplicadas “ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões” (MINAYO, 2008), produzidas a partir da compreensão que os seres humanos fazem a respeito de si mesmos e da realidade em que estão inseridos.

Quanto ao objetivo deste estudo, é caracterizado como descritivo, pois pretende analisar como são construídos os discursos contidos no Boletim Informativo de Jirau cujo público-alvo era os deslocados compulsoriamente para Nova Mutum Paraná. Em virtude disso, como procedimento metodológico e por se tratar de uma pesquisa documental, a base de dados para estudo se desdobra nas 49 edições do Boletim Informativo da UHE Jirau (2010 – 2019), em documentos oficiais expedidos por órgãos judiciais, estatais e midiáticos visando construir a resposta para a hipótese deste trabalho. A análise dos dados foi realizada à luz da Análise de Discurso (AD), a qual retrata como a linguagem é reproduzida na ideologia, e como esta se manifesta na linguagem. A AD investiga o funcionamento discursivo a fim de explicar os mecanismos de determinação histórica entre o simbólico e o político. Além da AD, usou-se a Análise de Conteúdo de Bardin, uma técnica de análise e categorização dos dados.

A discussão teórica fundamenta-se no processo de constituição dos discursos dos empreendimentos dos grandes projetos de desenvolvimento, que neste trabalho trata especificamente do caso da Usina Hidrelétrica de Jirau. São expressivas e abrangentes as pesquisas que investigam situações semelhantes sobre construção de barragens em diversos países, prin-

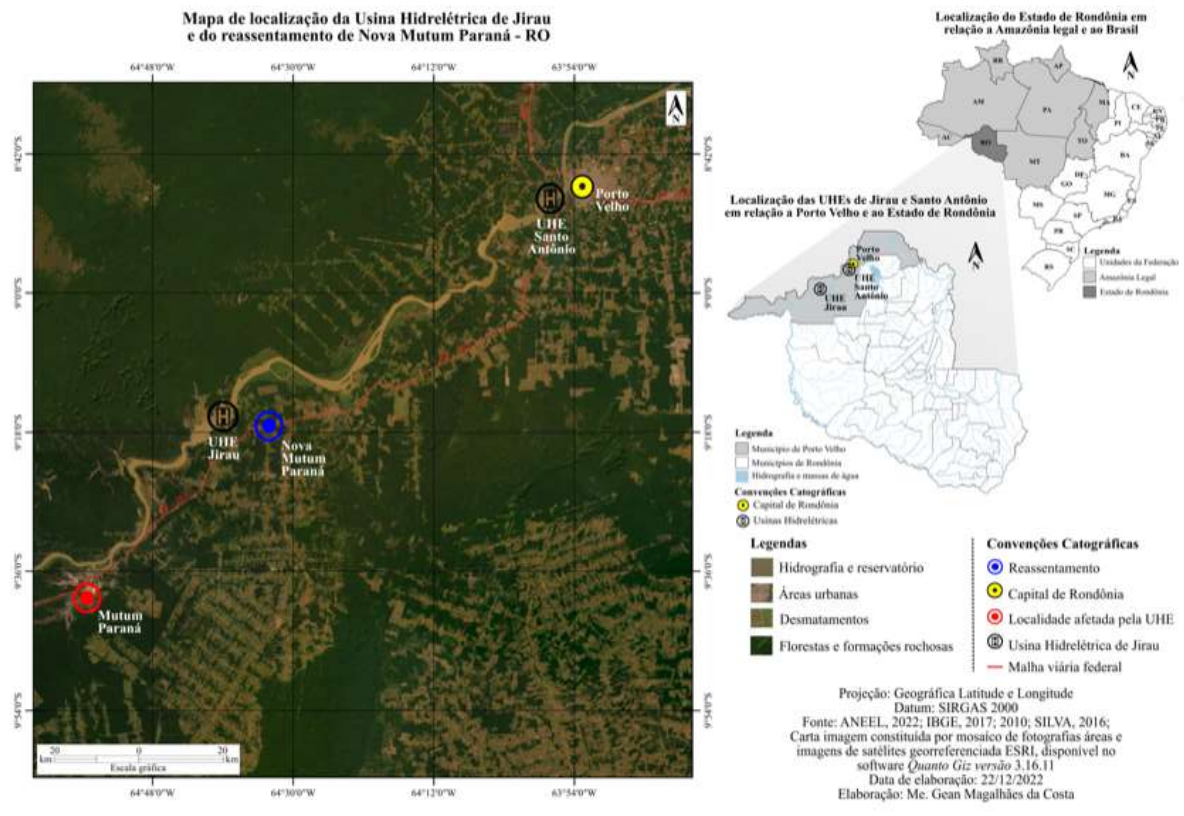
cipalmente, no que tange as temáticas do desenvolvimento, ambiente, sociedade (LOCATELLI, 2011). No entanto, ao realizar um estudo quantitativo das publicações correlatas ao discurso dos empreendimentos para construção de grandes projetos hidrelétricos, tem como resultado poucas pesquisas e textos.

3.2 Descrição da área do estudo

O Boletim Informativo tem como público-alvo a comunidade de Mutum Paraná que foram deslocados compulsoriamente para Nova Mutum Paraná, distrito do município de Porto Velho/RO. Na figura 2 é possível localizar à beira do rio Mutum, a antiga comunidade de Mutum Paraná.

O reassentamento de Nova Mutum Paraná está localizado à margem da BR-364 e a 15 km de distância do eixo da UHE Jirau. Segundo o PBA foram construídas 1300 moradias para abrigar trabalhadores diretos da obra da usina e 300 residências destinadas às famílias remanejadas de Mutum Paraná (ECOLOGY BRASIL, 2008), em outro registro a informação é de que foram construídas 1600 moradias e foram reassentadas 200 famílias (RIBEIRO; ANDRADE; MORET, 2015), e segundo Simão (2016) 102 famílias foram reassentadas. Num conversa com a então administradora de Nova Mutum Paraná durante visita ao distrito, 113 famílias foram remanejadas. Os dados publicados e as informações obtidas durante a pesquisa são inconsistentes, o que aponta para fragilidade dos estudos relacionados às famílias deslocadas e aos impactos sociais provocados pelo empreendimento.

Figura 2: Mapa de localização da UHE Jirau, reassentamento de Nova Mutum Paraná e antiga Mutum Paraná.



Fonte: Autora, 2022.

3.3 Revisão bibliográfica

Para o levantamento bibliográfico realizamos duas etapas de buscas. Na primeira busca foram consultados os bancos de dados do Portal de Periódicos Capes/MEC e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Em ambos foram inseridas as palavras-chave discurso hidrelétricas. Na busca foram consideradas as pesquisas publicadas entre 2000 e 2019. Após este procedimento, foram encontrados 101 resultados no Portal de Periódicos Capes/MEC; e, após a leitura dos títulos e resumos dos artigos, três trabalhos estavam alinhados com a temática desta pesquisa. Idêntico procedimento foi realizado no banco da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, 67 resultados foram encontrados, e após leitura dos títulos e resumos, duas teses e duas dissertações foram selecionadas. A segunda busca de pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos Capes/MEC utilizando as palavras-chave em inglês: *discourse hydroelectric*, também com o ano de publicação entre 2000 e 2019, e estabeleceu-se o critério de exclusão das áreas de História e Arqueologia, Engenharia e Geografia, e foram

encontrados 1.661 artigos. Após leitura dos títulos, três artigos estavam condizentes com a temática proposta neste trabalho.

Para compreender o modo como o discurso da empresa responsável pelo empreendimento da UHE Jirau foi construído, teve-se como referência a análise das edições publicadas do Boletim informativo de Jirau, que puderam ser obtidos no sítio do empreendimento. Além disso, foi necessário analisar documentos relacionados à implantação, execução e atuação do empreendimento no local, bem como entender as interpretações dos especialistas a respeito das ações desencadeadas por esses grandes empreendimentos.

3.4 Coleta de dados

Portanto, para alcançar o objetivo deste trabalho, o primeiro procedimento de levantamento de dados foi reunir todas as edições do Boletim Informativo da UHE Jirau de 2010 a 2019, dispostos no Apêndice A, por intermédio da técnica da análise documental (BARDIN, 1977), que visa facilitar a organização dos dados de tal forma que o pesquisador obtenha o máximo de informação pertinente. Os informativos digitalizados encontravam-se no sítio eletrônico da ESBR, atualmente desativado.⁹ Em dezembro de 2020, após sete anos de operação, a ESBR mudou de nome e foi renomeada como Jirau Energia.

⁹ <http://observatoriojirau.com.br>, no entanto, ao tentar acessar a página, o usuário é dirigido para a página <www.jirauenergia.com.br>, na qual não é possível ter acesso ao Boletim Informativo.

Figura 3 – Totem na lateral da BR-364 indicando acesso à UHE Jirau com a nova marca do consórcio.



Fonte: Autora, 2021.

O recorte temporal para a análise teve desde a primeira edição, junho de 2010, até a última, a quadragésima nona edição de 2019. À medida que a organização das edições dos Boletins ocorria, as matérias eram analisadas conforme seus conteúdos e categorizados de acordo com as temáticas divulgadas no informativo. “O objectivo (sic) da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 1977, p. 46).

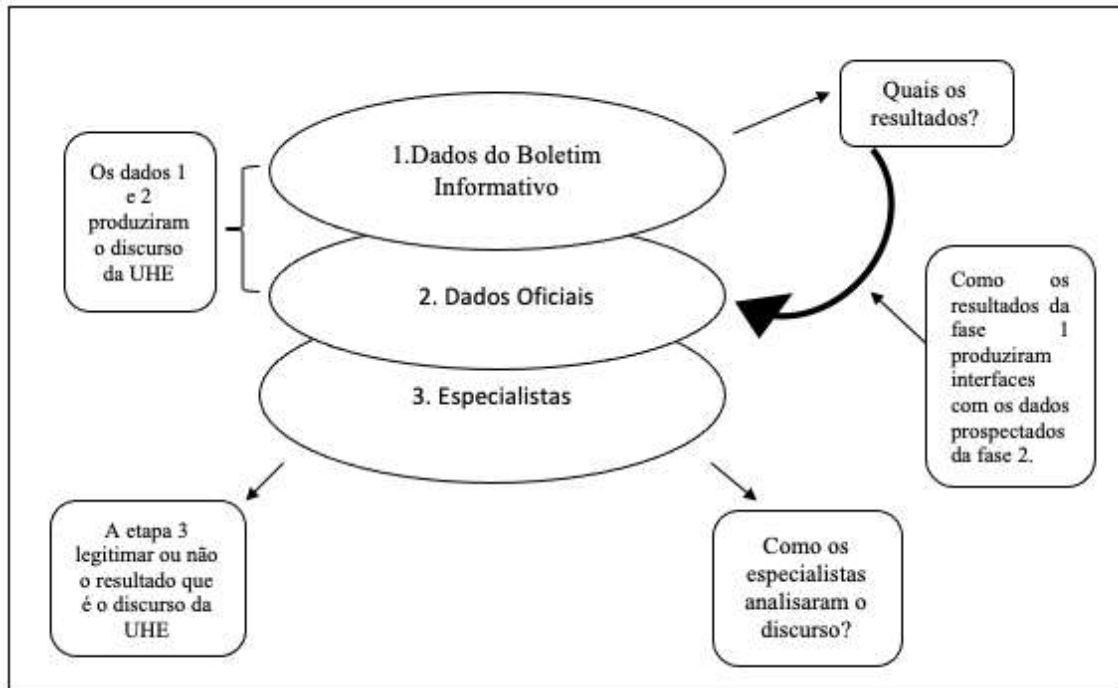
A organização e a seleção dos documentos oficiais e conjuntos de textos relacionados à implantação, à execução e ao funcionamento da UHE de Jirau fizeram parte do segundo levantamento de dados, cuja criação do *corpus*, conjunto de documentos a serem submetidos para procedimentos analíticos (BARDIN, 1977) se efetivou por meio de critérios de inclusão dos documentos oficiais expedidos pelo Ibama, Aneel, Ministério Público Estadual e Federal, Movimento dos Atingidos por Barragens, Comissão Mundial de Barragens, Atas de reuniões dos Grupos de Trabalho da ESBR com a comunidade (Apêndice C) e o EIA/RIMA. Foi possível utilizar a técnica baseada na Análise de Conteúdo de Bardin (1977) para a análise e a

categorização dos dados dos Boletins e das entrevistas e a Análise do Discurso articulando os dados obtidos e referencial teórico. As atas dos documentos que puderam ser acessadas foram organizadas por data, assunto, procedência e destinatário e estão nos apêndices.

Os mascaramentos surgiram, principalmente, a partir do confronto das fontes dos Boletins e das atas dos Grupos de Trabalho, que são as representações da nebulosa e não divulgação de problemas, ou seja, os problemas da comunidade são negados, escondidos, escamoteados e minimizados. O terceiro e último procedimento de coleta de dados foi realizado por meio das entrevistas com especialistas com relevantes estudos sobre os impactos dos grandes projetos de investimento no Brasil, dentre os eleitos: Carlos Vainer, Célio Berman e Evandro Moretto. As entrevistas semiestruturadas, com uso de um roteiro preestabelecido, foram transcritas, e tiveram como tema os impactos sociais e ambientais causados por construção de barragens. O roteiro serviu como orientação para as perguntas, no entanto, cada pesquisador entrevistado pôde estruturar o esquema de raciocínio de acordo com as leituras e vivências em suas respectivas áreas específicas de atuação. O roteiro e as transcrições das entrevistas juntamente com o currículo dos entrevistados estão nos apêndices E e F, respectivamente.

Para que o discurso produzido pelo Boletim informativo fosse legitimado, todas essas informações foram concatenadas. As matérias publicadas no Boletim Informativo produziram informações e dados que, decodificados, foram capazes de produzir os indicadores de discursos subsidiados por documentos, fossem oriundos de instituições relacionadas à imprensa local, aos movimentos sociais, às agências reguladoras e aos órgãos públicos, estaduais ou federais, fossem subsidiados pela avaliação dos especialistas que estudam os impactos sociais e ambientais causados por barragens (figura 4). Em alguns casos, como na investigação com os especialistas, foi necessário realizar entrevistas semiestruturadas.

Figura 4 - Quadro do esquema metodológico



Fonte: Autora, 2021.

Ao ser estabelecida a relação entre os dados coletados, foi possível analisar o discurso construído pelo dito e escrito, aquilo que foi publicado intencionalmente por meio do Boletim, bem como o discurso não dito e não escrito, logo não publicado no Boletim, porém publicado em outros meios de comunicação.

Começamos por observar o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos do texto submetido à análise. A partir desse momento estamos em condição de desenvolver a análise, a partir dos vestígios que aí vamos encontrando, podendo ir mais longe, na procura do que chamamos de processo discursivo (ORLANDI, 2012, p. 67).

Na fase do processo discursivo por meio dos vestígios encontrados no levantamento de dados com a Análise de Discurso. Portanto, o Boletim Informativo e todo o rol de documentos, conforme já descritos, serviram de subsídios para analisar o discurso do empreendimento.

3.5 Análise qualitativa dos dados

“Os discursos construídos - pela imprensa ou mesmo por relatos orais - posicionam-se em meio a interesses que legitimam necessidades ligadas à ideia de ‘progresso’ intimamente relacionada à construção das memórias sobre o próprio projeto hidrelétrico, e por que não?

do seu fazer-se” (MARTIN, 2012, p. 252). Cerry (2013) questiona se a imprensa manipula os sentidos do povo ou se interpreta os acontecimentos antes da publicação para que o povo introjete as conclusões desejadas pela imprensa. Segundo a autora, a construção da notícia é moldada como uma mercadoria que recebe atenção desde o assunto a ser noticiado até a seleção do vocabulário.

A mídia impressa controla a participação do público de uma publicação mediante edição e interpretação de suas falas. Essas práticas em veículos de comunicação impedem que as resistências se tornem visíveis. A imprensa enquanto instituição legitimada pela história ocupa um lugar de privilégio: o espaço público em que pode produzir, entre outros textos, discursos sobre a política de nosso país. (CYRRE, 2013, p. 51).

Assim para compreender o discurso das Edições do Boletim Informativo de Jirau para a comunidade dos deslocados em Nova Mutum Paraná, foram utilizadas como ferramentas para compreensão dos significados: a Análise de Discurso – AD francesa de acordo as leituras de Eni Orlandi precursora do tema no Brasil, estudiosa do Michael Pêcheux, fundador da AD, e a Análise de conteúdo de Bardin (1977) para a categorização e análise dos dados. Nesta óptica, o discurso se faz necessário entre o homem e a realidade, a palavra em curso produz sentidos, e a AD procura compreender os sentidos que afetam a existência dos sujeitos de determinada sociedade. “A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores.” (ORLANDI, 2012, p. 21).

Portanto, analisar o discurso é compreender de que maneira foi construída e qual o funcionamento das falas, seja oral ou escrita, considerando os processos históricos, ideológicos e sociais, produzidos em diferentes tempos e lugares (SOUSA, 2011). Na obra *A Ordem do Discurso* de Michel Foucault (2010), o autor conceitua o discurso como o que é pronunciado ou escrito e pode ser perigoso, pois, em algumas sociedades, a produção dos discursos são minuciosamente elaborados a fim de estabelecer jogo de poder e perigos, processos de exclusão ou interdição social, e posiciona o sujeito que fala num lugar de direito privilegiado. A ordem do discurso é para aqueles que seguem as regras de funcionamento do controle dos discursos, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2010, p. 37). Portanto, não se permite que todo mundo tenha acesso à palavra.

As microtecnologias de poder, descritas por Acserald (2018) como a amplificação de ações empresariais para administrar as situações do entorno do empreendimento, foram de-

envolvidas como estratégias de “não mercado” associadas ao discurso de “filantropia”, “responsabilidade social e “investimento social privado” com o objetivo de manter o disciplinamento social da comunidade e maximizar os lucros da empresa. (ACSERALD, 2018, p. 33). O discurso é empregado pelas microtecnologias de poder, as quais são descritas por Foucault (2010) como um sistema complexo de restrição constituído

[...] pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (ACSERALD, 2018, p. 39).

O ritual que define o jogo de manipulação, nomeado por Acserald (2018) como disciplinamento social, na obra *Microfísica do Poder*, Foucault (2010b) o conceitua como um poder disciplinar que atua nos corpos dos sujeitos e produz o estereótipo do homem necessário para a reprodução e a manutenção da sociedade industrial capitalista. Tendo em vista o volume de dados coletados nos Boletins e a técnica de entrevista semiestruturada utilizada, a organização e a análise dos dados seguiram as três fases da análise de conteúdo de Bardin (1977):

1) Pré-análise compreendeu a fase do levantamento de dados das 49 edições dos Boletins Informativos, a organização das 356 matérias em categorias temáticas, a organização do *corpus* dos documentos oficiais, atas, recursos judiciais, e as transcrições das entrevistas com os especialistas. As entrevistas (Apêndice C) foram transcritas, retirando-se os vícios de linguagem e a conversa introdutória entre a pesquisadora e os entrevistados, sem comprometer o conteúdo. Tanto com os boletins quanto com as entrevistas foram realizadas as denominadas leituras flutuantes de pré-análise, ou seja, o contato inicial com o texto dos boletins e das entrevistas que permitiram a pesquisadora formular as primeiras impressões e percepções das mensagens explícitas e implícitas, do dito e do silenciado, das afirmações e das contradições, leituras e releituras do material até chegar a uma impregnação do seu conteúdo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

2) Exploração do material ou análise que envolveu leituras dos materiais organizados na pré-análise para decompor os temas recorrentes entre as falas dos entrevistados, entre os Boletins Informativos e os documentos oficiais, atas e recursos judiciais. O processo de construção de categorias emergiu das análises dos Boletins Informativos, articulando-os com a teoria e as entrevistas com o material de análise, Segundo Szymanski, Almeida e Pradini (2002), a categorização refere-se a um mesmo assunto e representa o mergulho do pesquisa-

dor nos dados e a sua forma peculiar de agrupá-los para explicar os seus significados. Para Bardin (1977, p. 105), “[...] fazer a análise temática consiste em ‘descobrir os núcleos de sentido’ que compõem a comunicação [...]”. Portanto, as categorias temáticas foram construídas, tendo como base o Artigo 1º da Resolução do Conama 001/86 que trata do conceito de impacto ambiental como:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Assim, a partir destas definições os temas foram agrupados e, por fim, inserido o tema Território, totalizando cinco categorias de análise:

I-Saúde, condições sanitárias e segurança: matérias relacionadas à saúde mental e física, à saúde coletiva, às condições sanitárias e à segurança pública;

II-Bem-estar e estética: assuntos relacionados às divulgações de entretenimentos como abertura de restaurantes, sorveterias, casas de eventos, as oficinas oferecidas para a comunidade como violão, capoeira, cinema, esportes e o clube da vila;

III-Biota e qualidade dos recursos ambientais: temáticas sobre biodiversidade e as consequências das alterações da qualidade dos recursos ambientais na região da implantação da usina;

IV-Atividades econômicas: assuntos pertinentes á comunidade como a oferta de oficinas para fabricação de ovos de Páscoa, pintura, bordado, manejo ambiental, curso de cooperativismo e espaço para os comerciantes locais divulgarem os seus estabelecimentos;

V-Território: temas relacionados às matérias publicadas sobre a comunidade de Mutum Paraná e o assentamento de Nova Mutum Paraná, modos de vida, vizinhança, relações com a antiga e com a nova moradia, relações com a terra, com o rio, educação, reuniões comunitárias, costume local e as mudanças ocorridas com a chegada do empreendimento.

3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação, o qual se constituiu numa relação entre o texto, as análises realizadas, a interpretação do material coletado e as inferências da pesquisadora. Esse passo constituiu, também, em destaque dos trechos das falas, citações literais que demonstrem sua pertinência com determinada categoria, bem como pontos que não constavam inicialmente, mas que se delinearão durante a trajetória do estudo.

Essa terceira fase teve o objetivo de tornar significativos os resultados brutos, e em todo processo de análise dos dados, a pesquisadora procurou deixar se levar pela interpretação, pensar e repensar o material analisado, buscando compreender o que foi dito ou o que não foi dito pelos Boletins Informativos à luz de referenciais teóricos que ampliaram o conhecimento sobre o fenômeno investigado, tentando-se estabelecer conexões entre as matérias, os conhecimentos disponíveis e as relações que possibilitaram a proposição de novas explicações e interpretações, a fim de acrescentar um novo saber ao já conhecido.

No quadro do Apêndice 1 estão apresentados os dados das 49 edições do Boletim Informativo de Jirau, e descritas as 356 matérias, catalogadas de acordo com o ano, edição, mês de publicação e categoria de análise. Os títulos das matérias em destaque fazem parte do conjunto de publicações consideradas relevantes, com assuntos pertinentes e de impacto direto para comunidade. Convém elucidar que as notícias sem negrito remetem a assuntos aleatórios de informações gerais, não conectados com o *locus* de estudo.

Em seguida, no quadro do apêndice B, exhibe a análise geral das 49 edições do Boletim conforme cada categoria temática, a quantidade de edições publicada do tema, total de matérias, a quantidade de assuntos relevantes para a comunidade e a porcentagem destes. Por fim, o apêndice C traz os dados de algumas atas e listas de presenças das reuniões de alguns dos Grupos de Trabalho com informações sobre local, data, horário de início e fim da reunião e a quantidade de participantes de cada representação (ESBR, Estado, sociedade civil). No quadro onde não há registro dos participantes não foi possível ser identificado nas atas por meio das rubricas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentadas as análises e as discussões do processo de instalação da UHE Jirau, desde a realização do EIA/RIMA até a constatação das principais consequências da instalação da usina, demonstrando que o processo de licenciamento serviu de gatilho para mascarar os impactos socioambientais, visto o baixo rigor dos estudos. Em seguida serão apresentadas a análise sobre o Boletim Informativo de Jirau e a discussão dos dados das categorias temáticas criadas a partir do estudo dos conteúdos das matérias do Boletim Informativo.

4.1 O processo de instalação da UHE JIRAU: gatilhos para o mascaramento dos impactos sociais e ambientais

Compreender a importância da construção da UHE de Jirau dentro do cenário nacional entre outras grandes UHE construídas no Brasil se fez necessário porque houve um grande esforço em diversas escalas para forçar o processo de construção que ocorreu de modo sem precedentes. A partir daqui será analisado o processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Jirau e serão apontadas as questões que serviram de gatilhos para, posteriormente, no Boletim Informativo, transformarem-se nos mascaramentos dos impactos socioambientais divulgados para comunidade de Nova Mutum Paraná. Cada ponto identificado será classificado de acordo com as categorias temáticas de análise das matérias do referido Boletim.

A UHE Jirau se localiza no Rio Madeira, principal afluente do Rio Amazonas, tem como empresa responsável pela construção o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), no entanto, a partir de 2021 houve uma mudança de nome e passou a ser chamada de Jirau Energia¹⁰, portanto, nas análises permanecerá o nome antigo da empresa. Entre os anos de 2003 a 2005 foram realizados os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) das Usinas de Jirau e Santo Antônio produzido pela Leme Engenharia para o Consórcio integrado por Furnas Centrais Elétricas e a Construtora Odebrecht, em maio de 2005, a empresa Leme divulgou o RIMA. Oportuno registrar que a equipe responsável pelo relatório foi composta por geógrafa, engenheiros hidrólogos e agrônomos, biólogos, pedagoga, arqueóloga, médico e economista, sendo o responsável pelo RIMA um arquiteto do Rio de Janeiro. Chama-se a atenção neste quesito para a ausência de profissionais da área de ciências humanas como Sociologia, Antropologia e Psicologia, com competência técnica para avaliarem as possíveis consequências

¹⁰ Vide sítio eletrônico: <<https://www.jirauenergia.com.br/>>

psicossociais geradas nas comunidades. Neste sentido, a falta de análises dos impactos psicossociais implica mascaramento dos aspectos relacionados à temática de território.

No RIMA está descrita a forma como foram elaborados os estudos, o motivo de implantação dos empreendimentos na cidade de Porto Velho, a apresentação da cidade, os impactos a serem gerados e as ações corretivas ou compensatórias da empresa para a região, que pode ser observado nos aspectos relacionados à temática das atividades econômicas. Foram elencados, nesse documento, os impactos benéficos e os impactos adversos, que são expressiva e quantitativamente maiores (35) que os benéficos (8). Chama a atenção a imprecisão de medidas a serem adotadas quanto aos impactos adversos relacionados à elevação do lençol freático; à redução do oxigênio dissolvido na água em regiões marginais ao reservatório; ao aumento do potencial erosivo das águas do Rio Madeira; à perda ou fuga de animais; à supressão de vegetação; à alteração na estrutura da comunidade de peixes; à eliminação da barreira naturais para botos; à alteração na qualidade de vida da população; à desestruturação sociopolítica; ao aumento da incidência da malária e outras doenças; à intranquilidade da população; à redução do emprego e da renda dos pescadores e garimpeiros; à modificação da pesca dos reservatórios, o que parece incongruente com as justificativas apresentadas para a implantação da UHE. Tais quesitos impulsionam o gatilho para a necessidade de mascaramento dos aspectos relacionados à saúde, as condições sanitárias e à segurança, à biota e à qualidade dos recursos ambientais.

Do RIMA, há aspectos relevantes para posterior discussão acerca dos processos de territorialização. Inicia-se com a justificativa que consta no relatório a necessidade de “um consenso entre todos os agentes”, para a implantação do projeto conquanto haja “demanda, viabilidade técnica, *impactos ambientais reparáveis ou compensáveis, inexistência de conflitos entre operação e uso da água na região, população local devidamente compensada*, e agentes interessados na construção e financiamento (RIMA, 2005, p. 9, grifo nosso). É incongruente a justificativa de que para a implantação da UHE todos os agentes devam estar em consenso. De pronto, pode-se identificar impactos ambientais irreparáveis que não condizem com compensações, como, por exemplo, é impossível compensar um pescador que ficou sem rio para pescar. Que pode ser explicado, nesse campo de conflitos “em que as diferentes posições sustentam forças desiguais perpetuam-se políticas socialmente injustas e ambientalmente insustentáveis.” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p. 21), produzindo impactos socioeconômicos e ambientais negativos para os pescadores resultando no aumento da vulnerabilidade social dos que praticam a atividade pesqueira como renda, sem a assistência devida do Estado e/ou do empreendimento diante dos novos desafios enfrentados pelos pescadores.

Esses conflitos ativam o gatilho para a necessidade de mascaramento dos aspectos relacionados à temática das atividades econômicas e de território.

Um problema fundamental é que o EIA e o RIMA são produzidos por empresas de consultoria que dependem completamente do proponente do projeto [...]. O proponente prepara os termos de referência, escolhe a empresa vencedora, e paga pelos serviços. Além disto, a parcela final do pagamento não é liberada até que o documento passe através de uma série de versões nos quais o proponente pode pedir mudanças no relatório. As empresas são, portanto, induzidas a produzir relatórios que indicam um mínimo de impactos, tanto por meio de pressões diretas como em função do seu interesse em ser escolhido para contratos futuros de consultoria. (FEARNSIDE, 2015a, p. 49)

De maneira geral, as licenças ambientais, nacionais e internacionais, no que tange às medidas reparadoras dos programas socioambientais, são parecidas no sentido de subestimar, e não serem capazes de promoverem condições socioeconômicas como as anteriores à construção das UHE, resultando em rendas mensais precárias, alteração da qualidade da água, mortandade de peixes e diminuição da venda destes (SANTOS; CUNHA; CUNHA, 2017).

Como é possível não haver conflitos entre a operação de uma grande obra de infraestrutura sem impactos negativos na região e sem causar o comprometimento do uso da água? Como compensar pessoas, famílias, comunidades que são deslocadas, reassentadas, retiradas de seus modos de vida devidamente? Num estudo realizado com os ribeirinhos atingidos pela construção da Usina de Belo Monte no Rio Xingu, foram realizados atendimentos psicológicos envolvendo a experiência territorial e a atenção ao sofrimento psíquico. As alterações dos modos de vida foram profundas, produzindo uma extensa e extrema condição de vulnerabilidade social. Com efeito, “A cada derrota, a cada movimento de fragmentação, consolidava-se um ciclo de repetição extenso que redobrava o luto pela perda de ideais, da perda dos recursos de recomposição e resiliência.” (DUNKER; FRAGELLI, 2018?, s.p.).

A imposição sobre o novo modo de vida, a nova definição do que vem a ser uma casa não coadunavam com a realidade que era vivenciada. Trata-se de pressões impostas sem consideração à cultura e aos modos de pertencimento da comunidade local, que Dunker e Fragelli (2018?) nomeiam de trauma disseminado, ou seja, um impacto que é transmitido e sentido de pessoa para pessoa que partilham das mesmas relações, e ocorre, assim, a “perda do endereço”, o endereço real e o simbólico. Portanto, será possível compensar uma parte das perdas? Ou as perdas são tão graves que se tornam irrecuperáveis, pois afetam o real e simbólico e o imaterial impossível de mensurar. Esses aspectos acionam o gatilho para o mascaramento dos aspectos da categoria bem-estar e estética.

Na conclusão do RIMA, há o parecer favorável à construção dos dois empreendimentos no Complexo da Bacia do Madeira. Assim, em 9 de julho de 2007, é publicada pelo Ibama a Licença Prévia n. 251/2007, autorizando a construção das duas usinas hidrelétricas: Jirau e Santo Antônio. No ano seguinte, em 11 de agosto de 2008, Aneel publica o edital do Leilão n. 005/2008 referente à compra de energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica de Jirau, tendo como vencedor da hasta o Consórcio Energia Sustentável, em 19 de maio de 2008. Algumas semanas depois, a empresa anuncia a mudança do empreendimento para local diferente do previamente acordado nos estudos de Viabilidade Ambiental e no EIA/RIMA, justificando que seria 11 quilômetros a jusante do ponto inicial e resultaria em economia de custo da implantação da obra.¹¹

[...] não faz sentido você ter um licenciamento para dois empreendimentos, que têm suas características específicas, *né?* Mas esse foi o primeiro maior escândalo, e, aí, que as coisas começam a ser degradadas. [...] Então, é inadmissível que se mude! Tecnicamente inadmissível, que se mude o eixo da barragem depois de uma licença prévia, porque a licença prévia, ela atesta a viabilidade ambiental que já era contestável, mas que ela atesta a viabilidade ambiental a partir de um estudo de impacto ambiental, em um ponto espacial (Entrevista do Professor Evandro Moretto/USP).

Em dezembro de 2008, o Ministério Público Estadual de Rondônia e o Ministério Público Federal ajuizaram a ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o então presidente do Ibama e o então diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, por se manifestarem favoráveis à alteração empreendida pelo Consórcio Energia Sustentável do Brasil. Segundo consta na página 4 da ação civil,

a alteração do eixo principal da UHE Jirau, [sic] representa não uma mera alteração de localidade, como pretendem fazer crer as autoridades, mas uma modificação complexa, com alterações que implicam impactos ambientais que extrapolam os contornos inicialmente previstos, mormente porque a exata localização do empreendimento é fundamental para delimitar a área de influência do projeto, as medidas mitigadoras e compensatórias, a quantidade e localização das audiências públicas, máxime a viabilidade ambiental do empreendimento.

Em face disto, o Ministério Público Estadual e Federal argumentaram que a Licença de Instalação expedida sob o n. 563/2008 não considerava as consequências da alteração solicitada pelo empreendimento, viola a Constituição Federal, as leis de licitação, o processo ambiental e os novos impactos ambientais, portanto, não havia possibilidade da licença ser parcialmente concedida sem que houvesse novos estudos ambientais prévios “a fim de avaliar as

¹¹ Documento disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empreendimentos.php

consequências ambientais e socioeconômicas na mudança do empreendimento inicial.”, conforme disposto na nona página do documento.

Havia uma justificativa por parte do consórcio de que as obras deveriam começar para aproveitar a “janela hidrológica”, período de baixo volume de água, que variava de junho a dezembro¹². Em janeiro de 2009, a Advocacia Geral da União divulgou no sítio eletrônico¹³ que a liminar da 3ª Vara Federal havia sido suspensa, defendendo que a licença concedida pelo Ibama estava de acordo com todos os dispositivos legais; e, se a liminar fosse mantida, poderia causar lesões “à ordem e à economia públicas”, além de atraso para os consumidores. Em outra matéria, no sítio eletrônico da AGU, afirmava que, para a Justiça, “a emissão das Licenças Ambientais independe da conclusão do Estudo de Impacto Ambiental.”¹⁴

Quais as possíveis análises sobre o posicionamento da Justiça brasileira ao declarar que Estudos de Impactos Ambientais são desnecessários para a emissão de licenças para a implantação de empreendimentos com impactos irreversíveis ao meio ambiente e às comunidades do entorno? Fica evidente a urgência para que a instalação da usina fosse iniciada a qualquer custo, mesmo que atingisse qualquer âmbito socioambiental, desde que não fossem os lucros e as metas da empresa. “Aliás, o que se constatou no caso da UHE Jirau é que o Estado atende aos interesses de atores econômicos em nome do ‘progresso’, do ‘crescimento econômico’, do ‘desenvolvimento’ em detrimento de outros valores fundamentais à vida.” (STORLEMAN et al., 2014, p. 385). Trata-se, portanto, de mascaramento dos aspectos pertinentes à biota e à qualidade dos recursos ambientais.

De acordo com Storleman et al. (2014), muitos aspectos desafiam certezas quantos aos impactos, como, por exemplo, a formação do curso do Rio Madeira que ainda está em processo de depósito de sedimentos em lugares diferentes a cada período, os impactos socioculturais de ordem direta e indireta, como o aumento de casos de estupros, a prostituição, mais ocorrência de acidentes de automóveis e tantas outras problemáticas que comprometem a qualidade de vida da população. Assim, observou-se o desenvolvimento característico proveniente da implantação de obras de grande porte, no entanto, sem capacidade para resolver uma demanda excessiva e permanente como saúde e educação (MORET; GUERRA, 2009).

De maneira geral, a história dos projetos hidrelétricos no Brasil tem repetido e agravado os desastres ambientais e proporcionado perdas irreparáveis a grupos sociais impossibilitando de reconstruírem os seus modos de vida. Neste seara, “[...] as comunidades rurais atin-

¹² Devido às alterações climáticas é inviável obter uma previsão precisa dos períodos chuvosos na região.

¹³ Notícia no sítio eletrônico da AGU: <http://agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/78574>

¹⁴ Notícia no sítio eletrônico da AGU: <http://agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/115459>

gidas por barragens são usurpadas de seus meios ambientes por meio de desterritorializações e deslocamentos compulsórios, ao mesmo tempo em que são marginalizadas do processo decisório [...]” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005, p. 112). No caso da UHE Jirau, todas as pessoas que viviam no Distrito de Mutum-Paraná, região de influência direta da barragem totalmente alagada, foram removidas. As possibilidades de remanejamento foram: o reassentamento urbano, o reassentamento rural ou a indenização. Quanto ao remanejamento urbano, a ESBR construiu casas, criando um espaço geográfico, o oposto das formas precedentes de viver da comunidade. Nova Mutum Paraná foi feita para atender aos funcionários da ESBR e, por consequência, consolidar “um novo espaço geográfico, alheio às representações culturais dos antigos moradores remanejados de Mutum-Paraná – para os quais só restaram lembranças de seu local de origem.” (STORLEMAN et al., 2014, p. 380).

A cheia histórica de 2014 consistiu noutra situação calamitosa, quando houve a elevação da cota do Rio Madeira em 19,74 metros. A chuva que ocorre nos Andes tem influência direta sobre os rios Beni, Bolívia, e Madre de Dios, Peru, e, no Brasil, formam o Rio Madeira, que sofreu influência do degelo andino no aumento das cotas das águas, porém, um rio com um abundante volume de água, ao ser contido por duas grandes usinas hidrelétricas, deu força a sua vazão causando inúmeros prejuízos aos domicílios urbanos e rurais, a submersão de localidades, o aumento dos casos de doenças e o isolamento do Estado do Acre por via terrestre.

Tomo como referência um dos maiores efeitos ambientais e sociais da construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio sobre o rio Madeira, o conhecido desastre da cheia de 2014. Este evento inesperado se tornou uma surpresa para as famílias atingidas nesta situação e ao mesmo tempo algo prenunciado por muitos atingidos, profundos conhecedores do rio, e por especialistas de diversas áreas que realizam estudos sobre o ecossistema e o leito do rio Madeira. Estes dois tipos de conhecimento foram marcantes antes do início das obras. Foram as vozes que tentaram alertar a sociedade sobre os efeitos futuros e que questionavam os governos e os consórcios a respeito da viabilidade de tais construções. No entanto, suas opiniões foram ignoradas e o desastre se fez em menos tempo do que se esperava. (BARAÚNA, 2014, p. 323).

No RIMA (2003-2005) foi previsto que as áreas urbanas afetadas com a formação dos reservatórios seriam Mutum-Paraná e parte de Jaci-Paraná (distritos de Porto Velho), e as vilas Amazonas e Teotônio. No entanto, observou-se, no Relatório de Impacto da Enchente do Rio Madeira, realizado pela Controladoria Geral da União (CGU), que todos os onze distritos, inclusive a cidade de Porto Velho, foram afetados pela enchente. O Relatório da CGU apresenta grande parte dos danos causados com a cheia: desbarrancamento das margens do Rio Madeira; danos às infraestruturas e instalações públicas; danos aos museus e às estruturas da

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; danos à estrutura portuária; isolamento de estados, municípios e comunidades. Conforme se atesta na página 64 do referido relatório:

O Rio Madeira é uma importante hidrovia, por onde chega o combustível utilizado nos estados de Rondônia e Acre e outros bens vindos diretamente de Manaus, e por onde é escoada a produção de soja de Rondônia e do Mato Grosso.

O Estado do Acre foi abastecido com aviões da Força Aérea Brasileira, balsas foram utilizadas para transportar suprimento de alimentos e combustíveis, também houve importação de alimentos do Peru. Acerca do fechamento da BR-364/RO, o Relatório da CGU afirma que as intervenções de elevação da pista não foram suficientes diante das previstas no projeto de elevação, e por isso, de acordo com o Contrato de Outorga, as UHE Santo Antônio e Jirau devem realocar ou proteger a BR-364 com tempo de recorrência de até 100 anos a contar do enchimento do reservatório.

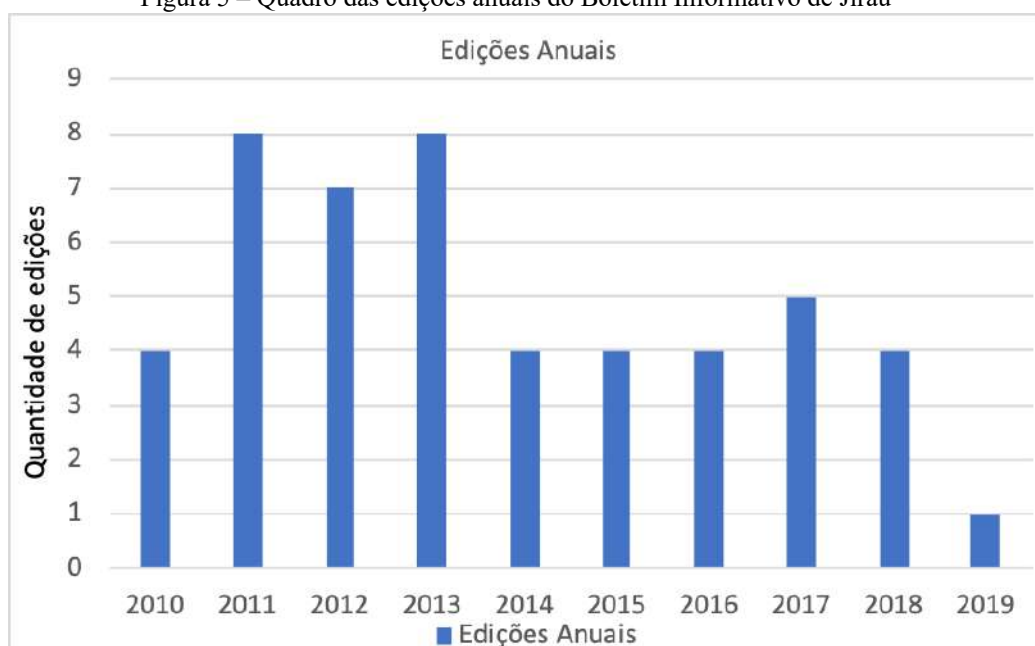
Em decorrência do bloqueio da BR-364, em Rondônia, e do comprometimento ao acesso às cidades de Guajará-Mirim, Nova Mamoré por via terrestre, a Estrada Parque, BR-421, que corta o Parque Estadual de Guajará-Mirim, um Território Indígena da etnia Karipuna, que havia sido interditada por meio de ação judicial do MPF/RO, tornou-se novamente alvo de pressões para que fosse aberta e pavimentada (NÓBREGA; KLEPPA; GARZON, 2015). Portanto, além de promover o esgarçamento dos direitos dos povos indígenas, escancarou mais uma vez o afrouxamento das restrições ambientais e sociais, um processo brutal de esvaziamento das legislações ambientais do país.

4.2 Apresentação do Boletim Informativo

Como anteriormente abordado, foram analisadas 49 edições do Boletim Informativo do Observatório Ambiental de Jirau desde a primeira edição, que foi publicada em junho de 2010, até a quadragésima nona edição, publicada em janeiro de 2019. Todas as publicações tiveram o total de 356 matérias categorizadas e analisadas. Nos anos de 2011 e 2013 foram lançadas oito edições, quantidade máxima publicada entre os anos de 2010 a 2019; enquanto que, em 2010, 2014, 2015 e 2016, foram lançadas quatro edições. Com efeito, de 2011 a 2013 ocorreu o auge do processo de construção da Usina. No final de 2010, houve o ponto de partida para a montagem da primeira turbina; em 2011 foi aprovada a ampliação da capacidade

de de 44 para 50 unidades geradoras¹⁵; em 2012, houve a obtenção da licença operação; e, em 2013, início da geração comercial de energia com a primeira turbina ativada (FEARNSIDE, 2015b). Os boletins tiveram maior quantidade de publicações neste período, divulgando mais notícias sobre a comunidade e, sobretudo, as necessidades e os problemas que deveriam ser resolvidos pela Prefeitura de Porto Velho. Desse modo, a responsabilidade sobre as questões que afetavam a comunidade era transferida para o município, enquanto a expansão de unidades geradoras era concedida, diferentemente do que havia sido prospectado pelo EIA/RIMA, com maior propagação dos benefícios que ocorriam na comunidade. A transferência das responsabilidades mascara, disfarça e produz uma cortina de fumaça para que novas concessões não previstas no EIA/RIMA fossem realizadas.

Figura 5 – Quadro das edições anuais do Boletim Informativo de Jirau



Fonte: autora, 2022.

Em relação à quantidade de páginas do jornal, até a décima nona edição, as publicações eram compostas de quatro páginas, e, a partir da vigésima edição, passou a ser de seis páginas. Nas primeiras edições, o jornal divulgava em torno de seis matérias, após ser ampliado para seis páginas, pode-se observar dois momentos: o primeiro até 2013, quando o jornal era subsidiado pela ESBR, publicavam-se em torno de nove matérias; e o segundo momento, a partir de 2014, quando o jornal passa a ter uma gestão independente, na vigésima oitava edição, a quantidade de matérias volta a ficar em torno de seis.

¹⁵ Embora no sítio eletrônico da Jirau Energia seja possível encontrar somente a informação de funcionamento das 50 turbinas, no RIMA é possível constatar que a aprovação inicial havia sido para instalação de 44 turbinas.

Vale apontar também que na décima segunda edição foram inseridos anúncios do comércio local de Nova Mutum Paraná, que ocupavam pelo menos 1/5 das páginas do jornal, e quando houve a inserção de duas páginas, os anúncios ocuparam mais espaços. O Boletim Informativo de Jirau, o eixo norteador de investigação desta pesquisa, tem sua fundamentação no PCS, que atende o artigo 10 da Resolução Conama nº 237/1997, e se articula com todos os programas do PBA cujo objetivo é estabelecer canais de comunicação entre o empreendimento e outros setores envolvidos no projeto.

Significa o estabelecimento de espaços para apresentação e troca de informações referentes, principalmente, ao andamento das obras e a interferência destas em relação à população das áreas afetadas de influência direta e indireta do empreendimento, incentivando a participação dos diversos segmentos da sociedade (PBA, 2010, p. 202).

Os objetivos específicos destacados no PCS são:

- Divulgar a importância estratégica e econômica do empreendimento para o desenvolvimento local e regional, bem como a importância do investimento energético;
- Divulgar as informações sobre o empreendimento, os impactos ambientais, as medidas mitigadoras e compensatórias e os programas socioambientais de forma clara para os diferentes públicos das áreas de influência do empreendimento;
- Contribuir para mitigar impactos socioambientais, através da divulgação de informações, do estabelecimento de canais para comunicação com a população da área de influência do empreendimento, durante todas as fases do empreendimento;
- Estimular a participação e a articulação dos diversos segmentos da sociedade que possam estar envolvidos com o empreendimento;
- Gerenciar e compatibilizar as informações oriundas das diversas atividades inerentes ao projeto, tanto na sua fase construtiva quanto na sua fase de operação, as quais envolvam a necessidade de comunicação e interação com a população interferida;
- Informar o público interno (corpo funcional e prestadores de serviço) acerca do andamento das etapas do empreendimento. (PBA, 2010, p. 190).

Portanto, de acordo com o PBA, a finalidade do Programa de Comunicação Social é estabelecer contato de forma sistemática e difundir informações para as comunidades do entorno da construção; e na mídia local, apresentar o projeto do empreendimento e veicular informes sobre o processo de construção na forma de Boletim Informativo, além de outros meios como jornal-mural, cartazes, folhetos etc. Em junho 2009, em Mutum Paraná, foi implantado o Observatório Ambiental Jirau e foram desenvolvidas várias ações na comunidade. O Observatório é uma organização social, concebida e validada pela população e instituições locais, que faz parte do Programa de Educação Ambiental, de acordo com o PBA e de responsabilidade da ESBR. A partir de julho de 2010, as famílias que residiam em Mutum Paraná e

optaram pelo reassentamento, iniciaram a mudança para Nova Mutum Paraná, e, por esse motivo, as instalações do Observatório também foram transferidas para nova vila.

Figura 6 - Primeira edição do Boletim Informativo de Jirau

USINA JIRAU Energia Sustentável do Brasil Observatório Ambiental JIRAU

Edição # 01 - Junho de 2010 • Mutum-Paraná /RO

Observação!

..... Informação & Conhecimento

Oficinas em Mutum Paraná

A NOVA ESCOLA GANHOU UM LINDO JARDIM

Núcleo de Comunicação: Mablíne Martiniano e Sâmella Martiniano

Em novembro de 2009 deu-se início a Oficina de Pesquisa Social, com a consultora Luciana Di Pilla, onde foram criados os grupos: Pesquisa Avançada, Recomeçar, Nucleação, Juventude em Ação, Pesquisadoras do Futuro e Jovens Nucleares. Participaram cerca de vinte pessoas, onde trabalharam em conjunto com temas sobre educação, identidade cultural, saúde, Observatório e cotidiano juvenil, por meio de entrevistas e fotos. Parte desse material irá para o "Baú do Rio Madeira", que é um site a ser criado pelos monitores do Observatório na oficina do consultor Amen Khalil.

Em março de 2010 este trabalho teve seqüência, onde foi dada atenção especial a Oficina de Pesquisa Social. O objetivo da oficina foi o de fornecer informações necessárias como base para oficinas futuras. Em maio, nas oficinas de Cinema, Linguagem Audiovisual, Mídias Digitais e Internet já foi possível iniciar a produção de trabalhos como documentários, Jornal Observação!, site do Observatório e reportagens. Esperamos que esses trabalhos possam resgatar e registrar a memória da comunidade de Mutum Paraná, que mudará para o Pólo em breve.

Fonte: sítio eletrônico do ESBR

Dentre os diversos setores de atividades do Observatório há o Núcleo de Comunicação Social que, segundo o seu o sítio eletrônico¹⁶, tem como objetivo “documentar, produzir e divulgar informações sobre a realidade das comunidades em vistas às transformações que estão ocorrendo na região em função do empreendimento [...]”. Este grupo de comunicação foi formado por monitores bolsistas, que fazem parte da comunidade de Mutum Paraná, e participaram das oficinas para a atuação no jornal *Observação*. O Boletim informativo do Observatório Ambiental de Jirau tem como título a palavra **Observação!** grifado na palavra ação a fim de trazer a ideia de que o ato de observar e a ação estão interligados e caminham juntos. Diante do exposto, a página 1 da Edição 20 pontua:

o intuito do jornal é focar na prestação de serviços, identificando e explorando os assuntos e necessidades mais frequentes, informando aos moradores sobre as causas e reivindicando possíveis soluções aos problemas encontrados.

O jornal tem como subtítulo *Informação e conhecimento*, palavras que coadunam com observar e ação, visto que informar e conhecer também se relacionam com ação. Em todas as edições são divulgadas matérias com conteúdo de utilidade pública referentes à Saúde (saúde mental, qualidade de vida, nocividade do cigarro, importância do exercício físico), Educação Ambiental (coleta seletiva, limpeza urbana, preservação do meio ambiente), Oficinas para comunidade (pintura, confecção de ovos de Páscoa, capoeira, cinema), entre outros. Os assuntos são informações de interesse geral da comunidade, porém nestas matérias não há um cunho formativo de opinião sobre as peculiaridades e necessidades da comunidade local. Isto parece corroborar com o apontamento feito sobre a incongruência entre o título e o subtítulo do jornal, as matérias não fornecem informações que ajudem a comunidade a refletir sobre a realidade e as mudanças decorrentes dos deslocamentos vividos.

4.3 Análise das categorias temáticas

A partir da catalogação das matérias do Boletim Informativo, foram extraídas cinco categorias temáticas presentes no escopo do Boletim e, sobretudo, por tenderem a explicar os conteúdos do boletim, bem como os objetivos: 1- Saúde, condições sanitárias e segurança; 2- Bem-estar e estética; 3- Biota, qualidade dos recursos ambientais; 4- Atividades econômicas; e 5- Território, que serão descritas a seguir.

¹⁶ Dados extraídos do Observatório Ambiental Jirau: <<http://observatoriojirau.com.br/o-projeto/>>.

4.3.1 Saúde, condições sanitárias e segurança

Fazem parte desta categoria as matérias do Boletim Informativo que estavam relacionadas à saúde mental e física, à saúde coletiva, às condições sanitárias e de segurança pública correlatas à comunidade de Nova Mutum Paraná que tiveram alterações após o processo de implantação da UHE. Ao todo foram 105 matérias ao longo de 49 edições que tratam da temática desta categoria. Dos assuntos que tiveram relevância direta para a comunidade foram 52,38% das publicações, um total de 55 matérias.

Sobre o conteúdo das matérias publicadas, dentre as 49 edições, o tema mais veiculado foi queimadas, contemplado em, pelo menos, treze publicações. Outras matérias abordavam de maneira indireta como em notícias de educação ambiental que orientavam sobre o cuidado com o incêndio. Os conteúdos abordam sobre os prejuízos causados pelas queimadas, principalmente na saúde e na natureza, e foram publicados em meses que antecedem e durante o período de estiagem quando são comuns as queimadas em Rondônia.

A segunda temática mais publicada nessa categoria era destinada aos mosquitos da dengue, malária e Mansonia. O período de publicação ocorreu durante o inverno amazônico em que há alta proliferação dos mosquitos. A primeira notícia divulgada sobre a Malária, o jornal apresenta dados sobre os números da doença no distrito de Nova Mutum Paraná, no sentido de desconstruir a ideia de que o empreendimento pode ter ajudado a desencadear doenças relacionadas à malária ou à dengue, como se vê: “os índices dos casos de malária estão diminuindo na região de influência direta do empreendimento.”

A matéria da primeira edição de junho de 2010 trata sobre uma palestra ministrada para a comunidade em Nova Mutum Paraná acerca do mercúrio, a forma como afeta o corpo humano, como pode ser feito o exame de dosagem do metal no corpo e conclui ter sido encontrado mercúrio numa taxa não perigosa no Rio Madeira. Na sequência, a notícia informa que “A espécie de mercúrio que mais pode afetar a saúde é o ‘metilmercúrio’, que é encontrado nos peixes e nos afluentes dos rios.” (Edição 1/2010). Por fim, informa que será realizada uma pesquisa para o monitoramento sobre mercúrio no Rio Madeira durante e após a construção da Usina por cientistas da Universidade de Brasília, Universidade Estadual Paulista e Universidade de Campinas.

As matérias que divulgam os serviços de água, esgoto e transporte são as mais completas. Entretanto, a narrativa é que deveriam ter sido entregues pela Prefeitura de Porto Velho, pelo Estado de Rondônia ou governo federal, como, por exemplo, a coleta de lixo sus-

pensa, a falta iluminação pública que provocava insegurança na população, os buracos no asfalto da vila e da BR-364, a falta de água e a greve no transporte escolar. Embora tenham sido publicados no Boletim assuntos graves, não foram tratados como tal, apenas em pequenas notas, casos de abuso sexual, furtos e roubos. O número de casos de estupros cresceu em 208% na região de Porto Velho entre os anos de 2007 e 2010 (DHESCA, 2011), e em entrevistas com os operários das usinas, 57,3% afirmaram terem presenciado crianças e adolescentes serem exploradas perto das obras; além de 25,4% afirmarem terem feito programa uma ou mais vezes com crianças e adolescentes (ARAÚJO, 2017). Este ponto extremamente importante para a comunidade, não foi abordado em nenhum Boletim sobre os casos ocorridos em Nova Mutum Paraná, não trazendo luz ao problema, parece ser uma forma de encobrir a responsabilidade da empresa.

A saúde em Nova Mutum Paraná foi tratada em quatro edições: a edição 14 abordava a expectativa em relação à inauguração do posto de saúde em Nova Mutum Paraná; a edição 16 discorria sobre a reunião dos moradores de Nova Mutum Paraná que tinha entre as pautas a instalação de imobiliários e equipamentos no Posto de Saúde; a edição 17 destinou uma pequena nota sobre a reunião dos moradores a respeito da falta de profissionais e equipamentos do posto de saúde; e, finalmente, a edição 23, na seção *Comunidade em foco*, relata que uma moradora de Nova Mutum Paraná havia sido convidada para ser diretora do posto de saúde.

Análise do mascaramento

Os mascaramentos acontecem para encobrir situações, ausência da qualidade dos serviços de saúde, dos serviços sanitários, de segurança pública que deveriam ser dispostos pelo consórcio. Entretanto, surgem artifícios retóricos, tal como descrito com as microtecnologias de poder, para reforçar o conceito da empresa, gerar conteúdo para manter a imagem de uma empresa sustentável, como se verifica nas matérias referentes às queimadas.

Mosquitos da Dengue, Malária e Mansonia. Trata-se de um mascaramento, pois o empreendimento quer desvincular o aumento da incidência de mosquito em Nova Mutum Paraná da construção da UHE Jirau.

O Grupo de Trabalho para monitoramento dos casos de Malária, foi consensual que Nova Mutum Paraná apresenta padrão satisfatório de ocorrência desta doença, devido estar entre os índices mais baixos se comparado aos demais distritos de Porto Velho. (Edição 14/2012).

De acordo com os registros das atas dos grupos de trabalho, havia uma forte infestação de mosquitos na região do distrito, e a população culpava o consórcio da usina. O jornal *Diário da Amazônia*, em 20 de junho de 2017¹⁷, publicou *Mosquitos infernizam moradores*, onde divulga que mais de sete mil moradores dos distritos de Jaci-Paraná, Nova Mutum Paraná e o assentamento Joana d'Arc consideravam insuportável a situação de conviver com esse mosquito. Além do incômodo, em que pode ocorrer 64 picadas por hora numa mesma pessoa, a população temia a probabilidade de doenças. Somente na quadragésima quinta edição, o jornal *Observação* escreveu que a ESBR se posicionava sobre a previsão de um protocolo de controle do mosquito *Mansonia*. Informava que a espécie faz parte da região cujo papel biológico precisa ser mantido, porém não é levantada a hipótese do que poderia ter causado a infestação dos mosquitos, a qual levou vários reassentados a deixarem a vila (MORET, 2018).

Mercúrio. Este mascaramento ocorre devido ao fato da concentração de mercúrio é um dos maiores impactos gerados pela construção de usinas hidrelétricas e o transporte destes metais a jusante, sobretudo, por representar grande risco de ingestão para a população que vive no entorno do rio e cuja fonte principal de alimentação proteica é os peixes (PESTANA, et al., 2019). Estudos sobre os efeitos neuropsicológicos da exposição ao mercúrio em crianças e adolescentes que vivem em comunidades da bacia do Rio Madeira detectaram menor desempenho em funções neuropsicológicas relacionadas ao desenvolvimento social e acadêmico, resultando em prejuízo ao neurodesenvolvimento. A pesquisa ainda indica que a exposição ao mercúrio está associada aos fatores alimentares e seus efeitos repercutem negativamente em todos os âmbitos da vida de uma pessoa (SANTOS-LIMA et al., 2020).

Em 2017 foi publicada a cartilha com os dados da pesquisa anunciada na Edição 1/2010 sobre *Biomarcadores de toxicidade do mercúrio aplicados ao setor hidrelétrico na região amazônica* no sítio eletrônico da ESBR, onde mantém a afirmação:

foram analisadas mais de 2.750 amostras de cabelo, e os resultados mostram que os valores encontrados estão dentro do esperado de acordo com a dieta dos voluntários, não havendo motivos para preocupação quanto à contaminação humana por mercúrio.

Contudo, o resultado desta pesquisa entra em confronto com outras análises realizadas sobre os efeitos da ingestão do contaminante na população que vive próxima ao rio (PESTANA et al., 2019; SANTOS-LIMA et al., 2020).

Serviços públicos de água, esgoto, transporte escolar e iluminação pública. O mascaramento acontece quando se expõem as deficiências dos serviços que deveriam ser prestados à

¹⁷ *Diário da Amazônia*, disponível em: <<https://www.diariodaamazonia.com.br/mosquitos-infernizam-moradores/>>.

comunidade e o consórcio não assume a responsabilidade de cobrá-los dos órgãos competentes. Os serviços que deveriam estar disponíveis em Nova Mutum Paraná é responsabilidade da ESBR, pois a comunidade foi construída pela empresa. Na Ata do Grupo de Trabalho Urbano do dia 25 de abril de 2017, há o registro do gerente de Meio Ambiente e Socioeconomia da ESBR solicitando à comunidade que não bloqueasse a BR-364 então motivada pela falta de água e transporte escolar, e orienta que se organize e se dirija à Companhia de Água e Esgotos de Rondônia (CAERD) e à Secretaria Municipal de Educação pra reivindicar a melhoria dos serviços. Na Ata de 29 de agosto de 2014, o GT Urbano também solicita postes urbanos para iluminação, e o diretor da ESBR afirma ser incumbência da prefeitura e fará solicitação em nova reunião.

De acordo com o entrevistado Carlos Vainer, a recomendação do Conselho de Direitos Humanos de Pessoas Atingidas por Barragens é o empreendimento assumir as manutenções daquilo que tem necessidade de ser implantado.

Se a reparação for saúde, tem que assumir o posto de saúde. Se houve uma depredação das condições sanitárias, e, por isso, tem que ter um posto de saúde, tem que ter a manutenção até o fim da vida da escola, do posto de saúde... porque, aí, também tem essa coisa... bota, lá, a estação de tratamento, mas não tem como fazer funcionar a estação de tratamento... fica aquela estação de tratamento vazia... escola vazia, posto de saúde vazio. (Carlos Vainer, entrevistado).

Violência em Nova Mutum Paraná. O mascaramento da violência em Nova Mutum Paraná é tratado como se não fosse responsabilidade do consórcio. Embora a vila tenha sido construída para atender os reassentados da UHE Jirau, e a segurança pública seja também de responsabilidade da prefeitura, os moradores foram deslocados compulsoriamente e vivenciaram situações conflituosas geradas com a chegada da usina, que não aparecem no jornal pois não é interessante para a imagem da empresa estar associada a problemas de responsabilidade social.

No documentário *Jirau e Santo Antônio: Relatos de uma Guerra Amazônica*, lideranças da comunidade de Mutum Paraná relataram que, na primeira semana da vinda dos trabalhadores das usinas, houve um estupro seguido de assassinato de uma adolescente. Com o andamento do projeto, houve o crescente número de crianças e adolescentes grávidas; aumento de crianças sem registro de nascimento: os “filhos de barragem”; aumento de doenças sexualmente transmissíveis e prostituição dentro dos banheiros das escolas.

No que tange a segurança pública, não houve relatos no jornal sobre o caso de Nilce de Souza Magalhães, apelido Nicinha, que era moradora da comunidade de Abunã, área diretamente atingida por Jirau. Devido à elevação do nível das águas do Rio Madeira, ela foi des-

locada para a beira do rio, nas proximidades da Velha Mutum Paraná, morando num barraco de lona, também com outros pescadores, sem acesso à água potável e energia elétrica. Segundo o sítio eletrônico do Movimento dos Atingidos por Barragens¹⁸, o corpo de Nicinha foi encontrado boiando no lago da Usina Hidrelétrica de Jirau, com pés e mãos atados a uma corda com uma pedra. Nilce era ativista em defesa da luta pelos atingidos por barragens, figura conhecida na comunidade, e não houve menção nenhuma das edições do Boletim sobre a liderança. Foi considerada pertinente a menção deste caso primeiramente porque ilustra, registra e comprova o quão brutal são as formas de silenciamento das pessoas que lutam pelos seus direitos e os da coletividade, além de confirmar que o impacto das construções das usinas não é somente no território atingido ou no território patrimonialista (VAINER, 2008), pelo contrário, compreende “o rio e o que relaciona, as estradas de conexão entre o empreendimento e o espaço de interferência, as redes de moradia, além dos espaços de fuga ou de refúgio” (MORET et al., 2021, p.14). As comunidades de Vila Jirau, Vila da Penha, Abunã e Araras, por exemplo, não foram consideradas como área de influência direta, embora tenham sofrido os impactos das intempéries das cheias potencializadas com o barramento do rio, e tiveram mudanças provocadas diretamente pelo funcionamento da UHE (MORET et al., 2021).

Saúde. O mascaramento da questão saúde acontecia com informações superficiais a respeito desta para afastar o olhar da comunidade da ausência de atendimento médico. Embora o poder público tenha responsabilidade sobre a saúde da comunidade, a ESBR é corresponsável visto que a comunidade foi construída para abrigar os deslocados da UHE.

Embora a saúde tenha sido tratada no Boletim, ocorreu de modo superficial e não houve notícias sobre encaminhamentos, resoluções ou matérias relacionadas ao atendimento de saúde da população de Nova Mutum Paraná. Nas edições é possível localizar propagandas de clínicas médicas, odontológicas e de fisioterapia, todas particulares. A dificuldade de atendimento de saúde em Nova Mutum Paraná foi constatada na pesquisa de Moret (2018), e a insatisfação na ribeirinha entrevistada por Almeida (2014a, p. 12):

No Mutum Velho não faltava médico. Tinha médico de sexta até domingo, uma hora da tarde todo mundo ia embora. Agora eu ia pra Nova Mutum, mas não vou mais lá e ninguém quase vai. Porque não existe médico. Eu já fui várias vezes lá, e não tem médico. Então, o tempo que vai lá e não tem médico, já é uma parada que se tem, já vem outro sufoco, né? Já vai pra Porto Velho direto, não tem ponto de apoio, não tem nada.

¹⁸ Corpo de Nicinha foi encontrado após cinco meses desaparecido. Disponível em: <<https://mab.org.br/2016/06/22/corpo-nicinha-encontrado-ap-s-cinco-meses-desaparecido/>>.

O Posto de Saúde de Nova Mutum Paraná foi divulgado pelo Boletim como sendo diferente de Mutum Paraná, como se constata na figura 7, uma construção antiga e com manutenção inadequada, porém, de acordo com o relato da entrevistada, havia atendimento de saúde à população.

Figura 7 – Imagem do Centro de Saúde Diferenciado do Distrito de Mutum Paraná



Fonte: Acervo de moradora de Nova Mutum Paraná.

4.3.2 Bem-estar e estética

Nesta temática, houve um total de 59 matérias distribuídas no decorrer de 33 edições em que surgiram assuntos sobre bem-estar e estética. Dentre as 59 publicações, 19 relacionavam-se a assuntos da comunidade e, de maneira geral, havia divulgações de entretenimentos como abertura de restaurantes, sorveterias, casas de eventos, as oficinas oferecidas para a comunidade como aulas de violão, capoeira, oficina de cinema, área para praticar esportes e o clube da vila. Sobre o qual, embora possa ser classificado como lazer, a matéria veiculada convida os moradores de Nova Mutum Paraná a se associarem para aproveitarem os benefícios do clube local, entretanto, tratava-se de um clube privado cujo valor da associação era de R\$120,00 por família, inacessível para a maior parte dos reassentados.

Figura 8 - À esquerda, a entrada do clube; e, à direita, o interior do clube



Fonte: Autora, 2022.

Na segunda edição, há uma matéria com o título *Personalizando o que era padrão*, a qual informa sobre a entrega das residências em Nova Mutum Paraná para os assentados e para os trabalhadores da Usina oriundos de outras localidades do país, e informa sobre a opção de cada morador personalizar sua residência. “Contudo não podemos esquecer dos moradores que vieram de outras localidades que estão dando *show* no paisagismo de seus jardins.” (Edição 2/2019) (figuras 9 e 10).

Figura 9 – Casa de funcionários de alto escalão da ESBR



Fonte: Autora, 2021.

Figura 10 - Casa de reassentados, extensão da casa feita de madeira



Fonte: Autora, 2021.

Na Edição 39 do Boletim há uma matéria com o título *Alternativas de esporte em Nova Mutum Paraná* que apresenta os benefícios da prática regular de esportes e as opções oferecidas:

Nova Mutum Paraná oferece diversas alternativas de esporte para quem não gosta de ficar parado, como por exemplo, a academia, piscina e quadra *society*, localizadas no clube, a aula de zumba no Colégio Einstein, pilates no SPA Saúde Clindente ou, ainda a opção de correr e/ou caminhar pelas ruas da vila.

Figura 11- Matéria da edição 39 do Boletim Informativo.

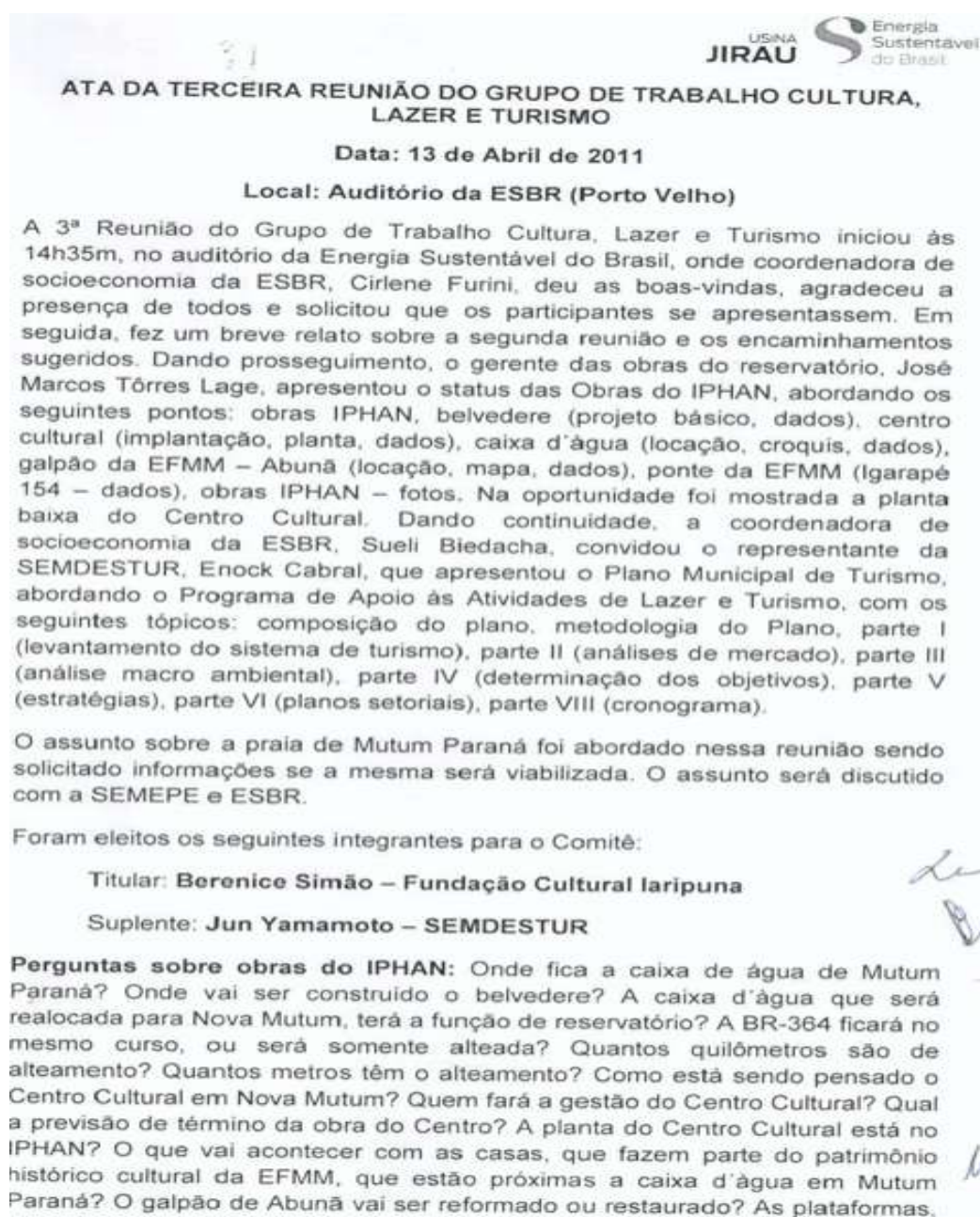



Fonte: sítio eletrônico ESBR

As primeiras opções do jornal destinadas ao público são esportes “privados”, a academia, a piscina e a quadra *society* são localizadas no clube, portanto, necessitam de pagamento, assim como a zumba e o pilates. Na Edição 16, há uma matéria de capa que destaca a reunião em cuja pauta se propunha a solução para os problemas da comunidade, tais como: a construção de um campo de futebol, melhoria da iluminação pública, rede de esgoto e bueiros, melhorias na escola e na creche e outros temas. Contudo, é importante frisar que em nenhuma das edições foram constatados os pedidos da comunidade sobre a necessidade de um balneário, apesar de haver registros da solicitação para a construção do balneário nas atas das reuniões do Grupo de Trabalho Lazer e Cultura e da Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná.

O primeiro registro encontrado, nos documentos coletados (Apêndice C), ocorreu na terceira ata do Grupo de Trabalho, Lazer e Cultura, do dia 13 de abril de 2011 (figura 12), e as perguntas da comunidade para os representantes da Prefeitura Municipal de Porto Velho e da ESBR foram: Onde fica o parque natural de Porto Velho? Existe algum projeto de praia no Rio Mutum Paraná? As estruturas de lazer que existiam em Mutum Paraná vão ser construídas em Nova Mutum? Será construído um campo de futebol em Nova Mutum Paraná? Existe alguma informação sobre os rios que não terão acesso ou da área de segurança? As atas tinham uma estrutura de registro padrão, as pautas eram registradas por tópicos, portanto, não narram as discussões da reunião nem há detalhes das negociações.

Figura 12 – Ata de Reunião do Grupo de trabalho, cultura, lazer e turismo





vagões e trilhos que existem em Mutum Paraná serão remanejados? O que será feito por Jaci Paraná, dentro das obras de compensações sociais? Existe possibilidade de haver algum aporte para Jaci Paraná? Se a Fundação Cultural quisesse protocolar uma proposta para a ESBR, solicitando intervenção dentro de Jaci Paraná para as ações de cultura e lazer, é possível? E dentro do canteiro de obras, é possível fazer algo?

Comentários: Os eixos das outras duas UHE's binacionais serão construídas no Rio Abunã.

Perguntas sobre o Programa de Apoio às Atividades de Lazer e Turismo: Onde fica o parque natural de Porto Velho? Existe algum projeto de praia no rio Mutum Paraná? As estruturas de lazer que existiam em Mutum Paraná vão ser construídas em Nova Mutum? Será construído campo de futebol em Nova Mutum Paraná? Existe informação sobre os rios que não terão acesso ou da área de segurança?

Comentários: Sebastião Conti elogiou o trabalho realizado e comentou que o que deve ser enfatizado é a questão da limpeza urbana dentro do município de Porto Velho, no Plano Municipal de Turismo. Caso seja construída praia em Mutum Paraná, a região será favorável à pesca.

Todas as perguntas foram respondidas pela ESBR e equipe técnica (SEMDESTUR)

Encaminhamentos

- Convidar representante da CCCC para participar da próxima reunião;
- A Fundação Cultural Iaripuna apresentará na próxima reunião sugestões de ações culturais a serem desenvolvidas em Mutum Paraná, Jaci Paraná e Canteiro de Obras;
- Próxima reunião agendada para dia 09/jun, quinta-feira, às 14h30m.

A reunião foi encerrada às 17h04m, com a leitura e assinatura da Ata. A lista de presença segue anexa ao documento.

Fonte: Acervo da moradora de Nova Mutum Paraná

Análise dos mascaramentos

Nesta categoria são identificados mascaramentos das necessidades que os deslocados consideram como qualidade de vida de acordo com seus modos de vida, que foram demandadas em reuniões dos grupos de trabalho e não houve resposta pelo Boletim nem pelas atas analisadas para esta tese. Na prática houve uma sobreposição dos estilos de vida das pessoas provenientes “de fora” com as pessoas que foram retiradas de seus Territórios. A microtecnologia utilizada como artifício retórico identificado nos adjetivos das casas entregues aos deslocados, imprimindo a ideia de que ofereciam uma melhoria no padrão de vida dos ribeirinhos, reforçando a imagem de uma empresa altruísta.

A matéria sobre a entrega das residências aos reassentados parece fazer referência às casas, ao gosto e à cultura das pessoas oriundas de outras regiões do país para trabalharem no empreendimento. Ao visitar Nova Mutum Paraná é possível observar a diferença entre as casas por meio das personalizações e tal cenário remete ao estudo etnográfico realizado por

Norbert Elias (1987-1990) publicado em seu livro *Os estabelecidos e os Outsiders*, onde moradores de uma pequena cidade, os estabelecidos, passam a conviver com migrantes recém-chegados (os *outsiders*) que vieram para trabalhar na indústria, contudo, ao contrário do que ocorre em Wiston Parva, os estabelecidos (os assentados) parecem ser menos valorizados por não atenderem ao padrão estético dos *outsiders*. Ainda sobre o sentimento de fragmentação entre os deslocados e os barrageiros, no registro da Ata do Grupo de Trabalho Urbano do dia 25 de abril de 2017, a comunidade solicita que as festas da ESBR não aconteçam em dias e horários em que o clube seja aberto aos associados. Embora não haja explicações sobre o motivo da solicitação, ficou subtendido que não havia interesse da aproximação da comunidade com os barrageiros.

A situação de *outsiders* deixa os reassentados em desequilíbrio com o Território, porque não se sentem pertencentes a este, visto que a infraestrutura e a estética das casas não são próximas das de Mutum Paraná, os deslocados se aproximam das representações das antigas moradias: “casas de madeira foram construídas ao lado das casas de alvenaria, expansões foram feitas de madeira e de palha.” (MORET, 2018, p. 88). Neste sentido, depreende-se do discurso produzido pela matéria que o modelo das construções daqueles que vem “de fora” é esteticamente mais valorizado do que daquelas pessoas que tentam repetir o *modus vivendi* de Mutum Paraná. Segundo o entrevistado Célio Bermann, uma das primeiras ações do empreendimento é “desconsiderar o aspecto da cidadania daquelas pessoas”, descaracterizar a população, anular suas memórias e suas experiências.

Por outro lado, as casas construídas de madeira e telhado de palha tem melhor condicionamento ambiental do que as casas de alvenaria, pois a madeira retém pouco calor, tetos de palha ajudam a refrescar o ambiente, além de ser uma construção sustentável por empregarem recursos da natureza. Ao determinarem uma cultura exógena para aqueles que já foram deslocados compulsoriamente, ocorre, mais uma vez, a violência simbólica desconsiderando seus modos de vida. O impacto da despossessão de vidas é sentido em todos os processos de remoções e deslocamentos forçados, “[...] nada de modos de vida e de ser particulares: não é por acaso que os processos de despossessão são também máquinas de aniquilamento, material e simbólico de modos de vida.” (ROLNIK, 2015, p. 245).

Lazer. O mascaramento que trata do lazer mostra-se relevante tendo em vista que o Território de Nova Mutum Paraná é urbano e diferenciado do ribeirinho, ou seja, encobre o aspecto de que seja responsabilidade da empresa prover aos reassentados condições iguais ou melhores, apresentando, assim, o *design* urbano como melhor e adequado. O clube privado contrasta com o que a comunidade deseja, ou seja, um balneário, que é mais relacionado com

a vida ribeirinha daqueles que foram desterritorializados. O clube serve de mascaramento para as exaustivas solicitações do balneário como se observa nas pautas das atas dos Grupos de Trabalho.

Uma parte dos deslocados descreve o saudosismo de Mutum Paraná, destacando que era mais divertido o lazer no rio, com mais festividades com a comunidade, além de ter acesso às proteínas e plantar no próprio terreno parte do que consumia. “Em Nova Mutum não se planta ou produz nada, porque os terrenos são pequenos e impróprios.” (MORET, 2018, p. 48). Portanto, os ribeirinhos se sentem limitados em suas vidas cotidianas, o terreno de suas casas é restrito a um quintal pequeno, suas áreas de lazer são circunscritas a um clube com água represada e artificial.

Figura 13 - Edição 11 do Boletim alertando sobre os perigos da Linha de Transmissão



LT's?

Quem viaja pela BR 364 já deve ter percebido a montagem das torres das linhas de transmissão de energia elétrica, conhecidas por LT's da UHE Jirau. As LT's são formadas por grandes torres metálicas que suspendem os cabos de energia.

O sistema de transmissão de energia da UHE Jirau até a Subestação Coletora de Porto Velho é composto por três LT's, com aproximadamente 94 km cada.

Nos locais destinados à construção das torres existe uma área de segurança de 2.500 metros quadrados e ao longo do traçado de cada LT é definida uma faixa de 60 metros de largura, chamada de "faixa de servidão". Esta faixa é uma área diferenciada e merece atenção especial.

No período de construção das LT's, cartilhas informativas serão distribuídas à população que vive na área de influência da construção das LT's, orientando sobre os cuidados necessários e formas adequadas de utilizar a faixa de servidão.

A cada trimestre serão realizadas oficinas temáticas nas escolas, que abordarão temas ambientais como, conservação da flora, fauna, solo, recursos hídricos, patrimônios naturais e culturais da região. E na região, as comunidades serão esclarecidas sobre os cuidados com crianças, animais, faixa de servidão e queimadas.

Por Eflai Rocha | Foto Arquivo Observatório

Fonte: sítio eletrônico do ESBR

Quanto às opções de atividades físicas como lazer, restam aos deslocados as alternativas de corrida ou caminhada, pois, de acordo com a matéria publicada, os esportes oferecidos são particulares. No entanto, em visita de campo à Nova Mutum Paraná, em dezembro de 2021, observou-se que a iluminação pública durante a noite era bem deficiente, as ruas largas com mato alto comprometia ainda mais a visibilidade noturna trazendo insegurança às pessoas que optavam por corridas ou caminhadas. Assim, o lazer, segundo os Boletins, “atendem aos funcionários do consórcio ou aos funcionários públicos com maior poder aquisitivo, que podem pagar pelos benefícios de um clube fechado com piscina. Aos moradores de Mutum Paraná fica a memória do rio.” (STOLERMAN, 2014a, p.127). Ainda sobre o esporte, foi

possível registrar algumas quadras esportivas sem cobertura, próximas a torres de Linhas de Transmissão, situação perigosa para quem utiliza aquele espaço (figura 14).

Em Nova Mutum Paraná, as Linhas de Transmissão (LT) atravessam o reassentamento. Segundo a matéria, os locais de construção das torres devem ser numa área de segurança de 2.500 metros quadrados e na extensão de cada LT uma faixa de 60 metros de servidão, que deve ter atenção total da população. Porém, a construção da quadra de esporte encontra-se a menos de 2.500m de distância de uma torre. No documento datado de 29 de junho de 2015 assinado pela Superintendência de Meio Ambiente da Eletrobrás para o Diretor do Departamento de Assuntos do Interior, há uma solicitação de remoção das quadras de esporte da faixa de servidão junto à torre. Entretanto, a figura 14 mostra que a quadra de esporte ainda permanece ao lado da LT sem orientação, cartaz ou faixa de isolamento alertando o perigo. Há também um campo de futebol, onde a comunidade costuma realizar torneios e existe somente uma arquibancada com telhado de amianto, sem nenhuma estrutura ao redor nem arbusto por perto.

Figura 14 - Quadra de Esporte próxima à torre da Linha de Transmissão em Nova Mutum Paraná



Foto: Autora, 2021.

Figura 15 - À esquerda, o campo de futebol; e, à direita, a única arquibancada do campo.



Foto: Autora, 2021.

Solução para os problemas da comunidade. A matéria divulgada como solução para os problemas da comunidade aparece como um mascaramento dos prejuízos causados pela UHE, pois são publicados como de responsabilidade da Prefeitura de Porto Velho. Não há registros nos Boletins de matérias relacionadas às demandas da população para o consórcio ou às falhas apontadas pela população de responsabilidade da UHE. As matérias publicadas referentes aos problemas da comunidade são colocadas como obrigações da Prefeitura. Merece destaque também no mascaramento dos problemas, as atas das reuniões, por terem uma estrutura de registro padrão, onde as pautas eram registradas por tópicos sem as informações relevantes dos desdobramentos discutidos na reunião, conforme dito anteriormente. Nas atas analisadas para esta tese, havia cinco registros da comunidade requerendo o campo de futebol e o balneário; também na ata de 29 de agosto de 2014, do GT Urbano, há o registro da necessidade de opções de lazer para a comunidade. Cumpre enfatizar que o balneário nunca foi mencionado no boletim como uma necessidade da comunidade.

Como já analisado na categoria de saúde, condições sanitárias e segurança pública, ficou registrado que as informações divulgadas sobre a falta iluminação pública, que provocava insegurança na população, e os buracos no asfalto da vila estavam sob a responsabilidade da Prefeitura de Porto Velho, logo, não seria atribuição do consórcio resolvê-los.

4.3.3 Biota e a qualidade dos recursos ambientais

Nesta categoria, os assuntos retratados são correlatos às temáticas da biodiversidade e das consequências das alterações da qualidade dos recursos ambientais na região da implantação da usina. As notícias tinham 69% dos assuntos relacionados com a comunidade de Nova Mutum Paraná, Semana do Meio Ambiente, coleta seletiva, importância da arborização como

embelezamento da vila e melhoria do microclima, conscientização sobre o prejuízo das queimadas e do período do inverno amazônico.

Figura 16 – *Outdoor* instalado em Nova Mutum Paraná.



Fonte: Autora, 2019.

Em relação às épocas chuvosas, uma das notícias de capa do Boletim foi a *Maior enchente dos últimos 50 anos* (Edição 28/2014) com destaque para a não responsabilização da usina. A cheia histórica de 2014 resultado da elevação da cota do Rio Madeira conforme já abordado na seção 4.1, no entanto, um rio com um abundante volume de água, que passou a ser barrado por duas grandes usinas hidrelétricas. Somente as duas barragens não seriam causadoras das enchentes *ad referendum*, contudo, devido à quantidade de sedimentos que o Rio Madeira carrega a situação tornou-se complexa, visto que o sedimento fica depositado no lago pela lentificação das águas e, por isso, diminui o volume do lago. Quando a quantidade de água aumenta, as cheias viram um evento corriqueiro, normalizado pela empresa em razão do mascaramento adotado.

Em 2015, na edição de número 32, uma matéria sobre os programas ambientais da UHE Jirau relata que, desde 2010, tem realizado a conservação da fauna silvestre com o objetivo de monitorar mamíferos, aves, répteis e invertebrados. A matéria divulga que, em decorrência desse trabalho de estudos da fauna amazônica, a ESBR recebeu o prêmio na categoria *Preservação e Manejo de Ecossistemas* na 10ª edição do Prêmio Brasil Ambiental.

Análise dos mascaramentos

Cheias no Rio Madeira. Em 2014, a enchente do Rio Madeira concretiza a ampliação da territorialização ao considerar que houve um descaso das estruturas responsáveis envolvidas na implantação do empreendimento quanto à imprevisibilidade da natureza somada as interferências antropogênicas no meio ambiente. Entretanto, as UHE têm ferramental teórico e metodológico para prever o evento. A enchente provocou caos e desolamento em Porto Velho e seus distritos, cerca de 30 mil pessoas afetadas, também nos estados do Acre, Mato Grosso e Amazonas, portanto, a não divulgação de algo desse porte é um indicador de mascaramento (BARAÚNA, 2014). A mídia impressa, local e nacional, silenciou sobre as causas da cheia no Rio Madeira, tratando o fenômeno como um evento climático extremo, esvaziou a discussão política da catástrofe e promoveu uma espetacularização da tragédia vivida pelos atingidos (NÓBREGA; KLEPPA; GARZON, 2015).

As usinas são responsáveis não pela cheia do Madeira, com as quais os povos e comunidades da região sempre souberam lidar até a construção das usinas, mas pelos seus efeitos amplificados e direcionados justamente para os segmentos populacionais que já se encontravam mais fragilizados por conta dos impactos cumulativos de sua implantação (NÓBREGA, KLEPPA, GARZON, 2015, p. 218).

O comprometimento na vida da comunidade não estava relacionado somente às águas que caem do céu e seu represamento que faz altear as margens do rio ampliando a região da formação do lago e da barragem, comprometeu também as águas dos lençóis freáticos que foram contaminadas pelo subsolo. Um dos passivos ambientais causados pelas usinas é comprometimento da qualidade das águas, em decorrência da dificuldade de decomposição dos rejeitos e efluentes, emissão de gases de efeito estufa provenientes da decomposição da cobertura vegetal e proliferação de vetores de doenças endêmicas (BERMANN, 2007).

As publicações do Boletim Informativo relacionadas à qualidade das águas eram noticiadas de modo supérfluo, com alusões gerais sobre a importância desta na vida do ser humano e outros seres vivos. Os pescadores não puderam mais pescar, nem recorrer ao extrativismo da castanha-do-pará, pois as castanheiras foram atingidas pelas águas dos lagos e se tornaram improdutivas.

“Eu sinto falta de lá, que quando era época de castanha, eu pegava minha castanha, eu pescava, de um lado e de outro tinha lagoa, a gente pescava, tinha peixe, tudo que tem de peixe tinha lá, até pirarucu naquelas lagoas tinha.” Relato do ex-morador de Mutum Paraná participante do projeto de Mapeamento social (ALMEIDA, 2014a).

Programas ambientais da UHE Jirau. Um dos mais intensos modos de mascaramento identificado no Boletim Informativo se efetivou por meio dos programas ambientais divulgados para população. Foram 69% das matérias relacionadas à Semana do Meio Ambiente, coleta seletiva, importância da arborização como embelezamento da vila e melhoria do microclima, conscientização sobre o prejuízo das queimadas e do período do inverno amazônico, que servia para camuflar as repercussões negativas da construção da UHE Jirau. Em 2010, a empresa GDF Suez, detentora de 60% do consórcio de Jirau, foi indicada como uma das empresas finalistas ao prêmio internacional *Public Eye* (2010), concedido às empresas sem responsabilidade ambiental e social. “Toda corporação, incluindo as mais destrutivas, têm hoje um diretor, um gerente, um departamento inteiro de sustentabilidade. Faz parte da capacidade de cooptação e adaptação do capitalismo” (BRUM, 2021, p. 50).

Contudo, há um mascaramento das questões de sustentabilidade, visto que no intuito de esvaziar as reverberações negativas dos empreendimentos, as corporações têm intensificado a elaboração de novas imagens públicas de instituições implicadas com o desenvolvimento sustentável, com o desenvolvimento local, distantes de qualquer vínculo com significado de destruição (NÓBREGA; KLEPPA; GARZON, 2015).

Sustentabilidade. Os textos das edições transmitiam um conteúdo narrativo de que a separação de lixo era a sustentabilidade e a justiça ambiental, mas, na verdade, era uma simplificação desse processo. Nesta mesma toada, aparecem a arborização e os cuidados dos caniteiros como parte inerente à sustentabilidade, surgindo na ata de 25 de fevereiro de 2015 o registro de solicitação da população o apoio da ESBR para cuidar dessa atividade em Nova Mutum Paraná. Portanto, o discurso se apresenta como uma microtecnologia por meio do artifício retórico para a manutenção da imagem da empresa com responsabilidade ambiental.

A figura 17 demonstra a importância da separação do lixo em Nova Mutum Paraná representado por um local não cuidado, com mato, lixo ao redor, o recipiente de coleta de resíduos foi nomeado por Estação Sustentável de Coleta Seletiva, não mais do que um Ecoponto, sem manutenção e com pintura desbotada. Em pesquisa de campo, foram encontrados em dois locais da vila.

Figura 17 - Estação de coleta seletiva de Nova Mutum Paraná.



Foto: Autora, 2021.

Figura 18 - Edição 35 do Boletim Informativo

03

Recicle seus hábitos. Separe seu lixo!

O destino final inadequado dos resíduos é um dos agravantes da degradação do meio ambiente. Não tem como não produzi-los, mas é possível reduzir a sua produção e reutilizá-los. Desde pequenos, devemos saber a importância da coleta seletiva para que possamos viver em um mundo melhor, com menos poluição.

Mesmo com diversas campanhas de conscientização, ainda encontramos pessoas que desconhecem o significado de coleta seletiva e por este motivo não cooperam com o processo. Por isso, é importante abordar este assunto sempre que possível e explicar que é o recolhimento dos resíduos orgânicos e inorgânicos, secos ou úmidos, recicláveis e não recicláveis separadamente. E para que esse procedimento ocorra com sucesso é preciso que estes tipos de resíduos sejam separados em nossas residências em sacos distintos para que a instituição pública responsável pelo gerenciamento de resíduo recolha o material.

Pensando nisso, a SEMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho) com o apoio do Observatório Ambiental Iirau, Grupo de Trabalho Urbano e Energia Sustentável do Brasil, promoveram palestras educativas nas escolas de Nova Mutum Paraná, nos meses de setembro e outubro.

O objetivo desta ação foi mostrar para as crianças e adultos, como é importante separar seu lixo. Pois assim, teremos vários benefícios como:

- Diminuição da poluição do solo, da água e do ar;
- Diminuição dos gastos com limpeza urbana;
- Diminuição da proliferação de animais vetores de doenças;
- Melhoria da qualidade de vida da população;
- Geração de emprego e renda;

Nova Mutum Paraná é uma das poucas localidades do estado de Rondônia que é assistida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e nesse sentido, cada um de nós poderia fazer sua parte, separando corretamente seu lixo. Você sabe qual é a diferença de resíduos secos e úmidos? Resíduo seco é tudo que não estraga com facilidade e no geral pode ser reciclado: papel, plásticos, metais e vidros. Resíduo úmido é tudo que estraga com facilidade, como restos de comida, fezes de animais, resíduos de banheiros sanitários e podas de plantas. Além de trazer benefícios, a coleta seletiva é também uma ótima forma de preservar o meio ambiente e estimular a educação ambiental, uma vez que todos nós produzimos resíduos e somos responsáveis pelo destino correto. O recado está dado, se você ainda não aderiu, comece agora.

Dias de coleta em Nova Mutum Paraná:

- Coleta de resíduos secos às quintas e aos sábados;
- Coleta de resíduos úmidos às segundas, quartas e sextas.

O benefício é para todos!

Expediente 35ª Edição Jornal Observação!

Núcleo de Comunicação - Redação e Reportagem: Amanda Vitória, Elai Rocha e Isabelle Cordeira; Fotografia: Amanda Vitória, Elai Rocha e Isabelle Cordeira; Diagramação: Elai Rocha. Equipe Técnica Observatório - Coordenação: Luciana Di Pilla; Coordenadora de Campo: Sirley Camacho; Projeto Gráfico: Edson Nardone.

Fonte: sítio eletrônico do ESBR

Naquele momento da publicação no boletim representava a sustentabilidade, a atual situação representa a não sustentabilidade ou mesmo o abandono do Território.

4.3.4 Atividades Econômicas

Foram publicadas 34 matérias sobre atividades econômicas, 24 relacionadas a assuntos pertinentes à comunidade como a oferta de oficinas devidamente listadas. Na 11ª edição há uma matéria com o título *UHE promove crescimento econômico para comerciante de Nova Mutum Paraná*, a reportagem ocupou uma página do boletim narra que a UHE Jirau proporcionou “progresso, crescimento e desenvolvimento na região de sua influência” (Edição 11, p. 3).

A cooperativa também foi tema de oito publicações, na 15ª edição divulgaram sobre a Coopprojirau, os avanços e benefícios dos cooperados, porém não cita quais as benesses. Na matéria é noticiada a doação de um trator e de calcário para cooperativa, e as perspectivas futuras para o empreendimento.

Análise do mascaramento

Vigora na categoria das atividades econômicas uma impregnante retórica de que há desenvolvimento econômico, porém o que ocorre é o mascaramento do alto custo social (reasentamento, pouco emprego/desemprego, insegurança alimentar) pago pelas pessoas que são desterritorializadas de suas antigas vidas. O discurso empregado sobre as oficinas oferecidas e cursos de cooperativismo não surtem efeitos visto que na prática não há possibilidade de geração de renda. Nas atas dos grupos de trabalho, há registros de mobilização da comunidade para arrecadar cestas básicas para pessoas em situação de insegurança alimentar em Nova Mutum Paraná, o que confirma a vulnerabilidade econômica e alimentar da população.

Crescimento econômico. O mascaramento ocorre com a divulgação de que a região de influência da UHE trouxe progresso para região, contudo, pessoas foram embora de Nova Mutum Paraná por falta de emprego, e permanecem na vila funcionários públicos ou aqueles que possuem alguma fonte de renda, aposentados ou funcionários da usina e não há muitas atividades econômicas pois não há novos empreendimentos (MORET, 2018). No registro da Ata do Grupo de Trabalho Urbano do dia 25 de abril de 2017, a comunidade relata que não há vagas de emprego e questiona se a ESBR pode interceder para que as empresas terceirizadas contratem as pessoas de Nova Mutum Paraná. A ESBR responde que se destinam a profissio-

nais especializados e, muitas vezes, não são encontrados na localidade de Nova Mutum Paraná, além disso, afirma que não pode interferir na contratação, mas providenciará com os institutos profissionalizantes e/ou cursos de capacitação. Nesta mesma ata, a presidente da Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná solicita apoio a ESBR para arrecadação de alimentos não perecíveis para famílias carentes da comunidade. Portanto, há um mascaramento do movimento econômico de Nova Mutum Paraná, e até mesmo uma artificialidade dos resultados das atividades econômicas, pois o crescimento econômico da região fosse realidade não haveria mobilização da comunidade para arrecadar cestas básicas para famílias em condições de insegurança alimentar e desemprego.

Na figura 19, pode-se observar dois momentos: a inauguração do *mini shopping* de Nova Mutum Paraná com público prestigiando o evento e os comércios ativos. Na figura 20, dez anos depois, o *mini shopping* não tem a mesma pujança inicial, de longe o prédio parece situação de abandono com mato ao redor, embora estejam em funcionamento nove das onze lojas disponíveis¹⁹. Na Ata do Grupo de Trabalho Urbano de 26 de janeiro de 2017 a comunidade já questionava sobre os pontos comerciais do *shopping* abandonados e que poderiam ser utilizados pelos moradores.

Figura 19 - Inauguração do *mini shopping*. Edição 5/2011 do Boletim Informativo



Fonte: sítio eletrônico ESBR

¹⁹ Dado obtido em outubro de 2022.

Figura 20 – *Mini shopping*, janeiro de 2022.



Fonte: Autora, 2021.

Cooperativa. As matérias publicadas sobre os incentivos para o funcionamento da cooperativa trazem um mascaramento por meio da narrativa do bom desempenho da Coopprojirau por intermédio da UHE. Entretanto, não são divulgadas no Boletim Informativo as convocações das Assembleias da Coopprojirau, por exemplo. De acordo com a Ata da 4ª Assembleia de 18/11/2015, analisada para esta tese, a convocação foi feita pelo jornal *Diário da Amazônia* e fixada em locais visíveis, frequentados pelos cooperados. Portanto, informações relevantes para toda comunidade, como a mobilização para a participação dos assuntos que impactam na vida da população, não são divulgados.

Nas outras publicações, em relação às melhorias econômicas para população de Nova Mutum Paraná, as narrativas giram em torno de um futuro, de projeções pouco tangíveis ou atividades que, em médio e longo prazo, não teria visibilidade de retorno para comunidade, como no caso das oficinas de manejo ambiental em que as pessoas aprendem, mas não tem onde plantar. Segundo Célio Bermann, o discurso empresarial descaracteriza, desconsidera e expropria toda a sabedoria popular da comunidade.

[...] a negação do conhecimento faz parte das estratégias, nega-se que uma população tenha conhecimento de sua realidade e transfere ou procura através desses jornaizinhos, boletins ou procura de todos os programas de conscientização, de educação, procuram transferir para essas populações a sua visão condenando o esquecimento ou procurando condenar o esquecimento a visão de realidade, a percepção que a população tem (Entrevista Célio Bermann).

Em Mutum Paraná, as famílias costumavam ter hortas e pequenos animais, enquanto que em Nova Mutum Paraná não há como produzir devido à exiguidade dos terrenos, além da terra ser imprópria, o que se consome tem de ser comprado, comprometendo ainda mais a pouca renda dos assentados (MORET, 2018).

Eles não cumpriram com o que eles trataram, também fizeram a proposta que iam dar emprego decente. Que iam botar indústria ali dentro... fábrica, para poder empregar a população de onde eles tinham removido, né? Até hoje nada disso aconteceu. Relato de reassentado (ALMEIDA, 2014b, p. 7).

O professor Carlos Vainer afirma:

é impossível fazer barragem e contemplar a justiça social. É muito impressionante, porque eu tive momentos com ameaça permanente, em outros casos que eu sei, que eu acompanho, que passou a ser uma prática muito disseminada nas empresas, é elas mesmas gerarem suas próprias organizações de atingidos, de maneira que o movimento não criasse autonomia e fosse dependente deles (Entrevista Carlos Vainer).

Cerca de cinco mil famílias foram deslocadas compulsoriamente entre 2008 e 2012, aquelas que foram para os reassentamentos arranjados pelo consórcio não puderam reproduzir seus modos de vida nem permanecer com a geração de renda que tinham (ALMEIDA, 2014b).

Mutum-Paraná foi uma localidade urbana que mantinha características rurais na medida em que a maioria das famílias contava com a produção de subsistência para garantir parte das necessidades alimentares, com hortas e árvores frutíferas nos quintais, pesca regular e criação de aves (STOLERMAN, 2014a, p. 136).

A instalação dos grandes empreendimentos hidrelétricos desfigura os modos de funcionamento da economia, da cultura dos povos ribeirinhos, comprometendo seriamente a subsistência dessas populações. No documentário *Jirau e Santo Antônio: Relatos de uma Guerra Amazônia*, além do caso Nicinha, a ribeirinha que foi encontrada morta no Rio Madeira, expôs as dificuldades financeiras e o endividamento com as contas de água e luz. “Hoje eu tô devendo R\$ 4.800 de energia e R\$ 2.000 e pouco de água.” (28:50). Isso demonstra como as perdas são maiores do que as compensações, pois perderam a condição em que se entendiam como natureza e não necessitavam pensar no binômio riqueza/pobreza. “Quando são convidados a se encaixar, bagunçam os conceitos, ao afirmar, como já mencionei que ser rico é não precisar de dinheiro – o que no caso deles significa que na floresta há tudo de que precisam” (BRUM, 2021, p. 109). Além de serem expulsos, são obrigados a pagarem por uma energia que nunca pediram.

A previsão do EIA/RIMA que minimiza os impactos ambientais dispara o gatilho para o mascaramento dos desastres ambientais e das atividades econômicas e, por isso, há um grande reforço no Boletim Informativo nas matérias relacionadas à sustentabilidade e ao de-

desenvolvimento econômico. Contudo, constata-se na comunidade pescadores sem peixe, pessoas sem renda e em estado de insegurança alimentar.

4.3.5 Território

Esta categoria abrange os temas relacionados à comunidade de Mutum Paraná e ao deslocamento para Nova Mutum Paraná, modos de vida, vizinhança, relações com a antiga e com a nova moradia, relações com a terra, com o rio, educação, reuniões comunitárias, costume local e com as mudanças ocorridas com a chegada do empreendimento. Foram publicadas 126 matérias sobre esses assuntos e 75 diretamente relacionadas à comunidade.

As notícias divulgadas sobre escola e educação em Nova Mutum Paraná ganharam destaque em quatro edições. As duas matérias que tratam diretamente sobre a Escola Municipal Nossa Senhora de Nazaré, referem-se à inauguração da escola e à qualidade do ensino público. Desta última, vale realçar que o discurso adotado na matéria é que os responsáveis pelo bom desenvolvimento da escola são os educadores. “Conscientizar cada profissional de suas atribuições dentro da escola e fortalecer a relação dos pais com a instituição garantirá a qualidade na Unidade de ensino ou educação”, explicou o diretor de Escola Municipal Nossa Senhora de Nazaré (Edição 5/2011).

Nas quatro primeiras edições houve matérias que noticiaram a despedida da população de Mutum Paraná e a sua separação do Rio Mutum, contudo, não há registros sobre a solicitação da comunidade de um balneário para lazer, negligenciando a necessidade que a população tem de reproduzir os antigos modos de vida.

Análise do mascaramento

A ausência de profissionais dedicados às análises das previsões e reduções dos impactos psicossociais implicam situações que desencadeiam vulnerabilidade social, e, por consequência, ampliam a necessidade de mascaramentos relacionados às temáticas do Território por serem questões que refletem diretamente no cotidiano das pessoas impactadas com o deslocamento.

Educação. O mascaramento sobre educação é encoberto por notícias que simplificam e ocultam a complexidade do tema ao se tratar das inúmeras variáveis que fazem parte do êxito da educação. Uma característica que chama a atenção em ambas as notícias (figuras 21 e 22) é

que a apresentação das matérias está com cores escuras, portanto, não traz clareza à leitura do texto.

Figura 21 – Edição 05/2011

Momentos de Reflexão
Por Andreia Rocha e Foto: Maniela Mendonça

Você sabia que a nossa relação com a Água inicia quando ainda estamos na barriga de nossas mães? Nós ficamos, imersos no líquido amniótico, um líquido transparente, composto por água e outras substâncias, que tem diversas funções importantes, como alimentar e proteger o bebê de lesões externas.

Depois do nosso nascimento bebemos água diariamente para não desidratarmos e para o perfeito funcionamento do nosso organismo. Além da água propriamente dita, consumimos a água contida em todos os produtos que consumimos: frutas, legumes, verduras etc. E muito nos espanta a forma com que a água é utilizada, por diversas vezes desperdiçada e destruída, por cada um de nós. Ninguém tem a idéia de como estes atos são catastróficos para a humanidade. Pois, a escassez e a falta de água para o uso mais elementar - matar a sede, já ocorre, agora, com mais de 1 bilhão de pessoas no planeta. Reflita sobre a forma que você se relaciona com este bem tão precioso e utilize de forma consciente. **A ÁGUA É VIDA!**

O que Determina a Qualidade do Ensino?
Por Sílvia Martinsiano e Foto: Andreia Rocha

Educar os filhos é uma tarefa de extrema importância para os pais e determinante para o futuro bem-sucedido das crianças. Essa empreitada não se limita apenas ao lar. A ESCOLA é uma importante aliada na formação de um cidadão. É preciso levar em conta que seu filho passará horas, se preparando, para o futuro neste ambiente.

Aqui em Nova Mutum-Paraná agora, para a tranquilidade dos pais, existem opções de escolas para os filhos. Já é possível optar pela rede pública ou particular. Independentemente de qual tenha sido sua escolha, você já se perguntou o que determina a qualidade educacional de uma rede de ensino?

No que diz respeito à rede pública o Diretor da E.M.E.F. Nossa Senhora de Nazaré, Francisco Lima, declarou que qualidade de ensino dessa rede pode melhorar com maior comprometimento dos professores, aprimoramento da metodologia de ensino e adoção de estratégias, que venham ao encontro dos objetivos gerais e específicos da escola. Francisco Lima informou que o ensino da escola pública não será inferior ao ensino da escola particular, se cada educador, juntamente com os gestores, cumprir seu papel.

No final de Janeiro e início de fevereiro, ocorreram reuniões pedagógicas para tratar de assuntos relacionados ao planejamento e estratégia de ensino, recursos didáticos, metodologia e relações interpessoais. Pensando nisso, o Diretor Francisco Lima, no seu primeiro ano de mandato na E.M.E.F. Nossa Senhora de Nazaré, estabeleceu metas para começar o ano letivo de 2011 revolucionando e cobindo atos não condizentes com a educação. Conscientizar cada profissional de suas atribuições dentro da escola e fortalecer a relação dos pais com a instituição garantirá a qualidade na Unidade de Ensino ou Educação.

Desse modo procure saber mais sobre as metas estabelecidas na escola de seu filho para assegurar que foi a melhor opção.

Obs!
Despedida de 2010 em Nova Mutum-Paraná

É sempre assim, o ano acaba e um novo ano se inicia. E todas as mentes e corações ficam na expectativa de que o ANO NOVO seja de muitas realizações, e com os moradores de Nova Mutum-Paraná não foi diferente. Estes moradores tiveram suas vidas literalmente mudadas. Hoje a maioria reside em Nova Mutum-Paraná, local que pela primeira vez presenciou um Final de Ano muito iluminado.

Devejando que o Ano de 2011 seja de mais energia sustentável para o desenvolvimento do Brasil, a ESBR organizou o evento de Final de Ano, que teve em sua programação um belo show pirotécnico, som ao vivo e encerrou com chave de ouro, com o papel Noel distribuído diversos brinquedos para as crianças presentes.

Por Sílvia Martinsiano
Foto: Maniela Mendonça

Entretenimento em Nova Mutum-Paraná 3

O Jornal Observação! está sempre atendendo às novidades de Nova Mutum-Paraná! Nas edições anteriores noticiamos para você, leitor, a inauguração de duas opções de entretenimento: o Boteco da Vila e a churrascaria Estação do Trem. Agora temos mais uma novidade especialmente para você!

No dia 15 de Janeiro de 2011, aconteceu, em ato simbólico, a entrega de algumas lojas do Centro Comercial de Nova Mutum-Paraná, conhecido por Mini Shopping, localizado na Avenida Jiru em frente à rotatória. O Mini Shopping tem 35 lojas, com 12 em pleno funcionamento, que atendem às necessidades da população, com 3 restaurantes, 3 lojas de confecções, 1 loja de beleza, 1 agência da Caixa Econômica Federal, 1 agência de Banco Bradesco, 1 loja de telefonia móvel e 1 papeteria.

Por Éfai Rocha
Foto: Filipe Bruno

Expediente Jornal Observação!:
Redação e Reportagem: Éfai Rocha, Felipe Bruno, Andreia Rocha, Sílvia Martinsiano e Maniela Mendonça. Fotografia: Éfai Rocha, Felipe Bruno, Maniela Mendonça e Andreia Rocha. Produção: José Paulo, Felipe Bruno e Felipe Augusto. Diagramação: Núcleo de Comunicação.

Fonte: sítio eletrônico da ESBR

Numa das matérias o título traz um questionamento: *Nova escola, nova educação?* O símbolo da interrogação ganha destaque em amarelo na página de tom escuro. O conteúdo narra a inauguração da escola com a presença dos representantes da ESBR, da prefeitura e dos funcionários da escola, e afirma que a nova estrutura terá mais conforto para os alunos e professores, “salas amplas e equipadas, contando com estrutura de referência nacional.” (Edição 01/2010). No entanto, em entrevista com o diretor da escola, Moret (2018) descreveu que somente a sala da direção possui climatização, as paredes do interior do prédio são de gesso, inapropriadas e construída com material inflamável, a instalação elétrica é inadequada para suportar a climatização das salas de aula e não há telefone nem internet; os condicionadores

de ar chegaram em 2011, e, em 2018, ainda não estavam instalados por falta da instalação elétrica adequada para a carga dos equipamentos.

Figura 22 – Edição 01/2010



Fonte: sítio eletrônico da ESBR

Na décima sexta edição, em junho de 2012, numa matéria sobre a reunião entre as lideranças da comunidade de Nova Mutum Paraná é abordado o tema escola/educação que aparece como uma das reivindicações, em meio a outras, mas para ter acesso ao que foi discutido é preciso buscar outras fontes de informação, como o noticiário de julho de 2015, em que o jornal *Diário da Amazônia*²⁰ divulga que famílias reivindicavam transporte escolar, denuncia-

²⁰Disponível em: <<https://www.diariodaamazonia.com.br/familias-de-nova-mutum-apresentam-reivindicacoes/>>.

vam a superlotação nas salas de aula e o espaço não aproveitado na escola, que deveria ser usufruída por ser espaço de compensação social. Além disto, há registro na Ata do Grupo de Trabalho Urbano do dia 25 de abril de 2017, que a comunidade questionava a ESBR sobre a possibilidade de alguns professores da escola não terem finalizado suas formações. Informações detalhadas como estas não foram encontradas no Boletim Informativo bem como outras matérias de cunho importante para a comunidade divulgadas sem esmiuçar a respeito. A informação superficial inviabiliza a elaboração de uma opinião de como os fatos aconteceram ou os desdobramentos na comunidade.

Despedida de Mutum Paraná e separação com o Rio Mutum. As quatro primeiras edições do Boletim Informativo divulgaram matérias sobre a despedida da população de Mutum Paraná e a separação da população com o Rio Mutum, foram as únicas notícias que trataram da relação das pessoas com o rio, o artifício retórico de que haverá compensação de lazer com o clube da vila. A ausência de matérias que relata a necessidade que a comunidade tem da natureza é um modo de negação do seu *modus vivendi*. É recorrente o pedido de um balneário pela comunidade de Nova Mutum Paraná, um deles está registrado na nona ata da reunião do Grupo de Trabalho de Cultura, Lazer e Turismo, dia 22 de maio de 2012, a solicitação da comunidade para ESBR doar uma área onde há um córrego para a população usufruir como área de lazer e reproduzir um pouco da vida que tinham à beira do rio. A ESBR solicitou que a comunidade apresentasse um projeto, no entanto, na ata do Grupo de Trabalho Urbano, dia 19 de janeiro de 2012, a ESBR já havia negado a construção de um balneário. Nas atas seguintes é possível localizar essa pauta da comunidade. Acerca da mudança para a nova vila, os reassentados manifestaram saudade da antiga vizinhança então afastada e os mercados ficaram longe, sem quitandinhas espalhadas pela vila como em Mutum Paraná (MORET, 2018), no entanto, não há registros sobre isso nos boletins.

A relação com o rio foi incorporada à vida das pessoas e por esta feita, o cotidiano era vivido na certeza da abundância de água. A mudança para Nova Mutum impôs restrições ao uso da água para as pessoas remanejadas. Isso ocorreu tanto pela ausência de algum lago, riacho, igarapé ou até mesmo piscina para o lazer, como pela distribuição de água encanada que não atende satisfatoriamente a população (STOLERMAN, 2014a, p. 140).

Sobre os desdobramentos da desarticulação e separação da comunidade é possível perceber que a ação coletiva se torna impraticável, depara-se com o desarmamento político das comunidades, e o povo, diante de uma democracia enfraquecida, é impossibilitado de conter a lógica capitalista hegemônica dominante na qual os territórios que, antes eram comuns, pas-

sam a pertencer ao mercado, ameaçando suas condições socioambientais (DARDOT; LAVAL, 2017). As comunidades tradicionais são expulsas de seus territórios e expostas aos corredores da miséria citadina (ESCOBAR, 2014).

Nós estamos tratando de privações, nós estamos tratando de abandonos, nós estamos tratando de perdas, nós tratando de expropriação, nós estamos tratando de expulsão, e isso a empresa precisa qualificar de outra forma é uma questão antes de tudo ideológica de fazer com que a realidade de vida pelas populações passe a ser entendida na visão delas e não da empresa (Entrevista Célio Bermann).

Segundo Zhouri e Oliveira (2005, p. 50, grifos originais), “as populações ribeirinhas significam *terra* como *patrimônio* da família e da comunidade, defendido pela *memória coletiva* e por regras de uso e compartilhamento dos recursos”, enquanto o empreendimento do setor elétrico e o Estado, “entendem o território como propriedade, e, como tal, uma *mercadoria* passível de valoração monetária”. As construções das Usinas do Complexo do Madeira provocaram a desestruturação social de aproximadamente cinco mil famílias, acarretando o apagamento imediato da memória das comunidades tradicionais compulsoriamente removidas de seus territórios (ALMEIDA, 2014b), comprovando o total fracasso da política de assentamento da promovido pela ESBR.

Contando com a chancela do Estado, para quem colabora no sentido de garantir energia elétrica para a indústria brasileira e assegurada pela legitimidade do discurso verde, a ESBR instalou um conjunto residencial que não correspondeu aos projetos exibidos para população. (STOLERMAN, 2014b, p. 127).

Os dados obtidos por meio da entrevista realizada com a então administradora de Nova Mutum Paraná reportam que, das 113 famílias que viviam em Mutum Paraná, muitas não quiseram ir para Nova Mutum Paraná e se deslocaram para comunidades próximas como Extrema, União Bandeirantes, Porto Velho, Cabixi, Vila Jirau e Embaúba, provavelmente somente 100 teriam saído de Mutum Paraná para Nova Mutum Paraná (MORET, 2018). As pessoas costumam sair de Nova Mutum Paraná por falta de emprego, gerando impactos nos territórios das comunidades vizinhas, que, no caso da UHE Jirau, não foram reconhecidos como territórios atingidos. “A Vila da Penha se constitui em Território de fuga para as intempéries das cheias e que são agudizadas pelo barramento do rio, tornando-se um espaço transitório desses períodos, e suas dinâmicas são influenciadas diretamente pelo funcionamento e operação da UHE.” (MORET et al., 2021, p. 13). A vila Jirau, Abunã e Araras, por exemplo, sofreram uma imigração intempestiva e elevada após a formação do lago da usina e a cheia de

2014, que provocou diversos problemas sociais, de infraestrutura, de educação, de segurança, saneamento e saúde pública (MORET et al., 2021).

Reunião da comunidade. As matérias que tratavam sobre as reuniões que ocorriam na comunidade eram mascaradas com conteúdos vagos e de pouca informação para população como, por exemplo, as matérias dos encontros intercomunitários de Nova Mutum Paraná. De maneira geral é divulgada a pauta da reunião, mas não é possível identificar precisamente o que foi discutido nem quais pontos foram levantados pela comunidade. Nesta senda, “Na ocasião foram debatidas e encaminhadas questões socioambientais e de produtividade, apontadas na realização do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).” (Edição 7/2011).

Algumas das discussões sobre as necessidades e os anseios da comunidade de Nova Mutum Paraná e Vila Jirau foram registradas no Projeto de Mapeamento Social (ALMEIDA, 2014) por meio das narrativas dos ribeirinhos que puderam expressar sentimentos de todas as ordens, em oficinas de cartografia social que tem como finalidade (re)conhecer manifestações culturais e territoriais das populações tradicionais por meio de mapas as realidades do cotidiano. Neste trabalho fica registrado o descontentamento e a infelicidade de terem sido removidos de suas terras onde tinham autonomia e alimentação variada, assistência médica, casas adaptadas ao clima da região. Além disso, há os registros dos casos de pessoas que não se adaptaram a nova realidade de Nova Mutum Paraná e abandonaram suas casas, ou ainda de pessoas que não tiveram o direito de receber uma residência em Nova Mutum Paraná inclusive de posse dos documentos solicitados pelo consórcio. Trata-se de um registro bem diferente das matérias dos Boletins Informativos, que, por consequência, mascaram a realidade.

Na maioria dos casos, não se exploram suficientemente as alternativas aos despejos, não se realizam consultas prévias aos deslocamentos com as comunidades afetadas e não se compensam os atingidos com indenizações suficientes para acessar outra moradia equivalente ou com reassentamentos em locais próximos (ROLNIK, 2015, p. 246).

Por um lado, falta informação sobre os direitos que competem à comunidade e é dever do empreendimento. Por outro lado, as notícias com conteúdos detalhados foram observadas com assuntos referentes à deficiência de serviço público sob a responsabilidade da Prefeitura de Porto Velho. Nas matérias sobre a iluminação pública e os *royalties*, por exemplo, é possível compreender qual o interesse da comunidade quanto àquela situação, qual o problema, o motivo de não ter sido resolvido, e quem são os responsáveis por uma possível solução. Logo se observa a intenção de reforçar as benesses promovidas pelo empreendimento e de ocultar as necessidades expostas pela comunidade e evidenciar as obrigações que não são cumpridas por parte da esfera municipal, o que consolida a imagem de uma instituição altruísta.

O descaso com a comunidade e com o Território é flagrante em muitos espaços, um destes é o barracão da feira um local reivindicado pela comunidade para a realização desta aos domingos, com placas no reassentamento que indicavam a feira, embora abandonadas num balcão que sofre entrada de água constante com goteiras por falta de manutenção. Neste espaço tem *boxes* disponíveis, apesar dos domingos não tenham muitos ocupados e só uma parte deles tenha a placa (figura 23) com a atividade disponível e o responsável. Da mesma forma, tem treze quadros pintados a óleo que retratam Mutum Paraná que ficavam nas paredes e uma parte destes já foram deteriorados pelas goteiras, estão no chão e sem conservação adequada, como mostra as imagens das figuras a seguir.

Figura 23 - Quadros de sinalização e pinturas a óleo





Fonte: MORET, 2022.

Em relação às reuniões dos Grupos de Trabalho sobre as decisões que devem ser avaliadas pela comunidade afetada, houve três divulgações em pequenas notas no Boletim Informativo, portanto, a comunidade não era informada adequadamente sobre todas as reuniões agendadas para tratar dos assuntos de interesse coletivo que estavam sob a responsabilidade da ESBR. De acordo com o Programa de Comunicação Social, a comunidade deveria ser avisada sobre as reuniões para participar ativamente das decisões. Contudo, na 16ª edição, uma matéria com o título *Interesse de Nova Mutum Paraná* destaca na primeira página, uma reunião ocorrida entre a comunidade e o Observatório Ambiental de Jirau visando solucionar alguns problemas da Vila de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto Velho. Isso foi observado em algumas matérias em que há queixas da população quanto às necessidades e à melhoria do bem-estar da comunidade, mas que são das competências da referida prefeitura, poucas matérias ganharam destaque quando os problemas comunitários estavam sob responsabilidade da ESBR.

Conforme já mencionado, o Observatório Ambiental de Jirau, cujo Boletim Informativo de Jirau consiste no meio de comunicação com a população, é formado por pessoas da comunidade de Nova Mutum Paraná que receberam cursos e treinamentos para atuação. “A organização da sociedade parece desempenhar um papel chave nas atuais estratégias empresariais acionada para lidar com o chamado ‘risco social’.” (ACSERALD, PINTO, 2009, p. 61). De junho de 2010 (1ª edição) a novembro de 2013 (27ª edição), o boletim era subsidiado pela ESBR, no entanto, a partir de junho de 2014 (28ª edição), o Observatório entrou numa “fase de consolidação e emancipação, ou seja, momento em que as suas ações devem atender a população de forma contínua e sólida, resultando na conquista de sua independência econômica, institucional e política, com a comunidade assumindo a sua gestão.” (Edição 28). Assim, a partir dessa edição, é perceptível a mudança de perfil do jornal, a quantidade de edições anu-

ais ficou limitada ao máximo de cinco edições, e as matérias sem conteúdo direto com a realidade de Nova Mutum Paraná ficaram numa média 45% das publicações, enquanto antes, de 2010 a 2014, tinham uma média de 15% das edições. Os espaços para as propagandas tornaram-se maiores e a quantidade de matérias em cada edição diminuiu para seis, antes (2010 – 2014) a média era em torno de nove matérias, como já mencionado.

O Boletim perde o vigor quando em novembro de 2018, edição 48, publica uma convocação para Assembleia Geral e na edição seguinte, edição 49, a primeira página do jornal ganha destaque sobre a primeira assembleia do Observatório Ambiental de Jirau. Na matéria havia um breve histórico sobre o Observatório, como e se tornou uma associação e a importância das pessoas da comunidade fazerem parte da associação do Observatório. Esta foi a última publicação do Boletim Informativo de Jirau.

À medida que o tempo passa, as matérias se tornam menos relevantes sobre os assuntos que se relacionam diretamente com a comunidade que deveriam continuar sendo assistidas pelo empreendimento, isso se evidencia a partir da gestão independente do Observatório, a ESBR não tem mais participação na edição do boletim. A cortina de fumaça se fecha e se torna imperceptível, quase imemorable que a empresa deveria continuar responsável pela realidade vivida das pessoas que foram deslocadas de suas origens. O mascaramento, processo que foi objeto de estudo dessa tese, conclui-se com o fim do Boletim Informativo, que operou no sentido de transformar a realidade vivida pela comunidade em notícias que amenizavam, ocultavam ou distorciam as situações ocorridas, provocando uma ruptura entre a realidade vivida e a realidade falseada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário destacar alguns pontos a respeito do público a quem se destina o Boletim Informativo subsidiado pela ESBR: os atingidos pela UHE Jirau, que tiveram o modo de vida bruscamente alterado. Semelhantes aos negros que com a Abolição de 1888 deixaram de ser escravos e se tornaram miseráveis, diante da ausência do Estado para ampará-los, os ribeirinhos deixam de ser beiradeiros e se tornaram também miseráveis. Contudo, neste caso há algo peculiar, os ribeirinhos que antes eram livres e com soberania alimentar passam a fazer parte da população pobre do país. Os povos tradicionais que se compreendem como parte da natureza são retirados de seu território e abandonados em outro mundo.

Mais especificamente sobre as idiossincrasias daqueles que vivem à beira do rio, é possível fazer outra analogia levando-se em conta que o Brasil foi constituído pelo trabalho braçal e escravo de indígenas e negros e, ainda assim, foram mantidos como marginalizados por séculos, é possível deduzir o que significa para o sistema o modo de vida dos ribeirinhos, aqueles que têm uma maneira de estar no mundo tão peculiar; e, só passam a existir para sociedade urbana, quando o sistema hegemônico tem interesse em seus territórios e, então, esses povos são classificados como empecilhos ou imprestáveis por não se coadunarem com o sistema capitalista.

Eu não precisava de dinheiro para viver na felicidade. Minha casa toda era a natureza. A madeira, a palha, não precisava de nenhum prego. Tinha minha roça onde plantava tudo, as fruteiras onde dava tudo, pescava meu peixe, fazia farinha pra comer com meu peixe. Se queria comer outra coisa pegava uma galinha que eu criava, se queria carne caçava no mato. E, pra fazer dinheiro, eu pescava mais e vendia na rua. Criei minhas três filhas, orgulhoso do que eu era. Eu era um homem rico (BRUM, 2021, p. 114).

Diante desta reflexão sobre os povos impactados em seus territórios e a divulgação das informações da empresa para a comunidade do entorno do empreendimento, esta pesquisa teve como objetivo analisar o discurso construído por meio do Boletim Informativo, subsidiado pela empresa responsável pela Usina Hidrelétrica Jirau no Município de Porto Velho para os deslocados de Mutum Paraná reassentados em Nova Mutum Paraná. Em face disso, analisaram-se alguns pontos a partir da implantação do empreendimento, portanto, a Análise do Discurso da empresa se baseou em dados e informações as quais, por sua vez, empregaram artifícios retóricos, de negação, de não informação, sobretudo, minimização dos impactos sociais e ambientais em todas as fases da implantação da UHE Jirau, desde os estudos para a

elaboração do EIA/RIMA, as audiências Públicas, a execução da obra e a operação da UHE, constituindo-se no mascaramento dos impactos sociais e ambientais.

A hipótese deste trabalho é que o discurso construído para conquistar os deslocados de Nova Mutum Paraná e a sociedade em geral, sobretudo, aqueles conteúdos presentes nos Boletins Informativos não se trata de uma informação no sentido mais amplo do termo ou de Informação Cidadã, mas é uma narrativa que se utiliza de artifícios retóricos para encobrir os impactos negativos da UHE. Todas as análises produziram resultados importantes pois comprovaram que a narrativa serviu para mascarar e justificar os impactos sofridos pela comunidade e pelo meio ambiente, além do intuito de criar a imagem de uma empresa responsável e altruísta.

De fato, esta narrativa representa uma negação a uma comunicação cidadã com produção de realidades artificiais, ao minimizar e, às vezes, anular a possibilidade e a intensidade dos conflitos com as populações locais, minando a manifestação das lutas sociais, ou seja, poderia ser um instrumento de informação para a comunidade sobre os direitos, as vantagens e as desvantagens da construção de um grande empreendimento que também pode produzir resultados positivos, sem, contudo, mascarar os aspectos negativos.

Neste sentido, o Boletim Informativo não teve a função informativa, como destacado na finalidade descrita no PBA, que deveria promover informação crítica para comunidade, pelo contrário, o Boletim Informativo teve a função de comunicar, emitiu dados estritamente direcionados aquilo que beneficiava a imagem do empreendimento. Assim, o principal meio de comunicação respectivo aos assuntos de Nova Mutum Paraná serviu para tentar “domesticar a comunidade” (MORAES, 2013, p. 61) e a mídia deixou de cumprir sua função de contrapoder, servindo a “um poder complementar para oprimir ou manter a sociedade no estado atual das coisas[...]” (MORAES, 2013, p. 63).

O primeiro evento, nomeado aqui como o gatilho para o desencadeamento de mascaramentos foi o EIA/RIMA, em cujos documentos identificam-se a minimização e o uso de eufemismos com o objetivo claro de mascarar os efeitos negativos do empreendimento. Visto que os estudos realizados para a elaboração do EIA/RIMA não obedeceram à legislação ambiental, como, por exemplo, a área de estudo utilizada foi apenas entre Porto Velho e Abunã. A legislação exige que seja estudada toda a Bacia Rio Madeira, entretanto, os resultados que determinavam as interferências socioambientais foram minimizados em virtude dos estudos terem sido insuficientes. A partir deste evento, todas as informações adotaram o mascaramento, sejam aquelas divulgadas para a imprensa, a realização das audiências públicas, as reuniões com a sociedade e com o poder público municipal e estadual.

A construção do Boletim Informativo fez parte do *modus operandi* metódico da comunicação narrativa, desde a seleção das pessoas da comunidade para trabalhar na edição do Boletim²¹, inclusive com os cursos oferecidos para elaboração, edição, e escolha das matérias e montagem, até a divulgação do jornal informativo. Esta maneira de se comunicar com a população é denominado por Acserald (2018) como disciplinamento social e antecipação de riscos, que ocorre por meio da cooptação de jovens da comunidade para elaborarem o Boletim, ou seja, não são os “de fora” que informam, são pessoas da própria comunidade, logo, é feito pela população e para a população, portanto, proporciona maior legitimidade ao que é divulgado e expresso. O disciplinamento social reside numa estratégia e faz parte da microtecnologia implantada visando demonstrar inclusão, dar oportunidade e voz aos da comunidade e, desse modo, desmontar a crítica de falta de comunicação cidadã.

As matérias eram cunhadas com discursos permeados de artifícios para induzir a criação de uma falsa realidade, possivelmente uma tentativa de transmitir a ideia de uma ação de deslocamento harmônica, com o oferecimento de cidade planejada, trabalho, emprego, comunicação, cuidado com o meio ambiente e com as pessoas, produzir a sensação de melhoria no *modus vivendi*, dissimular as realidades vividas e silenciar as vozes que tentavam reverberar as necessidades da comunidade, o que enfraquece a coletividade nos espaços de discussão. Neste contexto, os Boletins e as Atas das reuniões da comunidade com a ESBR duelavam sobre a realidade, os dois representavam realidades distintas, o primeiro atendia aos dos empreendedores, enquanto que o segundo apresentava a realidade do deslocamento.

Por meio das Atas, foi possível observar o vazio o registro das pautas que foram discutidas em reunião e não aparecem no Boletim, reflexo da ausência de diálogo, uma lacuna nas comunicações com a população deslocada, mas justificável visto que a comunicação do Boletim, como exaustivamente observado, não pretendia ser cidadã, mas uma narrativa com mascaramento. As Atas são documentos que desvelaram assuntos encobertos pelo empreendimento e que se contrapunham com a alegada harmonia do deslocamento, pois demonstravam os problemas; os desdobramentos da solução dos problemas não apareciam noutras Atas tampouco no Boletim, veículo de divulgação das ações dos empreendedores .

Neste sentido é possível observar a manifestação de estabelecer comunicação, no seu sentido restrito de somente emitir os dados, e divulgar repetidamente sempre os mesmos dados que o empreendimento deseja que a comunidade seja convencida. “Consequentemente, a

²¹ Na 10ª edição, há uma matéria sobre a comemoração do primeiro ano do Boletim Informativo e descreve como os jovens de Nova Mutum Paraná que foram selecionados para trabalhar no Boletim ficaram entusiasmados com as primeiras oficinas e o recebimento dos equipamentos profissionais de gravação, filmagem e câmera fotográfica.

repetição não faz a informação, mas o conceito que há por trás dela, que é uma das ideias básicas da propaganda, consegue convencer.” (MORAES, 2013, p.57).

A comunicação social da ESBR manifesta o hiato existente entre as negociações prévias e a inflexibilidade de negociação com os atingidos, iniciada nos Estudos que não obedeceram à legislação brasileira para a elaboração do EIA/RIMA. A consequência e os impactos foram mascarados, induzindo o leitor do Boletim a acreditar numa prática de ações equitativas e dialógicas entre empresa e deslocados. A comunicação social, articulada por meio do Boletim Informativo, não apresentou o duelo e a lacuna entre as negociações prévias e o diálogo com a comunidade, pois, de fato, não houve diálogo equitativo com os atingidos por Jirau, implicando um silenciamento massivo e o mascaramento das agressões sofridas pela população (ACSERALD; MELLO, 2009; ACSERALD, 2018). Esta agressão ocorreu desde o levantamento de dados de moradores de Mutum Paraná, onde a arrogância e desconfiança dos pesquisadores em relação aos respondentes os tratou como se não tivessem escolha entre sair e permanecer, da mesma forma como se recebessem benesses e não sofressem com o deslocamento, posto que harmônico.

As matérias discutiam assuntos com eufemismos para descrever as tragédias socioambientais, como, por exemplo, na notícia da enchente de 2014 cuja causa foi o assoreamento do Lago de Santo Antônio; na notícia sobre os estupros e a violência resultado da desestruturação da comunidade; na matéria sobre os impactos do mercúrio na saúde da população, pois as barragens aumentam a exposição ao metilmercúrio. Deste modo, é notada uma estratégia de silenciamento de questões que atingem profundamente a maneira de viver das pessoas removidas para um mundo que não lhes pertence.

Cabe ressaltar que silenciar não é o mesmo que calar, segundo Orlandi (1996), quando a comunidade vocaliza suas necessidades nas reuniões há a impressão de que é ouvida, no entanto, quando as reivindicações não são publicadas instala-se o silenciamento de uma comunicação cidadã. Neste diapasão, “Esse é um dos silêncios produzidos. O outro silêncio – que incide não sobre o enunciador, mas sobre seu alvo – afeta, sobretudo, o princípio da autoria, isto é, desliga o autor de seu produto (mecanismo de expropriação)” (ORLANDI, 1996, p. 267). O silêncio e o mascaramento eliminam os questionamentos e as reivindicações a fim de reforçar as benesses do empreendimento.

Quanto menos aparecem os impactos negativos e as repercussões que emergem, mais o consórcio reforça a construção de uma imagem pública comprometida com a sustentabilidade, isto pode ser observado na categoria temática biota e qualidade dos recursos ambientais, cujo tema coleta seletiva foi o que mais apareceu em todo o período de estudo do Boletim

Informativo; o estreitamento do conceito de desenvolvimento sustentável para coleta seletiva embute a afirmação de empresa com responsabilidade ambiental. No entanto, trata-se de mais um mascaramento visto que o conceito mais aceito para desenvolvimento sustentável prescinde, pelo menos, de responsabilidade e equilíbrio ambiental e socioeconômico.

Neste estreitamento do desenvolvimento sustentável, aparece nas Atas a solicitação de arborização de Nova Mutum Paraná visando manter a temperatura amena, já que antes tinham suas vidas refrescadas pelas sombras, a brisa fresca que a floresta produz e era regulada pela água corrente do Rio Mutum. Ribeiro e Moret (2014) observou que em Nova Mutum os deslocados tentavam reproduzir os antigos modos de vida no novo local de moradia, que é um reflexo da devastação do Território nos processos psicossociais pelos quais os deslocados passam no deslocamento compulsório e talvez jamais deixem de viver um eterno banzeiro dentro de si.

A mudança do nome do consórcio de ESBR para Jirau Energia em dezembro de 2020, após sete anos de operação, parece ser uma estratégia para desvinculá-lo de todas trágicas mudanças desde o início da implantação do projeto. Isso revela a articulação estratégica para apagar e mascarar a relação entre ESBR e a Jirau Energia, ou seja, qualquer crítica feita aos estudos, as audiências públicas e a implantação devem ser feitas à ESBR enquanto blinda a Jirau Energia, entretanto, trata-se da mesma empresa e as responsabilidades também, e essa estratégia evidencia os apagamentos provocados por novas narrativas.

As narrativas repetidamente evocadas pelos empreendimentos constituem memórias nos sujeitos ao induzir apagamentos dos efeitos negativos, e, por isso, intencionalmente produzem novos sentidos. A produção de apagamentos ou esquecimentos “produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo [...]” (ORLANDI, 2012, p. 35). Ao mascaramento pode-se nomear de estratégia do ilusionismo, o movimento de troca do nome da empresa condiciona os sentidos a se desvincularem das antigas memórias provocadas anteriormente, renova as expectativas daqueles que esperam por mudanças. Se a comunidade estivesse satisfeita com as negociações propostas e compensações realizadas, não seria vantajoso para a empresa se desvencilhar da imagem do bom desempenho.

Outros pontos merecem ser abordados nas discussões finais, que remete à estratégia de desmobilização deslocando o território de discussão, saindo do local a ser alagado para outro, no caso a cidade de Porto Velho, demonstrando que o local a ser alagado era um não local ou um não território. Entretanto, Nova Mutum era um Território histórico de uma popu-

lação considerável de aproximadamente 160 famílias (PBA, 2010). De fato, era uma desmobilização, pois as primeiras reuniões dos Grupos de Trabalho para a discussão do reassentamento foram realizadas em Porto Velho. Além do fato de desconsiderar o Território, há o fato de que a população foi deslocada compulsoriamente sem opção, ou seja, todas as condições deveriam ter sido apresentadas para as pessoas, entretanto, esta estratégia já fazia parte da negação ou de mascaramento do deslocamento compulsório e de minimização dos direitos da população.

Da mesma forma, como consta em ata, a minimização das responsabilidades com o deslocamento compulsório se efetivava quando havia necessidade de discussão ou de resolução de questões urgentes como saúde, segurança pública e educação, orientavam que a comunidade ou seu representante se deslocasse até Porto Velho para discutir o caso com a prefeitura, que constituía numa estratégia de negação das responsabilidades com o assentamento, deslocando para esta a responsabilidade. Um mascaramento sobre as responsabilidades prementes com o assentamento, seja porque a população foi deslocada compulsoriamente, seja porque a legislação indica que os deslocados devem ficar, pelo menos, na mesma situação socioeconômica que viviam no local de origem. Além deste ponto de negação, há a responsabilidade do Poder Público em salvaguardar os direitos das populações deslocadas, mas o Estado não desempenha seu papel para garantir-lhes os direitos. É um fato que as microtecnologias empregadas induzem a sociedade a pensar que o agente privado está desempenhando o papel do Estado, no que é conveniente para a empresa, no caso da UHE Jirau, conveniente para uma das duas empresas, a ESBR ou Jirau Energia; destaca-se que a empresa se abstém de desempenhar ações ou mediar situações críticas quando lhe é conveniente e necessário.

A população alvo deste estudo são ribeirinhos²² que viviam em estreita relação com o Rio Mutum, mas também com a terra por meio de pequenas produções agrícola ou frutíferas de subsistência, que viveram nas margens do rio, e, sempre, às margens do Estado. Esta população foi deslocada para Nova Mutum Paraná, uma cidade estritamente urbana, sem rio próximo, sem possibilidade de produção agrícola de sobrevivência, sem possibilidade de plantio mínimo de fruteiras; a área de Nova Mutum foi nivelada com pedras, portanto, não é passível de plantio. Neste aspecto, os ribeirinhos vivem na condição de povo mais invisibilizado da Amazônia, vivem ao redor de rios e são considerados como impedimento ao desenvolvimento, seja na implantação de UHE, de portos ou de hidrovias.

²² Os ribeirinhos estão em busca de políticas públicas que assegurem seus direitos por meio da Política Nacional de Direitos da Populações Atingidas por Barragens – PNAB, Projeto de Lei 2.788/2019, está em tramitação no Senado Federal. A última movimentação do Projeto de Lei ocorreu no dia 10/05/2022 segundo o sítio eletrônico do Senado: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/138122>>

Para finalizar estas considerações, há algo importante a destacar e que conecta a construção da UHE com os projetos de desenvolvimento do capital, onde o desenvolvimento propalado redundava numa figura de retórica visto não gerar emprego nem renda, qualidade de vida para as populações atingidas, tampouco desenvolvimento sustentável. Entre o início da construção da UHE em 2009 e 2022 o ano de término desta tese, há uma mudança brusca de paisagem entre Porto Velho e Nova Mutum Paraná, os pequenos fragmentos de floresta e de pecuária foram alterados pela monocultura de soja. Isso corrobora com os estudos sobre os interesses dos setores da hegemonia econômica, nacional e internacional, os quais reforçam o discurso do progresso e desenvolvimento. No entanto, o que se vê na região que recebe o projeto é a perda da vegetação, o desmatamento, a abertura de estradas, a abertura de hidrovias, inclusive em trechos antes não navegáveis, a expansão da soja e a ampliação de pastagens para área de produção animal (FEARNSIDE, 2015a).

Outras usinas serão construídas, como Arsênio Osvaldo Sevá Filho preconizou nos anos 90. As hidrelétricas são construídas porque interessa a construção barragem, pois com ela o grande capital produz de forma intensa, movimentando as indústrias da construção civil, dos eletromecânicos, das turbinas, da financeirização e das empresas de consultoria. Atualmente, agregam-se a aceleração dos licenciamentos e a menor exigência dos estudos. Entretanto, em todo este processo quem mais perde são os assentados, pois não são partícipes do processo. Além disso, reduzem-se o tempo de reflexão das comunidades que serão atingidas para adotarem medidas que devem ser tomadas.

Por outro lado, o mecanismo de categorizar as hidrelétricas como energia limpa e renovável é mais um engodo do grande capital para diminuir as resistências aos impactos socioambientais irreversíveis, mas também empurram o imbróglio das construções para as populações atingidas para que não sejam contrárias ao desenvolvimento. Válido ressaltar que as resistências das populações atingidas tendem a diminuir porque as partes envolvidas têm poderes imponderáveis, por um lado tem uma população ribeirinha e, do outro lado, o sistema capitalista. O desenvolvimento local propalado de que não só as UHE geram renda, trabalho emprego e desenvolvimento, bem como a energia hidrelétrica gerada seja renovável neutraliza a discussão dos impactos socioambientais para uma abordagem local. Portanto, deixa para os atingidos duas questões cruciais: a vulnerabilidade dos graves impactos sofridos e a decisão de não permitir o desenvolvimento de um projeto que parece ser de país, mas que, na verdade, faz parte do projeto do capital hegemônico nacional e internacional explorador.

Por fim, salienta-se a necessidade de ampliação e acompanhamento dos estudos dos impactos relacionados à vida das pessoas desterritorializadas e que sofrem consequências ir-

reparáveis e intermináveis em nome de um progresso que não as contempla. Espera-se que esses estudos fortaleçam a luta pela efetivação das políticas públicas voltadas para pessoas que são atingidas pelos grandes projetos de desenvolvimento no Brasil.

CONCLUSÕES

O objeto norteador de pesquisa foram os Boletins Informativos, *Jornal Observação*, entretanto, para que fosse possível cotejar os dados obtidos pela Análise de Discurso que se constituíram em narrativas de apagamento e mascaramento de qualquer impacto negativo ambiental e social, foi necessário fazer uso de outros documentos referentes à implantação e a operação da UHE Jirau e sobre o Assentamento de Nova Mutum Paraná, EIA/RIMA, Atas de reunião dos Grupos de Trabalho que faziam parte a ESBR, Comunidade de atingidos e representantes da prefeitura de Porto Velho, sendo assim coerentes e justificados os resultados de que a comunicação produzida foram forjadas de maneira a mascarar os impactos socioambientais para a comunidade que recebeu o empreendimento. Outro ponto importante é que o gatilho motivador do mascaramento foi o EIA/RIMA. Os aspectos de mascaramentos são importantes de serem destacados com o uso de eufemismos, de negação, de anulação de informações, de não informação, de informação tergiversando a realidade.

Os resultados das análises dos dados desta pesquisa confirmaram a hipótese de que o discurso construído nos Boletins Informativos para os deslocados de Nova Mutum Paraná serviram para mascarar e justificar os impactos impostos à comunidade e ao meio ambiente, bem como formar a imagem de uma empresa responsável e altruísta. Portanto, a comunicação que deveria ser utilizada como um instrumento de informação cidadã para a comunidade reafirmando direitos, destacando claramente as vantagens e as desvantagens da construção do empreendimento, tornou-se um meio para a construção de realidades artificiais, focando-se, enfaticamente, na justificativa e na legitimação da UHE, reafirmando as benesses do projeto, e minimizando e anulando, a possibilidade e a intensidade dos conflitos com as populações locais. Os artifícios narrativos minaram o direito de manifestação e das lutas sociais dos deslocados.

Outro resultado defendido por esta tese é que a construção de uma narrativa baseada no mascaramento é uma das ferramentas fundamentais para viabilizar a construção da UHE Jirau, porque todas as fases desta transitaram fora das Leis (Resolução da Conama 001/86, 006/87 e 237/97) que regem a implantação de UHE, como é o caso do EIA/RIMA construído sem atender a Resolução 001/86 no que tange ao estudo em toda a bacia. Além do deslocamento compulsório para Nova Mutum Paraná que deixou a população em situação pior do que a anterior, da mesma forma as fases de estudos, instalação, implementação e operação da hidrelétrica precisaram ser baseadas em mascaramento porque os impactos ambientais, sociais e econômicos impostos ao Território são graves.

Numa perspectiva maior do que apenas na construção da UHE Jirau, a declaração de que a hidreletricidade de uma UHE é renovável parte dos empreendedores, governos, até de alguns especialistas e reverbera na comunicação das empresas e chega à mídia tradicional. A narrativa é um mascaramento da realidade, visto que as UHE impõem modificações socioambientais irreversíveis no Território, não só esses impactos já a tornaria não renovável, como também a geração hidrelétrica com lago altera a entropia da água, a montante e a jusante, portanto, se as entropias são alteradas a geração não pode ser renovável. Além deste aspecto, há problemas voltados à narrativa da renovação, ou seja, a discussão se restringe a troca de uma energia suja para uma energia limpa, para a qual não deve haver resistência, colocando na conta dos deslocados e impactados pela UHE o custo da crítica.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades”. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades**. O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.
- ALMEIDA, A. W. B. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação**: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais: ribeirinhos, extrativistas e moradores das comunidades deslocadas por hidrelétricas no Rio Madeira (RO): o reassentamento voluntário de Vila Jirau. **Caderno Nova Cartografia**, v. 19, 2014a.
- ALMEIDA, A. W. B. **Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação**: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. Desastres socioambientais das hidrelétricas no Rio Madeira e a grande cheia de 2014. **Caderno Nova Cartografia**, n. 6, 2014b.
- ALMEIDA, A. W. B. **Conflitos sociais no “Complexo do Madeira”**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2009.
- ARAÚJO, N. C.; MORET, A. S. Direitos Humanos e Hidrelétricas: Uma Análise Dos Impactos Socioambientais e Econômicos Gerados em Rondônia. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 13, n. 26, p. 167-194, 2016.
- ARAÚJO, W. R. M. A expansão das fronteiras amazônicas: o legado das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Santo Antônio e Jirau no estado de Rondônia (RO). **Revista Mutações**, v. 8, n. 15, p. 91-105, 2017.
- BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 21, n. 59, p. 139-153, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARAÚNA, G. M. Q. **Atingidos por Barragens**: conflitos socioambientais no Rio Madeira. 2014. 338 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
- BARAÚNA, G. M. Q.; MARIN, E. A. R. O “fator participativo” nas audiências públicas das hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. In: ZHOURI, A. (Ed.). **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caderno da Região Hidrográfica Amazônica**. Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2006.
- BECKER, B. K. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, v. 7, n. 3, p. 783-790, 2012.
- BRUM, E. **Banzeiro Òkôtô**: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CAMPOS, P. H. P. **A Ditadura dos Empreiteiros**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. 584 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CYRRE, M. R. L. Reflexões Sobre o Discurso Jornalístico: Contribuições para interpretação. **Revista Entrelinhas**, v. 7, n. 1, p. 42-52, 2013.

CMB. **Barragens e desenvolvimento**: Um novo Modelo para tomada de decisões. 2000. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf> Acesso em: 1º fev. 2020.

COSTA, A. C.; OLIVEIRA, I. C.; RAVENA, N. Vozes institucionais e os discursos de dominação: análise dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. **Revista Famecos**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 24.880, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: Ensaio sobre a revolução no Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DENEALD, A. As empresas multinacionais: Um novo poder soberano na ordem das coisas. In: ACSERALD, Henry. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades**: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

DHESCA BRASIL. **Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira** (Relatório preliminar). Porto Velho: Dhesca, 2011.

DIEGUES, A. C. Aspectos socioculturais e políticos do uso da água. São Paulo: Nupaub, 2005.

DOWBOR, L. **A Era do Capital Improdutivo**. Ed. Autonomia Literária. São Paulo, 2017.

ELIAS, N; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ECOLOGY BRASIL. **Projeto Básico Ambiental -PBA**. AHE Jirau. 2008.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ed. Unaula, 2014.

FAINGUELERNT, M. B. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Revista Ambiente e Sociedade**, v. XIX, n. 2, p. 247-266, 2016.

FEARNSIDE, P. M. Brazil's Balbina Dam: Environment versus the legacy of the Pharaohs in Amazonia. **Environmental Management**., v. 13, p. 401-423, 1989.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. v. 1. Manaus: Editora do INPA, 2015a.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. v. 2. Manaus: Editora do INPA, 2015b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010b.

FURTADO, F. Quem financia uma obra tão polêmica? In: SWITKES, G. (Org.). **Águas Turvas**: Alerta sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. 1. ed. São Paulo: Internacional Rivers, 2008.

GOLDENBERG, J.; PRADO, L. T. S. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. **Tempo Social** [online], v. 15, n. 2, p. 219-235, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000200009>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

MORET, A. S.; GUERRA, S. M. G. Hidrelétricas no Rio Madeira: Reflexões sobre Impactos Ambientais e Sociais. **Oídles** (Málaga), v. 3, p. 1-10, 2009. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/oidles/07/smgg.htm>. Acesso em: 07 fev. 2022.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

FERRARI, B.; ESTEVAM, D. (Prod.) **Jirau e Santo Antônio**: Relatos de uma Guerra Amazônica. Porto Velho: MAB, 2016. 1 vídeo (66 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZFQ11fri3vs>>

KARPINSKI, C. **Navegação, Cataratas e Hidrelétricas**: discursos e representações sobre o Rio Iguaçu (Paraná, 1853-1969). 2011. 375 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LIMA, A. D. C. C.; LIMA, M. A.; FERREIRA, P. A.; MAFRA, F. L. N. Implantação de Usinas Hidrelétricas e Teoria dos *Stakeholders*: Analisando o Processo de Negociação a Partir de um Estudo de Caso. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, 2017.

LOCATELLI, C. A. **Comunicação e Barragens**: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da usina hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). 2011. 423 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARTIN, A. M. Pelas páginas do progresso: memórias e discursos na construção hidrelétrica no Alto Paraná. **Patrimônio e Memória**, v. 9, n. 1, p. 238-255, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORAES, D. (Orgs). **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização a informação. FAPERJ. Boitempo: Editorial. 2013.

MORET, A. S. et al. Expandindo a concepção de atingidos por UHE: Assentamentos Vila Jirau e Vila Penha – Rondônia. **Ambiente & Sociedade**, v. 24, p. 1-17, 2021.

MORET, A. S. **Estudo dos impactos sociais, ambientais e econômicos em assentamento de UHEs e a intervenção no circuito inferior da economia**. 2018. Xf. Relatório Científico (Pós-Doc. em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MORET, A. S.; SILVA, L. L. C. E. O Rio Madeira, uma sociedade e a Indústria da Energia: a construção das Usinas Hidrelétricas e os impactos e intervenções na sociedade. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago**, v. 4, p. 11-31. 2010.

MORETTO, E. M. et al. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira amazônica. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. XV, n. 3, p. 141-164, 2012.

NASCIMENTO, S. M. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte**: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos. 2011. 275 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

NÓBREGA, R. S.; KLEPPA, L.; NOVOA GARZON, L. F. A cheia e o vazio. In: LOCATELLI, C. **Barragens Imaginárias**: A construção de hidrelétricas pela comunicação. Florianópolis: Insular, 2015.

NOVOA GARZON, L. F. O licenciamento automático dos grandes projetos de infraestrutura no Brasil: o caso das usinas no rio Madeira. **Revista Universidade & Sociedade**, n. 42, p. 37-58, 2008.

NOVOA GARZON, L. F. Conflitos por água, territórios empresariais e complexos hidrelétricos na Amazônia brasileira. **Revista del Cesla**, n. 23, p. 143-165, 2019.

OLIVEIRA, D. J. G.; GONÇALVES, C. A.; FILHO, E. S. R. As conexões entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Brasil. **Revista Ideas**, v. 7, n. especial, p. 260-304, 2013.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

OWUSU, K. et al.; Resource utilization conflict in downstream non resettled communities of the Bui Dam in Ghana. **Natural Resources Forum.**, v. 41, n. 4, p. 234-243, 2017.

PBA. **Projeto Básico Ambiental para Implantação das Linhas de Transmissão 1,2,3 de 500 kV UHE Jirau** – Subestação Coletora Porto Velho. Energia Sustentável do Brasil. São Paulo: PBA, 2010.

PESTANA, I. A. et al. The impact of hydroelectric dams on mercury dynamics in South America: a review. **Chemosphere**, [s.l.], v. 219, p. 546-556, 2019.

PUBLIC EYE AWARDS. **Wanted: the Most Despicable Corporations of the Year**. 2010. Disponível em: <<http://www.publiceye.ch/en/>>. Acesso em: 3 maio 2019.

RIBEIRO, A. M.; ANDRADE, L. C.; MORET, A. S. Os Estabelecidos e os Outsiders da Amazônia: uma reflexão sociológica acerca de um projeto de reassentamento em Rondônia, Brasil. **Territórios e Fronteiras (On-line)**, v. 8, p. 256-274, 2015.

RIBEIRO, A. M.; MORET, A. S. A construção da hidrelétrica de Santo Antônio e os impactos na sociedade e no ambiente. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 2, n. 3, p. 81-92, 2014.

RIMA. **Usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau**. 2005. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Documents/RIMA%202014%20-%20Relatório%20de%20Impacto%20Ambiental.pdf>. Acesso em: 3 maio 2019.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALES, L. M. **Os editoriais do jornal O Paraná: análise sobre as relações discursivas e a política partidária**. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas), Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2015.

SANTOS, E. S.; CUNHA, A. C.; CUNHA, H. F. A. Usina hidrelétrica na Amazônia e impactos socioeconômicos sobre os pescadores do município de Ferreira Gomes-amapá. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, n. 4, p. 191-208, 2017.

SANTOS-LIMA, C. *et al.* Neuropsychological Effects of Mercury Exposure in Children and Adolescents of the Amazon Region, Brazil. **Neurotoxicology**, [s.l.], v. 79, p. 48-57, 2020. Elsevier BV.

SANTOS, J. M. L.; MELLO, S. C. B. Os significados de Belo Monte no discurso das mídias sociais. **Comunicação, Mídia e Consumo**, n. 30, p. 13-36. 2014.

SANTOS, M. et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Instituição, 2000.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SICILIANO, G. et al. Hydropower, social priorities and the rural–urban development divide: The case of large dams in Cambodia. **Energy Policy**, v. 86, p. 273-285, 2015.

SIMÃO, Berenice. P.; ATHAYDE, S. Resiliência socioecológica em comunidades deslocadas por hidrelétricas na Amazônia: o caso de Nova Mutum Paraná, Rondônia. **Sustentabilidade em debate**. v. 7, p. 104, 2016.

SOUSA, P. **Análise do discurso**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

STOLERMAN, P. **Nova-Mutum**: A recriação do lugar. Discursos na implantação da UHE-Jirau. Porto Velho, Rondônia. 167f. 2014a. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014a.

STORLEMAN, P. et al. A implantação da Usina Hidrelétrica de Jirau no Rio Madeira e os processos de desterritorialização em Rondônia. **Terr@Plural**, v. 8, n. 2, p. 371-387, 2014b.

SWITKES, G. (Org.). **Águas Turvas**: Alerta sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. 1. ed. São Paulo: Internacional Rivers, 2008.

SZYMANSKI, H. (Org.); ALMEIDA, L. R.; BRANDINI, R. C. A. R. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Plano, 2002. (Série Pesquisa em Educação, 4).

TEIXEIRA, M. G. et al. Análise dos Relatórios de Impactos Ambientais de Grandes Hidrelétricas no Brasil. In: AB’SABER, A. N. MÜLLER-PLANTENBERG, C. **Previsão de Impactos**: O estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia, e na Alemanha. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, R. O. S.; ZHOURI, A.; MOTTA, L. D. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 36, n. 105, p. 1-18, 2021.

VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate e diretrizes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Ed.). **Vidas Alagadas - Conflitos Socioambientais - Licenciamento e Barragens**. Viçosa: EdUFV, 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

APÊNDICE A

Dados Boletim Informativo de Jirau

*Os títulos das matérias em destaque são informações diretamente relacionadas a Mutum Paraná e a Nova Mutum Paraná.

2010			
EDIÇÃO	MÊS	CATEGORIA DE ANÁLISE	*MATÉRIA DE ACORDO COM CATEGORIA DE ANÁLISE
1	Jun.	Saúde, condições sanitárias e segurança	1.O Mercúrio no Rio Madeira 2.Palestras que foram realizadas para comunidade sobre dengue, malária, DST... e outras oficinas que são ministradas para o Observatório de Jirau.
		Território	3.Nova escola, nova educação? 4.Oficinas sendo ministradas para as pessoas que trabalham no jornal <i>Observação</i>
		Atividades Econômicas	5.Oficina de ovos de Páscoa
2	Ago.	Bem-estar e estética	1.Personalizando casas 2.Mudança na alimentação: Construção da Nova Mutum-Paraná muitos benefícios chegaram à comunidade, como foi o caso da primeira feira livre. Notas: Presença de funcionário na Festa Junina.
		Território	3. Registro da mudança dos moradores de Mutum Paraná para Nova Mutum Paraná

			<p>4.Paisagem de Mutum Paraná começa a mudar</p> <p>5.Festa Junina em clima de despedida: moradores da comunidade Mutum-Paraná se despedem da localidade.</p> <p>6.Escola: um universo cultural – Interação por meio de oficinas entre os alunos de Mutum-Paraná e das crianças que vieram de outros estados.</p> <p>7.Visita do presidente Lula à Nova Mutum - Visita do Lula à escola de Nova Mutum.</p> <p>Notas: Separação da população de Mutum Paraná e a despedida do Rio Mutum</p>
		Biota, Qualidade dos recursos ambientais	Notas: Jacaré aparece em supermercado
3	Out.	Território	<p>1.Festa de despedida de Mutum Paraná</p> <p>2.Crisma em Nova Mutum – Primeira crisma na igreja em Nova Mutum</p> <p>3.Observatório em foco: objetivo do observatório</p>
		Atividades Econômicas	4.Cooperativa dos produtores rurais do observatório de Jirau: Reunião com os produtores

		Biota e qualidade de recursos ambientais	5. Água e fogo em Nova Mutum – duas semanas de fogo Notas: Ibama visita o Observatório
		Bem-estar e estética	Notas: Entretenimento em Nova Mutum-Paraná
4	Nov./Dez.	Biota e qualidade de recursos ambientais	1. Produzimos todo esse material chamado lixo sem perceber
		Território	3. Nova Rodoviária em Nova Mutum e o funcionamento e saudosismo da antiga rodoviária 1. Ideia concretizada: Lançamento do jornal e do portal do Observatório de Jirau
		Bem-estar e estética	Notas: Entrega do jornal <i>Observação</i> para população de Nova Mutum 4. <i>Fest Cine</i> em Porto Velho, Observatório foi conferir. 6. Capoeira no Observatório 5. Mensagem de Boas Festas de final de ano Notas: inauguração de restaurante em Nova Mutum

ANO	2011		
5	Jan./Fev.	Território	<p>1. Idosos visitam à UHE</p> <p>* Visitante diz: “Para quem ainda não conhece, eu recomendaria, porque é bonito e alguns, talvez, nunca tenham visto uma parafernália como essa em nosso Estado”.</p> <p>2. As igrejas não ficaram para trás</p> <p>3. Correios</p> <p>4. O que determina a qualidade de ensino? Escolas pública e particular funcionando em Nova Mutum</p> <p>Notas: Despedida de 2010 em Nova Mutum</p>
		Atividades econômicas	<p>5. Conquistando Horizontes: Oficina de manejo ambiental técnicas para produzir mudas de plantas frutíferas, ornamentais, hortaliças...</p>
		Biota e qualidade de recursos ambientais	<p>6. Momentos de reflexão: Importância da água na vida das pessoas</p>
		Bem-estar e estética	<p>Notas: Entretenimento em Nova Mutum inauguração de boteco, churrascaria e mini shopping</p>
6	Mar./Abr.	Biota e qualidade Recursos Ambientais	<p>1. Comitê de Sustentabilidade: comitê de interação para que a comunidade e interessados no processo e na construção da UHE compartilhem informações. *As discussões não foram detalhadas.</p> <p>Notas: Pescaria em NMP e alerta ao cuidado de [sic] jacarés na região de pesca</p>

			2.Momento de reflexão: Água
		Atividades Econômicas	3.Embrapa capacita Monitores e técnicos ambientais do Observatório
		Saúde, condições sanitárias e segurança	4.Brincadeira que deixa cicatrizes; <i>Bullying</i> 5.A necessária comodidade em Nova Mutum Paraná: dentista atende todos os dias em NMP
		Território	6.Páscoa
7	Maio/Jun.	Território	1. Observatório Ambiental de Jirau Promove o I Encontro Intercomunitário em NMP – participação dos distritos vizinhos Notas: Programa de infraestrutura aos atingidos das UHE 2.Internet, meio de comunicação indispensável 3. Encontro das artes na escola Nossa senhora de Nazaré
		Bem-estar e estética	4. Um carro rosa em NMP? Vendedora Mary Kay Notas: Oficinas de violão e academia em NMP
		Saúde, condições sanitárias e segurança	5.Dia das diferenças 6.Momentos de reflexão: dirigir e beber, jamais!

8	Jul.	Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>Notas: Visitas domiciliares Programa de Infraestrutura Atingida</p> <p>1. 21ª Edição do Interdistrital campeonato de futebol e vôlei</p> <p>2. Inauguração da clínica veterinária em NMP</p>
		Biota e qualidade de recursos ambientais	3. Observatório Ambiental Jirau em Ação no Mês do Meio Ambiente
		Território	<p>4. Arraiá Flor do Mutum em NMP</p> <p>5. Momentos de reflexão: Exploração sexual de crianças e adolescentes*</p>
		Bem-estar e estética	6. Inauguração da sorveteria Dullim em NMP
9	Set.	Biota e qualidade de recursos ambientais	1. Momentos de reflexão: Reduza o consumo da sua energia elétrica
		Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>2. De novo? Consequência das queimadas em NMP</p> <p>3. Queremos a colaboração da população para limpar a cidade.</p> <p>4. Obras do Programa de Infraestrutura Atingida</p>
		Bem-estar e estética	<p>Notas: Nova área de lazer em NMP</p> <p>5. Festival de cinema <i>Curta Amazônia</i></p>

		Território	Notas: Reunião do GT de turismo, lazer e cultura
10	Out.	Bem-estar e estética	Notas: Harmonize-se, serviços de psicologia e estética 1.Parceria, Conscientização e sensibilização – “uma cidade limpa, mais civilizada e paisagem agradável”
		Saúde, condições sanitárias e segurança	2.Momentos de reflexão: Preconceito: Uma realidade que você vive
		Território	3.Rodoviária na Vila Jirau 4.Décima Observação, primeiro ano do jornal. Notas: Igreja Católica em comemoração
		Atividades Econômicas	5.Espaço para anunciantes
11	Nov.	Atividades Econômicas	1.UHE promove crescimento econômico para comerciante de Nova Mutum Paraná
		Território	2.Feira Cultural em Mutum Paraná: resgatar e manter os costumes dos habitantes de Mutum-Paraná e interação entre os antigos e novos moradores
		Biota e qualidade de recursos ambientais	3.Programa de Assistência Técnica e social: preparação de terras para cultivo
		Saúde, condições sanitárias e segurança	Notas: Observatório de cara nova em nova sede, segundo mutirão “eu cuido do que é nosso” 4.LTs: Linhas de transmissão

			5.Momentos de Reflexão: Cigarro. Apague essa ideia!
12	Dez.	Território	1. Visita de Gestão no Observatório: administradores de diversos distritos da região do Baixo Madeira se reuniram para trocar experiências sobre as comunidades
		Bem-estar e estética	2. Jovens promovem o primeiro <i>Only Fest</i> 3.Não vai viajar? Dicas de passeios na região 4.Ideias Natalinas
		Saúde, condições sanitárias e segurança	5.Momentos de reflexão: Movimente-se Notas: Torneio de Futebol na nova quadra em Abunã *O jornal passou a fazer propaganda dos comércios de NMP e a reservar, pelo menos, 1/5 da página para cada anúncio.
ANO	2012		
13	Jan.	Território	1.Correios na Vila? 2. Notícias de Mutum: Demolição final das residências e manejo do material de demolição.
		Atividades econômicas	3. Confiança e desenvolvimento: Cooperados da Coopprojirau relatam sobre o projeto <i>Galinha Caipira</i> , ações voltadas para o produtor rural

			4.Você conhece todos os pontos comerciais de NMP? Notas: Documentário sobre o Garimpo, não perca!
		Bem-estar e estética	5.Momentos de Reflexão: Dormir é fundamental para viver bem.
14	Fev.	Saúde, condições sanitárias e segurança	1. Malária 2.Prevenir Acidentes domésticos com idosos e crianças 3.Momento de reflexão? DST – Evite e previna! 4. Expectativa de inauguração da nova unidade de saúde em NMP.
		Território	5. Muvuca do Mutum: segundo carnaval de NMP
		Bem-estar e estética	Notas: Aulas de violão no Observatório
		Biota e qualidade de recursos ambientais	6. Arborização dos canteiros centrais: melhorar o microclima e embelezar o local
15	Maio	Atividades econômicas	1. Coopprojirau Caminha com sucesso: Assembleia Legislativa doou um trator e 200 toneladas de calcário.
		Território	2. Um pouco de Mutum: ensaio de quadrilhas para Festa Junina, a ideia é preservar a cultura de MP 3.Internet Mania Notas: Observatório em novo endereço

		Saúde, condições sanitárias e segurança	4.Você sabe qual o maior órgão do corpo humano? 5.Campanha contra a raiva
16	Jun.	Território	1. Interesse de Nova Mutum Paraná: A união faz a força 2.BR - Perigo constante
		Saúde, condições sanitárias e segurança	3.Momentos de reflexão: observações quanto ao uso de energéticos 4.Futsal na comunidade, driblando as drogas Notas: Semana do Meio Ambiente - Agentes mirins cuidam da saúde pública
17	Ago.	Saúde, condições sanitárias e segurança	1. Coleta de lixo não funcionando
		Território	2.Missão Abençoada: Ações da Igreja para formação de lideranças. 3.Observatório completa 3 anos de história 4.Momentos de reflexão: A importância da leitura na juventude Notas: Fique por dentro - Reunião participativa [da] comunidade e autoridades sobre transporte escolar, iluminação, falta de profissionais e equipamentos do posto de saúde.

		Atividades econômicas	5.Produção de derivados do Leite. Curso promovido em parceria com Senar.
18	Out.	Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>1.Iluminação Pública de NMP: taxa de iluminação sendo cobrada e o serviço não funciona devidamente.</p> <p>2.Novos Monitores Ambientais: seleção</p> <p>3.Enchimento do reservatório</p> <p>4.Campanha de conscientização da coleta seletiva: coleta de lixo orgânico e seletivo</p>
		Atividades econômicas	5.Produção de derivados da mandioca: Curso oferecido pelo Senar em parceria com o subprograma de assistência técnica e social da ESBR
		Território	6.Datas comemorativas
		Bem-estar e estética	<p>7.Momentos de reflexão: Autoestima</p> <p>8.Como proteger os cabelos do sol</p> <p>9.Dicas para uma vida saudável</p> <p>Notas: Além dos conceitos: persistência para aprender tocar um instrumento musical</p>

19	Dez.	Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>1. Nota informativa: Iluminação pública - o serviço de iluminação foi iniciado, mas ainda há pontos que não foram contemplados com o serviço</p> <p>2. Bombeiros Mirins: Curso de formação para crianças de 9 a 12 anos.</p>
		Atividades Econômicas	<p>3. Inclusão social: O caminho para transformação</p> <p>4. Peixe no prato: Projeto piloto de criação de tambaqui em cativeiro</p>
		Bem-estar e estética	<p>5. Férias pra quem fica: dicas de turismo em Rondônia</p> <p>6. Momentos de reflexão: Preguiça</p> <p>Notas: Grupo de oficina de cinema do observatório</p>
ANO	2013		
20	Fev.	Território	<p>1. Jornalismo comunitário: sensibilidade e olhos voltados para [a] comunidade</p> <p>2. Volta às aulas</p> <p>3. Expediente 20ª edição: Oficinas diversas oferecidas pelo Observatório</p> <p>4. Momento Kids: labirinto</p>

			5.Notas: Mais uma opção de ensino na região: Escola Militar em Jaci Paraná
		Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>6.Malária, como se prevenir</p> <p>7.Dengue, o perigo voa ao seu lado</p> <p>8.Cuidados da Vila: Matos em áreas públicas e lixos na rua, aparição de animais silvestres</p> <p>9.BR-364: abandono e esquecimento por parte das autoridades, imprudência dos motoristas</p>
		Atividades econômicas	10.Na teia do consumismo
21	Mar.	Território	<p>1. Novas possibilidades: Reunião de apresentação das ações realizadas pelo observatório ambiental</p> <p>2.Um sorriso inesquecível: Falecimento do morador atuante no distrito</p> <p>3.Expediente 21 edição: oficinas para comunidade</p> <p>4.Março é um mês muito especial: Dia Internacional da Mulher</p>
		Biota e qualidade de recursos ambientais	5.Você sabia que a Bacia Amazônica já foi mar um dia?

		Atividades econômicas	<p>6.Valeu a pena: Primeira turma de jovens aprendizes conclui curso de assistente de produção</p> <p>7.Profissão perigo: mergulho comercial</p>
		Bem-estar e estética	<p>8.Novidade radical: <i>skatistas</i> em NMP</p> <p>9.Momento <i>Kids</i>: Jogo dos 7 erros</p>
		Saúde, condições sanitárias e segurança	Notas: Prevenção contra furtos e roubos: estão acontecendo em NMP
22	Abr.	Atividades Econômicas	<p>1.Cooperadas realizando sonhos: auxiliam nas despesas da casa, ajudam os netos e vivem mais tranquilas</p> <p>2.Comunidade em foco: uma história de sucesso nova coluna com histórias de sucesso de pessoas da comunidade local</p>
		Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>3.Vandalismo</p> <p>4.Tentativa de Assalto</p> <p>5.Baixinhas e perigosas: formigas</p>
		Biota e qualidade de recursos ambientais	6.Biopirataria
		Território	7.Semana Santa
		Bem-estar e estética	8.Momento <i>Kids</i> : Ligar os pontos

23	Maio	Bem-estar e estética	1. Balé ou <i>Jazz</i> ? Os Dois! 2. Final de semana, já sabe o que vai fazer? Vamos conhecer a <i>Villa Mix</i> 3. Momento <i>Kids</i> : enigma
		Saúde, condições sanitárias e segurança	4. Comunidade em foco: Uma proposta inesperada convite para moradora de NMP ser a diretora do posto de saúde 5. Violência doméstica, uma epidemia Mundial: Traz relatos de casos de mulheres da comunidade 6. Movimento-se: vida saudável Notas: Coleta seletiva – Orgânico e reciclável
		Atividades Econômicas	7. Cursos em NMP: pintura, tecido, bordado e língua espanhola
24	Jun.	Biota e qualidade de recursos ambientais	1. Semana do Meio Ambiente: ações sobre a importância de preservar o meio ambiente. Notas: Coleta seletiva – Limpar o lixo seco
		Território	2. Era uma vez uma casa rosada: comemoração dos 4 anos do observatório
		Atividades econômicas	3. Comunidade em foco: empreendedora Ana Cleonice, se mudou [sic] para Nova Mutum Paraná porque gostou da cidade

			4. Disciplina e aprendizagem: que tal tornar-se um bombeiro mirim?
		Saúde, condições sanitárias e segurança	5. Operação Ágata: Plano estratégico de fronteiras: mais de 200 abordagens por dia em NMP – combater crimes fronteiriços e ambientais 6. <i>Momento Kids</i> : como fazer a coleta seletiva
25	Ago.	Território	1. III Encontro Intercomunitário do Observatório Ambiental de Jirau debate entre a comunidade e [as] autoridades estaduais e privadas sobre saúde, lazer, segurança, pública, estrutura física e saneamento básico. *A quadra de futebol cobrada no encontro anterior está sendo executada, porém não de acordo com as necessidades e solicitações. 2. Comunidade em foco: Sonho x Realidade: professora deseja melhorias para categoria 3. Festa Junina: festas em Rondônia costumam ser em julho e agosto 4. <i>Momento Kids</i> : Cole a foto de seu pai.
		Saúde, condições sanitárias e segurança	5. Tuberculose em NMP Notas: Tuberculose – 4 casos registrados em NMP

			<p>6.Não sou criminoso, mas estou atrás das grades: furto as residências em NMP</p> <p>7.Responsabilidade Compartilhada: evento sobre descarte adequado do lixo, coleta seletiva, reciclagem e reutilização</p> <p>8.Calendário de coleta seletiva</p>
26	Set.	Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>1.A temporada da fumaça: Queimadas perigosas perto de linhas de transmissão</p> <p>2.Educação Sanitária na Zona Rural: Trabalho de Educação Sanitária na área de influência do lago</p> <p>Notas: Roedores Humanos: hábito de roer unhas</p>
		Biota e qualidade de recursos ambientais	3.Vamos compartilhar a responsabilidade? Calendário de Coleta seletiva
		Atividades econômicas	<p>4.Comunidade em foco: espelho, espelho meu – dona de salão</p> <p>5.Royalties do Madeira: Projeto de lei que trata sobre os royalties para Porto Velho em função das hidrelétricas.</p>
		Bem-estar e estética	<p>6.Música na Religião:</p> <p>7.Momento <i>Kids</i>: Cruzadinha</p>

27	Nov.	Território	<p>1.Centro Cultural: Material arqueológico, objetos e vestígios de comunidades que viveram na área do empreendimento</p> <p>2.Comunidade em foco: A tia do lanchinho</p>
		Biota e qualidade de recursos ambientais	<p>3.Manejo Ambiental: Crianças e jovens de 10 a 16 anos aprendem técnicas de horticultura, construção, manutenção e operação de viveiros, produção de mudas para reflorestamento e cultivo de espécies ornamentais</p> <p>4.Vamos compartilhar a responsabilidade? Calendário de Coleta seletiva</p>
		Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>5.Crime contra os animais: Abandono de animais em NMP das pessoas que vão embora após encerrar as atividades nas UHE Jirau</p> <p>6.Combate ao HPV</p> <p>Notas: Super Polímeros – Criação de córneas artificiais</p>
		Atividades econômicas	<p>7.Novidade em NMP: feira livre</p> <p>8.Dívidas, como se livrar delas?</p>
		Bem-estar e estética	9.Momento <i>Kids</i> : Caça Palavras

ANO	2014		
28	Mar.	Biota e qualidade de recursos ambientais	<p>1. Maior enchente dos últimos 50 anos: SIPAM afirma que a elevação da cota se deve aos temporais no sul do Peru e na Bolívia.</p> <p>2. Observatório Ambiental Jirau: Tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento sustentável na região da Área de Influência Direta – AID da UHE Jirau.</p>
		Bem-estar e estética	<p>3. Momento Kids: Caça Palavras</p> <p>Notas: Clube da Vila</p>
		Território	<p>4. Criador de Rondônia: Jorge Teixeira</p> <p>5. Eu cuido do que é nosso II Projeto para manter a comunidade limpa</p> <p>6. Comunidade em foco: policial da comunidade</p> <p>7. O que você quer ser quando crescer?</p> <p>8. Participe das atividades do Observatório</p>
29	Jun.	Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>1. Educação Sanitária: oficinas de prevenção a animais peçonhentos e manter a limpeza das águas</p>

			<p>2. <i>Cyberbullying</i></p> <p>3. Melanoma</p>
		Território	<p>4. Comunidade em Foco: Padeiro de NMP</p> <p>5. Prejuízos na Educação: Prejuízos causados pela enchente *A primeira capa que antes era espaço para notícia principal, passou a ser um sumário de conteúdo do jornal</p> <p>Notas: Rondônia? Por quê?</p>
		Bem-estar e estética	<p>6. Cotidiano: Jovens de NMP se divertem diariamente jogando futebol no canteiro pertinho da Udama</p>
30	Ago.	Território	<p>1. A tradição continua: arraial da comunidade</p> <p>2. Comunidade em foco: Padre Carlos</p> <p>3. FIES, pode transformar um sonho em realidade</p> <p>4. I Encontro de Capoeira de NMP</p>
		Bem-estar e estética	<p>5. Documentário no Curta Amazônia: <i>Maldito, Bendito Ouro</i> foi selecionado para exibição no 5º Festival de Cinema Curta Amazônia e está concorrendo na categoria “seletiva Média Nacional”.</p> <p>6. Cotidiano: Copa do Mundo comemorações</p>

			Notas: 19 de julho - Dia Nacional do Futebol
		Saúde, sanitária, segurança	7.Problema de visão infantil, como detectar?
31	Set.	Território	1.Comunidade em foco: a moradora mais idosa de NMP 2.IV Encontro Intercomunitário do Observatório Ambiental de Jirau – destaque foi o processo de qualificação do observatório como uma Oscip 3.Independência ou Morte 4.Cotidiano: fotos de moradores do pôr-do-sol de NMP
		Saúde, condições sanitárias e segurança	5.Buracos na Vila 6.Saúde que favorece um belo sorriso 7.Esterilização, você se preocupa? Materiais que podem transmitir doenças
		Bem-estar e estética	Notas: Primavera, um chamado a florescer
ANO	2015		
32	Fev.	Biota e qualidade de recursos ambientais	1.A importância dos programas ambientais da UHE Jirau para o conhecimento da fauna silvestre da região amazônica

			<p>2. Prepare sua Arca: a temporada de chuvas está próxima</p> <p>3.As aparências enganam: em 2009 o Brasil foi considerado o maior consumidor de agrotóxicos do mundo</p> <p>4.Para que serve o “fumacê”?</p> <p>5.Hipertensão, uma doença democrática</p> <p>6.Nova coluna: dever de casa - Abandono de animais domésticos *Esta edição está com 8 páginas, as anteriores tinham 4 páginas.</p>
		Saúde, condições sanitárias e segurança	
		Território	7.Comunidade em foco: Presidente da Coopprojirau
		Bem-estar e estética	8.Tecnologia: <i>display</i> ou <i>led</i> ?
33	Abr.	Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>1.Queimadas</p> <p>2.Benefício do mel</p> <p>3.Dia Mundial da Água</p> <p>4.Arborização da vila</p> <p>5.Diabetes, o que é?</p> <p>6.Dever de casa: Campanha contra abuso sexual de menos-</p>

			<p>res</p> <p>* Esta edição está com 6 páginas, as anteriores tinham 4 páginas.</p>
		Território	7.Comunidade em foco: Conheça a história de Rosivanda
		Atividades Econômicas	8. Coopprojirau realiza curso básico de cooperativismo
		Bem-estar e estética	<p>9.Fazer o bem sem olhar a quem</p> <p>10.<i>Mars one</i>: Viagem sem volta para Marte</p>
34	Set.	Saúde, condições sanitárias e segurança	<p>1.Queimadas</p> <p>* A primeira capa notícia principal</p> <p>2.Remanejados recebem reforço das ações de combate à malária</p> <p>3.Anabolizantes e suplementos</p> <p>4.Motorista, olhe a pista</p> <p>5.Infarto, qualquer um pode ser candidato</p>
		Atividades econômicas	6.Reutilização gera renda em distrito: Construção de barco <i>pet</i> é aposta de usina para geração de renda no distrito de Demarcação

			7.Capacitação no Observatório
		Território	8.Comunidade em foco: A história de dona Ana 9.Será que você sabe tudo sobre o ENEM?
35	Dez.	Território	*A primeira capa, que antes era espaço para notícia principal, passou a ser um sumário de conteúdo do jornal 1.Comunidade em Foco: Conheça a história de Nelci Siqueira 2.Maioridade penal, escolha que pode mudar o futuro de um país 3.Pequenas corrupções
		Saúde, condições sanitárias e segurança	4.Recicle seus hábitos. Separe seu lixo 5.Gravidez na adolescência
		Biota e qualidade de recursos ambientais	6.Placas tectônicas e abalos sísmicos
ANO	2016		
36	Abr.	Território	1.Racismo 2.Comunidade em foco: Conheça a História de Joana Feitosa

			3.Observatório em novo endereço 4.Estudando na Bolívia
		Atividades econômicas	5.O perigo das compras <i>online</i>
		Saúde, condições sanitárias e segurança	6.Cuidar da saúde mental não é frescura
37	Jul.	Saúde, condições sanitárias e segurança	1.Ação de combate as queimadas
			2.Dia especial de saúde preventiva da mulher
			3.Dia do Meio Ambiente 4.A influência das redes sociais 5.Prevenção é a melhor solução: Dengue
		Território	6.Comunidade em foco: Conheça a história de Sandra Vicentini
		Atividades econômicas	7.Trabalhar sem sair de casa
38	Set.	Saúde, condições sanitárias e segurança	1.Queimadas urbanas

		Biota e qualidade de recursos ambientais	2.Plante e cuide. Nossa comunidade precisa dessa energia pura
		Território	3.Comunidade em foco: Irmãs ursulinas 4.A tradição permanece: fanfarra 5.Cultura em NMP: acervo arqueológico encontrado na região antes que fosse perdido na formação do lago em Jirau
		Bem-estar e estética	6.Os limites do humor
39	Dez.	Território	1.Coopprojirau realiza assembleia geral extraordinária 2.Comunidade em foco: donos de um restaurante
		Saúde, condições sanitárias e segurança	3.Benefícios da leitura 4.Todos contra o câncer. Cuide-se agora
		Bem-estar e estética	5.Vaidade Masculina 6.Alternativa de esporte em NMP
ANO	2017		
40	Fev.	Território	1.Comunidade em foco: Sr. Marciano 2.Carnaval a festa da alegria

		Bem-estar e estética	3.Feliz Ano Novo, ou melhor, novas metas 4.Amor animal
		Saúde, condições sanitárias e segurança	5.Esporte na vida das crianças 6.Cigarro é droga e pode matar
41	Abr.	Biota e qualidade de recursos	1.Dia Mundial da Água
		Saúde, condições sanitárias e segurança	2.Ansiedade: o mal-estar do século 3.Violência nas escolas 4.Doe sangue
		Território	5.Comunidade em foco: Adilson Lili 6.Coluna Cultural: dicas de livros
42	Jun.	Saúde, condições sanitárias e segurança	1.Observatório de Jirau promove Semana do Meio Ambiente 2.Queimadas: Não feche os olhos para essa realidade 3.Saiba Mais sobre o Mansonia
		Território	4.Comunidade em foco: Antônio Vanderlei

			5. Sete anos do jornal <i>Observação!</i>
		Bem-estar e estética	6. Coluna Cultural: Dicas de filmes
43	Ago.	Saúde, condições sanitárias e segurança	1. Queimada: um crime provocado diariamente 2. Consumismo compulsivo
		Território	3. NMP em clima de Arraial 4. Comunidade em Foco: Desafio e responsabilidade - professor e diretor de escola José Rodrigo da Silva 5. Liberdade de expressão 6. A tecnologia em prol da educação
		Bem-estar e estética	7. Coluna Cultural: Fotografia Sebastião Salgado
44	Out.	Território	1. Comunidade em foco: Nara Eliana, funcionária pública municipal 2. A crença dita! [Boa] Sorte ou Azar?
		Saúde, condições sanitárias e segurança	3. Alimentação irregular
		Bem-estar e estética	4. Coluna Cultural: <i>Ballet</i>

			5.Relatos de uma jovem cientista
		Biota e qualidade de recursos ambientais	6.Árvore é vida, respire essa ideia!
ANO	2018		
45	Fev.	Saúde, condições sanitárias e segurança	1.Energia Sustentável do Brasil investe em projeto de pesquisa e desenvolvimento para estudo sobre mosquito Mansonia
		Território	2.Comunidade em foco: Brenna Carla: Professora
			3.A intolerância em um país plural 4.Preconceito Linguístico 5.Coluna Cultural: Documentário <i>Bully (Bullying)</i> 6.Hiperatividade, TDAH, Dislexia, TDA
Biota e qualidade de recursos ambientais	7.Coopprojirau: Crescimento sustentável		
46	Jul.	Atividades Econômicas	1.Saiba o quanto a UHE Jirau gera e paga de royalties para a Prefeitura de Porto Velho, Estado de Rondônia e Governo Federal.
		Território	2.Comunidade em foco: querida tia Helena 3.Crianças e internet 4.Ensino a Distância: aproximando o conhecimento

			5. <i>Fake News</i> : a (des)informação
		Bem-estar e estética	6. Coluna Cultural: A parte que falta – livro
		Biota e qualidade de recursos ambientais	7. A importância da água
47	Set.	Biota e qualidade de recursos ambientais	1. Que tal conhecer um pouco mais sobre a história da Udama?
		Território	2. Comunidade em foco: Andreia Ferreira Pereira, Loira
			3. Forte Príncipe da Beira - Turismo histórico em Rondônia
			4. Eleições e a importância do voto
		5. Observatório Solidário: ações de desenvolvimento social	
		Bem-estar e estética	6. Coluna Cultural: <i>The Crown</i> Filme
48	Nov.	Território	1. Convocação Assembleia Extraordinária
			2. Comunidade em Foco: Conheça o Sr. Romário
			3. Cadastro Ambiental Rural
		Biota e qualidade de recursos ambientais	4. O perigo dos animais peçonhentos

			5.Caça Ilegal ameaça quelônios amazônicos
		Bem-estar e estética	6.Coluna Cultural
		Atividades Econômicas	7.Royalties
ANO	2019		
49	Jan.	Território	1.Primeira Assembleia Extraordinária da Associação do Observatório 2.Comunidade em foco: Conheça Efai Rocha 3.Denuncie: é o primeiro passo (violência sexual)
		Saúde, condições sanitárias e segurança	4.Raiva transmitida por morcegos
		Atividades Econômicas	5.Royalties
		Bem-estar e estética	6.Coluna cultural

APÊNDICE B

Análise Geral das Edições

QUADRO DE ANÁLISE GERAL DAS 49 EDIÇÕES				
Categorias temáticas	Quantidade de edições que houve o tema	Quantidade total de matérias sobre o tema	Assuntos relevantes à comunidade nas matérias	% de assuntos relevantes à comunidade
Saúde, segurança, condições sanitárias	40/49	105	55	52,38%
Bem-estar e estética	33/49	59	19	32,20%
Biota e qualidade de recursos ambientais	23/49	32	23	69,69%
Atividades econômicas	25/49	34	24	70,58%
Território	46/49	126	75	59,52%
TOTAL	49 edições	356 matérias	193	54,21%

APÊNDICE C

Dados Atas e Lista de Presença

GT	Local	Data	Hora Início	Hora Fim	Nº. part. ESBR	Nº. part. Estado	Nº. part. Sociedade Civil	Pautas das reuniões
Cultura Lazer e Turismo	Auditório ESBR PVH	02.12.2010	14:30	16:13	-	-	-	Programa de Arqueologia; <i>Status</i> da Elaboração do Plano Municipal de Turismo; Proposta de oportunidades de parceria entre UNIR e prefeitura para os programas socioambientais
Cultura Lazer e Turismo	Auditório ESBR PVH	10.02.2011	14:00	17:15	2	15	0	Apresentação do programa de Arqueologia da UHE/Jirau; Sistema Municipal de Cultura: Plano Municipal de Turismo; Execução e planejamento da oferta turística; Programa de Gestão do Patrimônio Histórico Arqueológico e Cultural
Cultura Lazer e Turismo	Auditório ESBR PVH	13.04.2011	14:35	17:04	3	12	1	Obras do Iphan; Planta do Centro cultural; Programa de Apoio às atividades de lazer e turismo; Praia de Nova Mutum Paraná
Cultura Lazer e	Auditório ESBR-PVH	09.06.2011	15:09	14:30	4	10	0	Ações culturais de projetos desenvolvidos em Mutum

Turismo								Paraná, Jaci Paraná e canteiro de obras; Projeto Arte de Todos; Projeto Cultura na Praça;
Cultura Lazer e Turismo	Hotel Aquarius PVH	11.08.2011	14:54	17:12	6	12	0	Programa de apoio às atividades de lazer e turismo; Apresentação do filme <i>As Margens do Rio</i> produzido pelo Observatório de Jirau; <i>Status</i> das obras das casas;
Cultura Lazer e Turismo	Hotel Aquarius PVH	06.10.2011	14:50	16:11				Atividades culturais do centro cultural e <i>Museu a Céu Aberto</i> ; Aquisição de equipamento de som;
Cultura Lazer e Turismo	Hotel Aquarius PVH	07.12.2011	14:50	16:11				Feira Cultural de Nova Mutum Paraná; Apresentação do Plano de Gestão Centro Cultural de Nova Mutum; Quadro de Funcionários para Nova Mutum Paraná
Cultura Lazer e Turismo	Hotel Aquarius PVH	14.12.2011	09:30	11:54				Apresentação de proposta para comunidade Vila Jirau
Urbano	Centro Administrativo Nova Mutum Paraná	19.01.2012	19:32	22:30				Recursos para financiamentos/Linha de créditos para comerciantes; Regularização Fundiária; Futuras empresas em NMP; Destino das casas atualmente utilizadas por funcionários das empresas terceirizadas; Atividades de Lazer: Balneário e campo de futebol; Incentivo fiscal; Documentos

							necessários para instalação de empresas; Caixas eletrônicos; Reuniões sejam realizadas em NMP; Acompanhamento das atividades minerárias; Ponto exclusivo para taxistas; Areia nas praças para evitar acúmulo de água; Instalação de iluminação das praças.
Urbano	Observatório Ambiental Jirau	20.03.2012	19:05				Reuniões GT Lazer e Turismo serem em NMP; Atividades garimpeiras; Pontos para taxistas; Areias nas quadras para evitar acúmulo de água; Iluminação das praças; Área de lazer em NMP onde será?; Ruas com buracos; esgotos entupidos; sede da administração inacabada; Comunidade solicita informação sobre a aplicação dos recursos na comunidade; <i>Status</i> das obras de compensação social; Reunião entre poder público, comunidade e ESBR; Apresentação da planta do campo de futebol.

Cultura Lazer e Turismo	Observatório Ambiental Jirau	21.03.2012	14:50	17:59				Monitoramento e levantamento Vila Jirau; Aplicação dos recursos no Programa de compensação social; Campo de futebol; <i>Museu a Céu Aberto</i> ; Monitoramento de saneamento básico e saúde; Dinâmica de emprego e renda.
Cultura Lazer e Turismo	Observatório Ambiental Jirau	22.05.2012	14:58	16:58	4	12	5	<i>Museu a Céu Aberto</i> ; Planta do campo de futebol; Disponibilidade de recursos da compensação social para estruturas de atividades de lazer; Feira Cultural de Nova Mutum Paraná; Termo de cooperação técnica em UNIR e Iphan; O valor destinado para a construção do campo de futebol e do fundo de compensação ou lazer; Doação de área para construção do balneário para a comunidade; Onde estão guardadas as peças da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Mutum Paraná?

Cultura Lazer e Turismo	Observatório Ambiental Jirau	25.07.2012	14:38	16:32	5	9	1	Sugestão de área a ser doada para construção de estrutura e lazer; <i>Museu a Céu Aberto</i> ; Junção dos GT Cultura, Lazer e Turismo, Urbano e Socioeconomia que passa a ser GT Socioeconomia.
Urbano	Centro cultural Nova Mutum Paraná	04.07.2014	09:25	12:00	3	2	6	Implantação do Clube de Nova Mutum Paraná; Taxa da Manutenção do clube; Desconto na taxa do clube de 50% para os reassentados; Solicitação da construção do Balneário em Nova Mutum Paraná; Construção do campo de futebol e quadra de piso; Bolsas de estudo do Colégio Einstein; Casas a serem vendidas; Escrituras dos imóveis; Doação de casas para associações; Administração da Udamma e Observatório Jirau.
Urbano	Centro Administrativo Nova Mutum Paraná	29.08.2014	17:35	18:50	Urbano	Centro Administrativo Nova Mutum Paraná		Consulta sobre aceitação de associação ao Clube de NMP; Construção das áreas de lazer quadra de futebol e <i>society</i> ; comunidade sem opção de lazer; Aquisição de postes de energia para iluminação; Convocação dos responsáveis do Colégio Einstein para reunião; Discriminação entre

								crianças na escola; Casas à venda; Entrega de pontos comerciais; Arborização dos canteiros
Urbano	Centro cultural Nova Mutum Paraná	22.10.2014	17:31	19:35				Resultados da pesquisa sobre adesão ao clube de Nova Mutum Paraná; Solicitação de garantia do terreno para construção do Balneário em NMP; solicita reunião com a prefeitura para doação de terreno para o balneário; Construção da quadra de futebol e <i>society</i> ; Casas a serem vendidas; Entregas dos pontos comerciais; Escrituras; Cursos técnicos; Proliferação do Mosquito Mansonia; Galpão da Feira NMP; Visita ao canteiro de obras UHE Jirau.
Urbano	Centro cultural Nova Mutum Paraná	11.12.2014	17:25	19:55	6	1	6	Casas a serem desocupadas em NMP; Solicitação de aquisição provisória da sede da Associação de Mulheres de NMP; Esclarecimentos do presidente do clube de NMP; Discussão sobre relacionamentos entre [os] funcionários e os associados do clube; Remanejamentos de estruturas e patrimônios históricos de Mutum Paraná para NMP;

								Reposição da quadra de areia; Providências para redução do Mosquito Mansonia; Aquisição de caçambas de lixo; Recolhimento de animais domésticos abandonados em NMP; Reunião entre ESBR, prefeitura, Estado e comunidade; Capacitação de aperfeiçoamento para comunidade; Limpeza em NMP; Entrega de escritura de imóveis; Feira de NMP
Urbano	Centro Administrativo Nova Mutum Paraná	24.02.2015	17:08	19:15				Revisar erros nas escrituras dos moradores remanejados; doação de uniformes para alunos; Alunos remanejados que estão sem aula; Informações sobre o barracão da feira; Responsáveis jurídicos pelas vendas casas em NMP; Limpeza das áreas dos linhões e o remanejamento das quadras poliesportivas; Doação das casas para Associação de Mulheres; gaioleiros; observatório e cooperativa; cursos de aperfeiçoamento técnico; Projetos voltados ao lazer, ao esporte e à cultura; Arborização e manutenção dos canteiros.

Urbano	Centro cultural Nova Mutum Paraná	25.06.2015	14:32	16:43	5	-	6	Manutenção e limpeza da vila; Pontos comerciais do <i>Shopping</i> ; Entrega do Museu, reforma da caixa d'água e projeto <i>Museu a Céu Aberto</i> ; Plano de ação contra o mosquito Mansonia; Doação de casas para a lista de Socioeconomia do estudo de casos; Casas que podem ser vendidas; Doação de terreno para a Associação de Mulheres.
Urbano	Centro cultural Nova Mutum Paraná	22.02.2016	14:53	17:14				Situação das famílias com filhos em idade escolar; Solicitação de oferta de emprego em NMP; Construção dos <i>boxes</i> da feira; Chegada de correios e casa lotérica; Plano de ação e atividades contra o mosquito da Mansonia; Doação de casas para as famílias do estudo de caso do GT socioeconômico; Esclarecimento sobre as casas que não podem ser vendidas; Lista de equipamentos doados para Caerd; Doação do terreno para a associação de Mulheres de NMP; Documentos da quadra de esportes; Averbação da área construída dos pontos comerciais.

Urbano	Centro cultural Nova Mutum Paraná	20.04.2016	15:23	17:10	5	2	3	Área do <i>shopping</i> e responsabilidades; Doação de casas para a lista de socioeconomia do estudo de casos; Esgoto em NMP comunidade solicita representante da Caerd; aterro não concluído e acúmulo de lixo; Mau funcionamento dos bebedouros da escola, dos banheiros e distribuição dos uniformes; Horário de funcionamento das vans e a superlotação que ocorre nos veículos; Funcionamento do ar condicionado; Incentivo de turismo em NMP; Solicitação de casa de apoio para bombeiro civil.
Urbano	Centro cultural Nova Mutum Paraná	25.10.2016	15:16	17:06	7	-	5	Doação de casas para a lista de socioeconomia do estudo de casos; Documento das quadras de esportes e o calçamento ambiental; Solicitação de materiais para mobiliar a sede da Associação de Mulheres de NMP; Solicitação de reunião com ESBR, e governo Federal, Estadual e Municipal; Doação de casa para Associação dos Gaioleiros de NMP; Solicitação de casas para igrejas da antiga comunidade de

								Mutum Paraná; Revisão do Barracão da Feira problemas estruturais; Escrituras dos imóveis.
Urbano	Centro cultural Nova Mutum Paraná	26.01.2017	15:33	17:19	4	1	9	Doação dos pontos comerciais do <i>shopping</i> ; Apoio da ESBR para limpeza de NMP; Feira de NMP
Urbano	Prefeitura de Porto Velho	09.03.2017	09:44	12:01				Autorização para a construção do campo de futebol; Pavimento, limpeza e iluminação de NMP; Transporte escolar; Posto de Saúde; Fornecimento de água tratada; Serviço de garis; Feira de NMP; Regularização do pagamento do IPTU; Plano de Ação de NMP
Urbano	Centro cultural Nova Mutum Paraná	25.04.2017	17:17	20:10				Solicitação dos representantes do Colégio Einstein para discussão sobre a situação escolar; Apoio da ESBR para a limpeza de NMP; Solicitação de que não ocorram festas da ESBR nos dias em que os associados estejam presentes; Criação de vagas de emprego em NMP; Capacitações com parcerias profissionalizantes; Solicitação de alimentos não perecíveis para famílias carentes em NMP.
Urbano	Centro cultural	04.07.2017	15:29	18:05				Solicitação dos representantes

	Nova Mutum Paraná							do Colégio Einstein para a discussão sobre a situação escolar; Solicitação para as casas para igrejas da antiga Mutum Paraná; Revisão do Barracão da Feira; Oportunidades de trabalho para a comunidade de NMP; Praça de NMP; Implantação de Brigada de Incêndio em NMP; Negociação do repasse do Centro Cultural; Indenização dos Ribeirinhos; Delimitação de lotes para pontos comerciais.
Urbano	Centro cultural Nova Mutum Paraná	04.10.2017	15:28	18:30				Esclarecimento sobre as bolsas do Colégio Einstein, material e uniforme escolar, transporte.

APÊNDICE D

Documentos Analisados

Data	Documentos	Assuntos	Procedência	Destinatário
Nova Mutum Paraná, 08/03/2012	Editais de convocação – Associação de Mulheres NMP	Assembleia geral de fundação, discussão e aprovação do Estatuto social, eleição e posse da 1 diretoria e conselho fiscal da associação de mulheres.	Presidente da comissão – Rosilene Prestes	Comunidade NMP
Nova Mutum Paraná, 14/06/2014	Ata de 4 Assembleia Geral da Coopprojirau	Balço de 2013, Exercício 2013, Eleição conselho administrativo e fiscal, outros.	Cooperativa	Cooperados
Nova Mutum Paraná, 03/11/2014	Ofício 09/2014	Limpeza do Igarapé de NMP – Criadouro de mosquito da espécie <i>Mansonia</i>	Grupo Trabalho Urbano NMP	Veríssimo Neto ESBR
Nova Mutum Paraná, 19/12/2014	Ofício 08/2014	Reunião extraordinária sobre o mosquito <i>Mansonia</i>	GT Urbano	Isac Paulo Teixeira – Diretor de Operações ESBR
Rio de Janeiro, 19/01/2015	Ofício	Formação de Equipe Multidisciplinar para combate aos mosquitos do gênero <i>Mansonia</i> , em NMP	Isac Paulo Teixeira – Diretor ESBR	GT Urbano
Rio de Janeiro, 23/01/2015	Convite para a reunião	Reunião sobre o Programa de Prospecção e Salvamento do Patrimônio Arqueológico	Isac Paulo Teixeira – Diretor ESBR	GT Urbano

Nova Mutum Paraná, 17/05/2015	Ofício 02/2015	Ocupações das casas Camargo Corrêa em Nova Mutum Paraná	GT Urbano	José Lúcio – ESBR
Brasília, 29 de junho de 2015	Informes e solicitação	Projeto de Revitalização da Área Afetada de Nova Mutum Paraná e atendimento de condicionantes	Superintendência de Meio Ambiente	Diretor do Departamento de Assuntos do Interior – Prefeitura de Porto Velho
Nova Mutum Paraná, 18/11/2015	Ata de Fundação do Observatório Ambiental de Jirau e Estudos e Desenvolvimento Sustentável	Fundação da Associação, Aprovação do Estatuto, Eleição da Diretoria e Outros	Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná	Comunidade de NMP
Nova Mutum Paraná, 18/11/2015	Estatuto do Observatório Ambiental de Jirau e Estudos e Desenvolvimento Sustentável	Estatuto Social	Associação do Observatório Ambiental Jirau	Membros da Associação
Nova Mutum Paraná, 20/01/2016	Solicitação	Inclusão de nomes de crianças na lista de bolsa de estudos no Colégio Einstein	GT Urbano	José Lúcio Arruda - Diretor ESBR
Nova Mutum Paraná, 02/06/2016	Ofício s/n	Reunião para tratar de assuntos pertinentes à instalação da Feira de Nova Mutum Paraná	Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná	Veríssimo Alves – Gerente Socioeconomia ESBR
Nova Mutum Paraná, 25/11/2016	Pauta de reivindicações	Iluminação, Posto do Detran, Lotérica, Correio, Banco do Brasil, Cursos Profissionalizantes, Campanha armazenamento de lixo, Posto de Saúde, Transporte escolar, Museu, Segurança, Lazer, Saneamento básico,		
Nova Mutum Paraná, 06/01/2017	Termo de compromisso	Deveres dos pais e estudantes do Colégio Einstein	Colégio Einstein	Alunos e pais do colégio

Nova Mutum Paraná, 20/01/2017	Ofício 01/2017	Solicitações: Saúde precária; Educação; problemas na estrutura e transporte; Falta da água; Mosquitos; Falta de casa para comunidade de Mutum Paraná; Falta de área de lazer; Nova Administradora de Nova Mutum Paraná	Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná	Prefeito de Porto Velho – Hildon Chaves
Nova Mutum Paraná, 02/02/2017	Ofício 07/2017	Reunião com o GT Urbano e o prefeito de Porto Velho	GT Urbano	Vereador Jurandir Bengala
Nova Mutum Paraná, 02/03/2017	Ofício 11/2017	Reunião com o GT Urbano da comunidade de Nova Mutum Paraná	Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná	Eletronorte
Nova Mutum Paraná, 15/03/2017	Ofício 14/2017	Solicitação de anuência da Prefeitura para a liberação da área para revitalização na área afetada pela construção da LT 230 KV	Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná	Hildon Chaves – Prefeito de Porto Velho
Nova Mutum Paraná, 15/03/2017	Ofício 15/2017	Solicitação de revitalização na área afetada pela construção da LT 230 KV	Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná	Engenheiro Fernando Bastos - Eletronorte

Rio de Janeiro, 22/03/2017	UHE - Jirau Medidas compensatórias do Programa de Salvamento Arqueológico	Histórico do Programa de Prospeção e Salvamento do Patrimônio Arqueológico e das medidas compensatórias estabelecidas no licenciamento ambiental relativas ao Centro Cultural de NMP e ao Museu a Céu Aberto	Isac Paulo Teixeira – Diretor ESBR	Funcultural – Porto Velho
Nova Mutum Paraná, 02/03/2017	Ofício 11/2017	Reunião com o GT Urbano da Comunidade de Nova Mutum Paraná	Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná	Eletronorte
Nova Mutum Paraná, 31/03/2017	Ofício 15/2017	Solicitação de melhorias no projeto de Revitalização do Circuito RBTE	Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná	Eletronorte
Rio de Janeiro, 20/06/2017	Resposta ao Ofício 25/2017	Solicitação doação de madeira	Isac Paulo Teixeira – Diretor ESBR	Associação de Mulheres de Nova Mutum Paraná
Nova Mutum Paraná, 18/12/2017	Requerimento	Problemas relacionados à transferência das crianças da escola pública para a escola oferecida pela ESBR e o risco do transporte das crianças que precisam estudar em Jacy Paraná	GT Urbano	Emerson - Ibama Estadual de Rondônia
Nova Mutum Paraná, 19/12/2017	Requerimento	Problemas relacionados à transferência das crianças da escola pública para a escola oferecida pela ESBR e o risco do transporte das crianças que precisam estudar em Jacy Paraná	GT Urbano	Eida – Procuradora do Ibama Estadual de Rondônia

Porto Velho, 03/01/2018	Pedido de providências Requerimento e protocolo MPF	Problemas relacionados a transferência das crianças da escola pública para escola oferecida pela ESBR e o risco do transporte das crianças que precisam estudar em Jacy Paraná	GT Urbano	MPF
Porto Velho, 07/05/2018	Despacho 130/2018 – MPF (Protocolo)	Problemas relacionados à transferência das crianças da escola pública para escola oferecida pela ESBR e o risco do transporte das crianças que precisam estudar em Jacy Paraná	Comissão de Moradores de NMP	MPF
28/03/2019	Ata da Assembleia Geral Associação das Mulheres de Nova Mutum Paraná	Reativação da Associação	Associação das Mulheres de Nova Mutum Paraná	Comunidade de mulheres de Nova Mutum Paraná
07/05/2019	Requerimento de reunião com procurador federal	Tratar de demandas da comunidade	Ana Lúcia Arruda	MPF
Nova Mutum Paraná, 12/02/2020	Memória de Reunião	Pautas de Representantes de Nova Mutum Paraná	Comunidade de Nova Mutum Paraná	ESBR
Nova Mutum Paraná, 10/06/2020	Termo de Entrega e Recebimento	Entrega de 150 <i>kits</i> de cestas básicas	ESBR	Associação das Mulheres de Nova Mutum Paraná
Nova Mutum Paraná, 15/07/2020	Ofício 04/2020	Solicitação de Patrocínio para Evento do Dia das Crianças	Associação das Mulheres de Nova Mutum Paraná	Júlio César de Oliveira Freitas – Diretor ESBR

APÊNDICE E

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1. De que maneira você analisa o discurso das empresas para comunidade?
2. O discurso dos grandes empreendimentos é para esconder problemas? Há razões mais específicas?
3. Os discursos são sempre os mesmos?
4. O discurso condiz com a prática?
5. Como as instituições permeiam o tecido social e o cotidiano das pessoas que serão impactadas com seus empreendimentos?
6. Quais as implicações dos treinamentos recebidos pelos funcionários através das corporações?
7. Como são construídas as ações que legitimam as estratégias para o controle territorial das comunidades pelas empresas?

APÊNDICE F

Entrevistas

Carlos Bernardo Vainer

Currículo Lattes: Economista, sociólogo, doutor em Desenvolvimento Econômico e Social/Université de Paris I - Panthéon/Sorbonne. Professor Titular - Colaborador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (PPUR/UFRJ). Coordenou o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ (2012-2019). Coordenou o Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (2010-2016) e coordena o Curso de Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo (2009-atual). Por três vezes dirigiu o IPPUR/UFRJ. Integrou o Comitê Técnico do Plano Diretor UFRJ-2020 (2007-2014). Foi Secretário Executivo e Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Anpur. Coordenou o Grupo de Trabalho sobre Migrações Internas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Integrou o *Steering Committee do II World Planning Schools Congress*, México, 2006. Coordenou o *Program of Research and Cooperation on Social Movements in the South - Brazil, South Africa, India and Tailand* (2005-2008) e dirigiu o *Pôle d'Excellence Métropoles, Inégalités et Planification Démocratique* (Agence Universitaire de la Francophonie - 2007/2012). Integrou o *Dams and Development Forum/United Nations Environmental Program* e a Comissão Especial sobre Violações dos Direitos Humanos Decorrentes da Implementação de Barragens, criada pela Resolução 26/2006 do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Integra o Grupo de Trabalho Barragens, Mineração e Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (2019-Atual). Lidera o Etern (Laboratório, Estado, Trabalho, Território e Natureza), onde dirige a Rede de Observatório de Conflitos Urbanos, o Observatório Socioambiental de Barragens, a Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens e coordena o Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual. Tem desenvolvido e orientado pesquisas nas seguintes áreas: desenvolvimento regional e urbano, políticas urbanas, metodologias e modelos de planejamento, políticas migratórias, impactos sociais e ambientais de grandes barragens, conflitos sociais resultantes da implantação de grandes projetos, conflitos sociais urbanos, movimentos sociais urbanos, globalização e movimentos sociais comparados.

Certificado pelo autor em 29/07/2020.

Entrevista

Pesquisadora: Como vocês que estão há mais tempo estudando esse setor percebem esses discursos para essas comunidades do entorno dos empreendimentos?

Vainer: Eu diria que o elemento central do discurso dominante opera com a ideia de progresso de movimento. O progresso de movimento de barragens de grande empreendimento industrial e técnico, realmente, elas impressionam. Essa é a ideia, quer dizer, a maneira de promover e justificar a mudança que se vai fazer está associada essencialmente à ideia de progresso. E associada à ideia de progresso, tradicionalmente a primeira ideia que vem de emprego, não sei como foi lá [Jirau], quer dizer, no momento das obras, da implantação dos empreendimentos há um aumento do emprego, há uma oferta de postos de trabalho, uma demanda de força

de trabalho expressiva que legitima num primeiro momento e autoriza a retórica do progresso e do emprego, portanto, a elevação da renda, porque, mesmo em condições precárias, ainda assim são salários acima da média regional, da média local. Então trabalhar para empresa acaba virando um privilégio. É uma experiência prática que valida a retórica do progresso, do emprego, da melhoria de vida e justamente num momento estratégico de implantação do empreendimento. A gente sabe que isso aí é transitório, muitas vezes, o resultado, ou muitas vezes, não sei no caso de Jirau, mas, muitas vezes, também há uma atração de uma população móvel que vai atrás das barragens. O emprego aumenta, mas o desemprego também. O que estrutura o discurso do empreendedor é essa ideia de progresso, de desenvolvimento, associada a emprego, melhoria de renda e ter a seu favor. Quer dizer, aquela coisa, o que o torna verossímil, o que é tomado como verdadeiro pelas pessoas é que num primeiro momento isso de fato acontece! Elevação do emprego, elevação da renda média, o pequeno comércio vive um processo de... Há uma injeção de renda na região, e isso gera uma ativação da economia como um todo, tanto emprego direto quanto emprego indireto. Meu sentimento é que esse aqui é o elemento central, ele opera com isso! Ele não é um discurso vazio. Não é um mero discurso enganador, ele mobiliza uma experiência concreta que pessoas estão vivendo, uma parcela das pessoas passa a viver naquele momento. Você como psicóloga, eu sugiro você ler um pequeno conto chamado *A usina atrás do morro*. Já ouviu falar nisso? Do autor chamado José J. Veiga, é um autor dos anos 50, 60. Ele é pioneiro um pouco nesse Realismo Fantástico. Mas isso é uma coisa meio indefinida, uma história meio indefinida, mas é um pouco... Uma região onde vai se implantar uma fábrica que ninguém sabe o que é, que fica atrás do morro, e, pouco a pouco, ela vai conquistando as pessoas, vão passando para o outro lado, é visto pelo olhar de um menino, de uma criança descrevendo o clima da cidade. Dá uma olhada, é inspirador. Dessa coisa que chega de fora e que ninguém sabe o que é. Mas do olhar da criança, como o mundo deles vai mudando a partir dessa chegada. Mas, no caso aí, não há retórica nenhuma da parte da usina, da empresa, nesse conto, mas eu me lembrei agora dessa coisa da chegada. O que é trágico nesse conto é como as pessoas começam a aderir à usina, por isso me referi a essa lembrança, ou seja, porque há um grupo que adere. É um grupo que atravessa diferentes segmentos de classe da sociedade local. As elites, os políticos, o pequeno comércio e uma parcela dos trabalhadores.

Pesquisadora: O senhor acha que há um mascaramento nesse discurso?

Vainer: O que é escondido é que isso é temporário, que isso não vai ser detido. Como falei, muitas vezes, o desemprego, o resultado líquido final vai ser uma meia dúzia de emprego, porque muita gente se deslocou para lá quando as obras foram desmobilizadas, vai ter um bando de desempregados, tanto aqueles que, muitas vezes, abandonaram. Ali [Jirau], talvez, não seja caso, mas ali onde esses agricultores abandonam a terra para ir trabalhar, depois não voltam mais para trabalhar na terra, e aí viram desempregados. Ali deveria ter agricultor, ribeirinho, pescador que larga porque vai ganhar mais na construção. Acaba o trabalho na construção e ele não volta mais para condição prévia, então quer dizer, o resultado líquido é uma geração de desempregado. Mas evidentemente isso não está evidente na experiência imediata das pessoas. Então o que há é um silenciamento sobre os impactos com um prazo maior, e uma “maximização” do que seria os benefícios imediatos desse ponto de vista. Estou falando na retórica da empresa. Ela trabalha com uma ideia abstrata de progresso e desenvolvimento que não se concretiza, mas que tem de concreto apoiar, e conferir-lhe autoridade e legitimidade a esse discurso. O fato de que num primeiro momento há um aumento na renda local, regional, aumento da oferta da demanda da força de trabalho. Por isso que o contradiscurso vai operar, vai ter dificuldades de operar num primeiro momento, a não ser aqueles que viveram uma perda muito grande material, mas que, muitas vezes, só percebem a ligação dessa perda

no momento em que ela se dá! “Fulano você vai perder não sei o que”. Perdeu? As pessoas acham que é pouco provável que elas percam. É sempre a ideia de que isso não vai acontecer. “Não... desde meu bisavô que diziam que iam fazer uma barragem, que iam inundar tudo. Não! Sempre se falou nisso, mas nunca aconteceu...” Tem casos dramáticos. Sobradinho. A barragem estava enchendo, as pessoas estavam na área que ia ser inundada. Eles: “não, mesmo aqui quando enchia muito, a água nunca chegou aqui.” Então, em uma memória do rio, uma memória da experiência do rio que faz parte da cultura local, que não acredita que aquilo vai se concretizar. O enfrentamento dessa retórica se defronta, primeiro que as perdas são sempre futuras, e “os benefícios dos aparelhos são imediatos”. Por quê? Isso que estou te dizendo, nenhum discurso é mera invenção. O que eu vejo como elemento central é isso... quer dizer então, isso coloca, independente do fato que a empresa tem mais recursos. Estou falando do ponto de vista do embate dos dois discursos, imaginando que mesmo que eles tivessem condições materiais paritárias, iguais de confronto, haveria um descompasso temporal das vivências, dos benefícios, dos supostos benefícios, das supostas perdas, que dá uma potência política, cultural, ideológica ao discurso da empresa, ao discurso dos críticos que aparecem contraditoriamente como conservadores, adversários da mudança, que não querem o progresso. Não sei porquê me veio agora à cabeça *Os Lusíadas* de Camões. Tem um personagem famoso que é o velho, quando as caravelas estão saindo ele é contra, diz que aquilo vai acabar com o mundo, quer dizer, é o representante do conservadorismo, aparece como aqueles que não querem, aqueles que se levantam. Eu tenho assim... minha experiência de que tem sido muito eficaz o contradiscurso, o conhecimento de outras experiências. Quando você leva, sei lá, o cara que foi atingido em Tucuruí para Rondônia, para Porto Velho, ali perto, e ele falar do que ele viveu, e se eu chegar lá e falar... eu sou muito abstrato, eu sou branco! Outra coisa é o cara que viveu essa experiência relatar essa experiência de maneira direta, daí, essa coisa muito impressionante, que sempre me impressionou, principalmente os atingidos por barragem, as pessoas reconhecem autenticidade! Eles chegam começam a falar e as pessoas (expressão de espanto). Eu vou lá falo e ninguém vai achar que é isso... como se eu fosse mais um técnico de uma empresa. Essa transferência de experiência é uma arma relativamente eficaz. Então não é só o conteúdo do discurso, mas quem enuncia e em que circunstâncias que o discurso é enunciado. Então é o contexto da comunicação que se faz. Mesmo que a mensagem seja a mesma, eu vou lá e falo. Aí, o cara chega lá “Porque aí a gente também acreditou, aí, depois, veio isso, perdi o emprego, meu filho perdeu o emprego”. Isso em algumas circunstâncias eu vi, e foi uma coisa muito eficaz. Não sei se em todas as circunstâncias.

Pesquisadora: Mas eficaz até que ponto?

Vainer: A ponto de, em alguns casos, gerar uma primeira mobilização, auto-organização, situação de não estar havendo resistência nenhuma, e chegam alguns militantes de fora, o que é surpreendente, e eles conseguem fazer aquela deflagração de alguma dinâmica, crítica reflexiva etc., e tal. Claro, depois suas lutas têm seus desenrolares diferenciados, mas é um tipo de experiência que o militante espera que parece ser muito mais eficaz do que circunstâncias similares em outros tipos de luta, porque ele vai com relato de experiência de vida. Isso é um pouco do que eu observei, eu nunca fiz um estudo dessa natureza, sobre isso, inclusive para comparar a gente teria que pegar vários movimentos, várias experiências de luta e ver como elas se iniciaram, como elaboraram os seus discursos, como foi construído o seu discurso. Nos anos 80, 90 muito pela influência das igrejas nesses movimentos, tinham muitas imagens bíblicas, tinha um movimento aqui no Vale do Paraíba que era *A Arca de Noé*, trabalhando com a ideia de dilúvio. Lá, no Rio Grande do Sul, tinha um jornalzinho desses que se chama *Enchente do Uruguai*. Você vai ver o símbolo do MAB até hoje, que foi criado lá no Sul, é um Cristo crucificado em uma linha de transmissão. Operava muito esse discurso da catástro-

fe, do dilúvio. Não estou muito lembrado agora, mas esse pessoal que tinha essa coisa da Arca de Noé, tinha uma retórica que era uma coisa que era meio assim: “Tudo bem. Quando Deus decidiu que tinha que o mundo encher... tudo bem, Deus é Deus! Esse pessoal aí não é Deus, não pode encher”. A ideia era um pouco essa, eles pegavam essa coisa do capítulo de Noé e usavam isso. Quer dizer, Deus fez isso também para punir os homens. “Nós não fizemos nada de errado...”. Operava muito “Não tem porque encher nossa cidade, nossa terra, nós não fizemos nada”. Embora fique nessa invocação religiosa, talvez se torne um discurso muito abstrato. Ou seja, que pode ser eficaz, mas que opera num outro tipo de categoria, que é da categoria do ganho imediato, do benefício imediato, que é o que opera a empresa.

Pesquisadora: Ao longo desses anos você percebe se houve uma mudança de discurso? Eles mudaram a estratégia do discurso para a implantação do empreendimento?

Vainer: Há um processo de aprendizagem do ponto de vista das empresas, e ainda há estudos que mereciam ser feitos. Quer dizer, há uma transferência de *know-how*. Eu tenho sentimento de que a primeira empresa que se confrontou com o movimento forte, estruturado foi a Eletrosul, e ela acabou formando uma série de quadros que gravavam suas consultorias nesse processo de negociação. Há estratégias diferenciadas, uma estratégia que foi adotada pela empresa do Paraná, Copel(?), trabalhei muito perto daquele núcleo muito duro ali, muito sólido o movimento, era próximo do movimento, eles se anteciparam e achando que valeria a pena pagar o custo e tratar todo mundo e negociar tudo. Tudo muito negociado, e você vai ver as condições as pessoas saindo de lá em condições muito desfavoráveis, muito desfavoráveis! É o caso exemplar do setor elétrico. É impossível fazer barragem e contemplar a justiça social. É muito impressionante porque eu tive momentos com ameaça permanente, em outros casos que eu sei, que eu acompanho, que passou a ser uma prática muito disseminada nas empresas, é elas mesmas gerarem suas próprias organizações de atingidos de maneira que o movimento não criasse autonomia e fosse dependente deles. Isso aconteceu. Eu conheço uma barragem em Aimorés, eles criaram duas, três comissões de atingidos, a estratégia da divisão feita de caso pensado, com estratégias, com identificação de lideranças. Isso a gente ainda estudou pouco, a gente sabe que, de modo geral, as empresas que atuam nesse tipo de empreendimento, passam a contar com consultoria na área de riscos ambientais, riscos sociais. O Henri (Acserald) tem trabalhado com isso.

Pesquisadora: Tem um texto que ele fala em microtecnologias do poder.

Vainer: Eu não conheço estudos sobre isso na área de barragens. O Henri, o caso dele é mais na área de mineração. Eu não conheço ninguém que tenha estudado isso, mas certamente, inclusive com muitas empresas energéticas, a Votorantim, a Vale do Rio Doce... mas eu não conheço estudos que tenha feito esse tipo de coisa, chegado perto para dizer: Olha, aqui operou assim, assim, assado! Eu não tenho esse tipo de conhecimento. Eu não sei lá como funcionou em Jirau. Qual foi a estratégia, como operou a empresa em Jirau. Provavelmente eles ofereceram a hidrovia... As promessas... a gente vai oferecer o que a você? Como foi isso? Eu conheço uma usina, da Vale, inclusive, na fronteira do Espírito Santo com Minas. Vale do Rio Doce, que é Aimorés, a cidade de Aimorés tem 70, 100 mil habitantes, atravessada pelo rio, eles chegaram a mostrar uma maquete que eles iam fazer uma Copacabana lá. Eles apresentaram uma maquete do que eles iam oferecer para cidade. Então eu não sei em Jirau, qual foi... quer dizer, além dessa coisa do progresso, do emprego... do que que concretamente eles anunciaram...

Pesquisadora: Revitalizariam a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, inclusive de realocar parte daquela população que veio para Porto Velho para fazer parte da construção das Usinas,

realocar essa população. Compensação de escola nas vilas que foram atingidas, compensação de posto de saúde... Inclusive, a gente fez um estudo numa vila que foi atingida, Vila Jirau, e a gente chegou lá e a escola estava fechada, sem condições nenhuma de manutenção para continuar aberta.

Vainer: Isso a gente identificou muito. Escolas, posto de saúde... O cara vai lá, instala e depois o município não tem como manter a escola, o posto de saúde. Não sei se você conhece o Relatório da Comissão Especial do Conselho de Direitos Humanos, conhece? É importante! Relatório sobre Violações de Direitos Humanos de Pessoas Afetadas por Barragens, eu participei disso. A gente mostra, a gente recomenda, inclusive o seguinte, se uma reparação, vamos supor, é uma escola, eles têm que assumir a manutenção da escola. Se a reparação for saúde, tem que assumir o posto de saúde. Se houve uma depredação das condições sanitárias, e por isso tem que ter um posto de saúde, tem que ter a manutenção até o fim da vida da escola, do posto de saúde... porque aí também tem essa coisa... bota lá a estação de tratamento, mas não tem como fazer funcionar a estação de tratamento, fica aquela estação de tratamento vazia... escola vazia, posto de saúde vazio... Não tem dinheiro para pagar médico. Mas do ponto de vista do discurso, não sei o que eles poderiam oferecer ali naquela região [Jirau], além desses serviços.

Pesquisadora: Jirau ainda tem uma situação inusitada que eles venceram o leilão para a construção do empreendimento, e após eles saberem que seriam eles que construiriam, eles deslocaram o ponto de construção 9km acima sem um estudo mais aprofundado sobre os impactos socioambientais, e estamos passando pelo terceiro alteamento da BR364. Em fevereiro, nós fomos numa dessas vilas que foi atingida pela construção e a água já estava pareada com a BR de novo. Se ano que vem se a gente tiver um volume de chuva maior, vai ter que fazer um quarto alteamento.

Vainer: É. Teoricamente essa usina é uma usina que chamam de fio d'água. Não ia encher nada...

Pesquisadora: Ela foi construída junto com Santo Antônio, no mesmo período só que uma é um ponto mais acima e Santo Antônio fica às margens de Porto Velho. Jirau fica 110km mais afastada de Porto Velho. Mas foram dois grandes empreendimentos no mesmo período, então, o impacto lá foi muito intenso.

Vainer: Eu acho que via isso, quer dizer, no que diz respeito à retórica, discurso as minhas observações conduzem pra isso... a contra retórica... aos poucos, fui chegando a conclusão, examinando o discurso do movimento, que seria importante segmentar um pouco mais o discurso, por exemplo, é evidente que um casal jovem que vai ser deslocado tenha um impacto completamente diferente de um casal velho. Dependendo da idade que estiver o casal, da sua idade, da estrutura da família, da condição de idade da família total, a capacidade de regeneração, de recuperação da família social tem uma mudança muito menor do que de uma família idosa, uma família muito jovem com poucos filhos etc. e tal. Os velhos têm muito mais dificuldade de mudar de vida, então, trabalhar isso para uma psicóloga é importante. Eu, por exemplo, tenho trabalhado muito com essa ideia. Isso está até no nosso relatório, comecei a despertar para isso, trabalhar com idosos, com deficiente, com mulheres com alguma condição singular e particular que deveria ser levantada; as políticas de reparação, mas também o entendimento da dinâmica desses movimentos. Eu despertei para isso num estudo que a gente fez em uns grupos remanescentes lá, na barragem de Itá, com um pessoal que não foi deslocado, a maioria deles idosos, e num certo sentido eles estavam numa situação muito pior que os

jovens que haviam se deslocado, pior num sentido até psicossocial mesmo, um processo de depressão social. Você entrevista os caras, eles sofrem, choram dizendo que a comunidade foi esvaziada, dizendo que não tem gente nem pra fazer o baile, e aquela coisa do Rio Grande do Sul, aquelas comunidades muito coesas, de colônias, de clube. O Clube agora está falido, não tem mais sócio suficiente para manter o clube. A sede do clube está quebrando, não tem parceiro para jogar *porsche*. Então, um grupo muito deprimido socialmente, que não haviam sido deslocados [sic], na verdade, haviam perdido todo seu contexto social, e isso é uma perda irreparável, e que tinha efeitos psíquicos, suicídios. Eu acho que faltam estudos sobre suicídios, sobre barragens, porque todos os estudos que eu fiz tive conhecimento de relatos, as pessoas sempre falam de depressão, suicídio. Comumente acho que são esses grupos que ficam mais desesperados com a perda. Então, uma contrarretórica teria que ser capaz de cativar essas dimensões desse processo, mas é difícil, porque você fala para um atingido diferenciado, e os atingidos são diferentes, com a nossa cabeça, conceitualmente, vocês estão tendo perdas, isso é verdade. Na vida concreta, de verdade, elas são diferentes. Essa coisa da compreensão, da experiência, como a retórica pode... como um discurso que é construído a resistência pode tocar os elementos que são fundamentais na vida concreta das pessoas? É um desafio muito grande, porque é história, coletivo de luta, mas você tem que reconhecer as singularidades de cada família. Como você reúne pessoas singulares? Por aquilo que elas têm em comum, quando você tem aquilo que elas têm em comum, elas, muitas vezes, não se reconhecem naquilo, porque aquilo que as especificam não está presente no que elas têm em comum. Cada vez que você vai generalizando, você vai abstraindo dimensões do concreto. Cada vez que você faz uma abstração, você se distancia da experiência concreta daquela pessoa.

Pesquisadora: Tem um documentário, não sei se o senhor tem conhecimento, se chama *Eu mais um*, é da Eliane Brum e do Cristian Dunker, ele é um psicanalista, e eles fizeram um trabalho em Belo Monte. Vale a pena você assistir, é muito no sentido que o senhor estava comentando, eles trabalham lá com as pessoas que foram atingidas com a construção de Belo Monte, e tem muitos senhores que trazem esse discurso que você já ouviu em outros lugares.

Vainer: “Eu quero trabalhar não sei o que vou fazer...” vai trabalhar com velhos. Vai trabalhar com esses processos psicossociais de depressão, de perda de referência. Foi uma coisa com a qual eu despertei.

Pesquisadora: É muito isso mesmo, uma coisa muito singular quando você passa a ouvir cada história...

Vainer: Essa comissão que eu participei, que tirou o tal do relatório, nós fizemos algumas missões em barragens.... e ali se faziam audiências públicas, e como o movimento mobilizava porque vinha pessoal do conselho, vinham várias situações diferentes, do Nordeste, daqui [Rio de Janeiro]. De como as pessoas achavam que a gente era do governo para resolver, mas a gente não ia resolver nada, então, elas narravam suas histórias, e as narrativas eram sempre únicas, particulares e a beleza e a tragicidade das narrativas e, justamente, pelo fato de que elas eram singulares. Quando você abstrai, você está ouvindo um discurso político, nada contra o discurso político, entendeu? Da dimensão mais trágica desses processos, ela está singularizada na narrativa individual. E o povo narra, as pessoas narram. Isso é muito emocionante! Tem narrativas que, às vezes, as pessoas... você lota uma igreja com 200, 250 pessoas que certamente já tinham ouvido aquela história... no final, estava todo mundo chorando... Você inclusive. É a primeira vez que está ouvindo, mas ali, pelo menos, 80% já conheciam aquela história. Não obstante, a narrativa reativa essa escuta, essa coisa da narrativa concreta, da troca de experiência concreta. Essas narrativas concretas, elas, hoje, são fundamentais e, muitas

vezes, o militante político não entende isso muito bem, porque ele tem que fazer uma narrativa ou um discurso em um nível de abstração maior, mas também se entende porque é uma posição a partir da qual eles se colocam dentro daquele processo. Não vou criminalizar... “Ah, você é culpado, você tá fazendo besteira”, não! Ele é formado e treinado para isso, eu inclusive treino, dou curso de formação. Então também sou culpado. Mas não é questão de ser culpado ou não, é questão... são as condições que os diferentes discursos podem ser formulados. Eu posso *te* contar como professor, fico falando para os alunos... eu, uma vez, fui fazer uma pesquisa sobre política de pobreza aqui [Rio de Janeiro] e fui para as favelas. Eu queria saber um dos temas da pesquisa, teoricamente, fui cair na besteira, o que as pessoas achavam que se podia fazer em políticas para combater a pobreza. Cheguei com meu assistente de pesquisa no [sic] lugar que era a pobreza. Uma senhora idosa, doente, com filho na cadeia, viúva, um outro filho deficiente, morando num barraco horroroso! Imagine: a pobreza: estava ali. E eu, idiota, pesquisador, cheguei e perguntei para ela “o que a senhora acha que se podia fazer para ajudar os mais pobres?” Ela disse: “Ah, meu filho, eu faço tudo que posso para ajudar os mais pobres. Sempre que sobra alguma coisa aqui eu procuro dividir”. Vontade de me esconder embaixo da terra, sabe? Como somos idiotas, *né*? Ela disse: “Ah, meu filho... Essa mulher, ela vivia com uma pensão do marido que era uma miséria, salário-mínimo, ½ salário-mínimo, sei lá. Aí, as pessoas também davam comida para ela, pegavam xepa da feira. Aí, eu pergunto para ela: “o que pode fazer pelos mais pobres?” e ela: “Eu faço tudo que posso pelas pessoas mais pobres”. Fico até emocionado com essa história porque foi um aprendizado para mim de vida e de pesquisa. Então essa coisa do contexto e da fala, eu diria assim, vai estudar o discurso, tenta entender quem está falando, em que circunstâncias e condições. Eu acho que isso é o fundamental. Você conhece a obra do Abdelmalek Sayad? Já viu *A Miséria do Mundo* do Bourdieu? Abdelmalek Sayad é um argelino que trabalhou muito tempo com Bourdieu. Se você pegar esse livro do Bourdieu, é uma coletânea de trabalhos, *A Miséria do Mundo*, e ele faz uma homenagem particular ao Abdelmalek Sayad, que dizia que o trabalho do sociólogo é de ser o escriva do povo. Desenvolveu uma técnica de muita escuta. Não é só pesquisa participante, é muito mais de uma psicanálise social, uma escuta das pessoas, uma escuta não crítica, uma escuta aberta. Procura ler esse livro, a introdução do Bourdieu, tem trabalhos lindos dele, do Sayad. Ele vai para um conjunto habitacional desses da periferia de Paris, tem árabes e franceses pobres e a inimizade entre eles, e ele ouve os dois lados. No entanto, há um sentimento poderosíssimo, mas ele fala isso ouvindo as pessoas, o tempo todo ouvindo as pessoas. Eu acho que é isso que falta um pouco na nossa pesquisa. Eu inventei aqui, a gente trabalhou muito tempo aqui com um grupo que lutou contra remoção que acabou, daí aquela história... Uma comunidade de 300 famílias, ficaram 11, 12... foi uma derrota total. Aí, eu brinquei: vamos fazer uma sociologia da derrota. Ouvir os derrotados. Eu estou um pouco assim... Como essas pessoas enfrentam essas condições? Essa mulher, evidentemente o fato dela achar que ela ajuda os mais pobres é um elemento fundamental da sobrevivência dela enquanto pessoa. Então, a gente olha para isso, a pessoa carente, essa pessoa é pobre, essa pessoa não tem nada... ela tem uma coisa incrível, ela ajuda os mais pobres, isso daí é um contexto extraordinário de vida.

Evandro Mateus Moretto

Currículo Lattes: Tem formação em Ciências Biológicas pelo Instituto de Biociências da Unesp/Botucatu, Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Escola de Engenharia de São Carlos da USP, Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCar e Livre-docência em Avaliação de Impacto Ambiental pela USP. É Professor Associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades EACH da Universidade de São Paulo vinculado aos cursos de Graduação em Gestão Ambiental da EACH/USP, Pós-graduação em Sustentabilidade/EACH/USP e Pós-graduação em Ciência Ambiental - Procam/IEE/USP. Atua em pesquisa nos campos do Planejamento e Gestão Ambiental e da Avaliação de Impacto Ambiental, participa como membro do *Steering Committee do Projeto Amazon Dams Network: Advancing Integrative Research and Adaptive Management of Social-ecological Systems Transformed by Hydroelectric Dams* (sediado na University of Florida e financiado pela U. S. National Science Foundation) e como investigador copríncipal do Projeto *After Hydropower Dams: Social and Environmental Processes that occur after the Construction of Belo Monte, Jirau and Santo Antonio in Brazilian Amazonia* (financiado pela Fapesp na modalidade *São Paulo Excellence Chair - SPEC*). Foi Consultor da Unesco para o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Impactos e de Reparação do Rio Doce, em função do desastre decorrente do rompimento da barragem de Fundão, Mariana, MG; Consultor da Arcadis para a revisão do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Parapena impactado pelo rompimento da barragem de Brumadinho, MG e exerce a função de diretor científico da Associação Brasileira de Avaliação de Impacto (ABAI). Trabalhou no Ministério do Meio Ambiente como Especialista em Políticas Públicas de 2004 a 2007, foi Presidente e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Avaliação de Impacto (ABAI) e Conselheiro Titular do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Consema).
Certificado pelo autor em 12/08/2022.

Entrevista

Pesquisadora: Como você que estuda esse setor há mais tempo percebe esse discurso da empresa para comunidade?

Evandro Moretto: Vou fazer um comentário geral de como eu entendo. Bom, acho um tema da maior importância, e pelo discurso você consegue revelar algumas coisas das intenções, e eu vou falar um pouco mais da minha forma de atuação, que, no meu entender, é como o empreendimento se conecta com a localidade. Eu sempre acho que primeiro a gente está falando de grandes empreendimentos. De empreendimentos que são grandes empreendimentos de infraestrutura ou grande empreendimento, grandes projetos de investimentos, a literatura chama assim. De grandes projetos de empreendimentos. Tem um texto, esqueci o nome do autor aqui, já vou lembrar, mas é eu posso procurar aqui e já *te* passo como chama essa forma. Porque são grandes empreendimentos que trazem investimentos de escala nacional, e até investimentos de grupos internacionais, e que, portanto, estão muito mais conectados a uma lógica de desenvolvimento nacional ou de crescimento econômico nacional. Vou até aqui afastar a palavra desenvolvimento porque é muito mais do que isso. Mas, então, estão muitos mais conectados com estratégia nacional, do que com uma estratégia local. Na verdade, não são motivados por uma necessidade local, nunca são. Não há nenhuma justificativa local que sustente a construção, aí, especificamente de Jirau e Santo Antônio. Vamos chamar as duas um complexo. Ela está sim conectada em uma estratégia que é nacional, seja ela qual for, de crescimento econômico de privilégios de grupo, de fortalecimento do setor elétrico, seja ela qual for, no cenário nacional de energia elétrica. Mas ela não está conectada em uma lógica

local, e, portanto, eu sempre penso que os discursos... eles são diferentes. Quando você olha um plano nacional de energia produzido pela Empresa de Pesquisa Energética, a EPE, você observa claramente que as hidrelétricas estão planejadas, Jirau e Santo Antônio, e um caso desse tipo, estão planejadas para atender demandas de geração de energia elétrica, de despacho, de transmissão de despacho de energia elétrica para escala nacional, que é para atender, sobretudo, parques industriais que pretendem amplificar o consumo, e, aí, tem toda uma relação que tem beneficiamento de minério, que é o caso de bauxita. Mas, de maneira geral, é assim. Às vezes, são produções que não ficam aqui no país. De maneira geral é isso, para ampliação desse tipo de cadeia produtiva, portanto, quando o empreendimento chega na localidade, e ele chega por meio da avaliação de impacto ambiental que dá suporte ao licenciamento. E acho que isso é muito importante, a avaliação de impacto ambiental é processo metodológico que produz um estudo que traz uma série de outros elementos, que tem um monte de problemas, mas que busca prover soluções para tomada de decisões no licenciamento, se vai licenciar ou não. Licenciamento é o ato, se vai licenciar ou não é a avaliação de impactos ambientais. É a avaliação ambiental que vai dar condições piores ou melhores, que vai avaliar essa tomada de decisão; e, na avaliação de impacto ambiental, porque a avaliação de impactos ambientais, ela é apropriada, ela é “tomada pelo empreendedor”, ela é conduzida pelo empreendedor por meio da empresa de consultoria que é contratada pelo empreendedor, mas conduzida pelo empreendedor. E ela é a avaliação de impactos ambientais, e não é culpa da avaliação do impacto ambiental, é da maneira de como ela acontece. É a avaliação de impactos ambientais que vai transmutar esse discurso para a localidade. E o boletim que você está trazendo, ele faz parte do plano de comunicação que está dentro do PBA, do Plano Básico Ambiental da hidrelétrica, que faz parte da avaliação de impacto ambiental. Deriva dali, e ele vai transmutar para a comunidade, porque não dá para ter esse discurso de escala nacional na localidade, então, a gente vai ter um choque de escala aí; e, na localidade, é muito emblemático isso. A gente está vendo isso o tempo todo, eu *te* sugiro que procure, não sei se você conhece Clara, tem uma série de Podcast de uma jornalista que era do Estado de São Paulo, o Podcast se chama *Tempo Quente*, são, acho, oito episódios, ele está chegando no fim, sete ou oito episódios, não estou lembrado agora. Tem um deles que fala sobre impactos ambientais, é muito bom esse. Essa série, é de jornalismo investigativo, jornalismo ambiental. Ele tem um viés jornalístico muito bacana. Ele vai contar um pouco dessas histórias, vai falar um pouco aí de Jirau e Santo Antônio, porque é preciso transmutar esse discurso para tentar de alguma maneira, porque haverá resistência local. Não de todo mundo, não de todo mundo! Muitas prefeituras gostam de hidrelétricas no lugar porque vai gerar valores em compensação financeira, por dados de recursos hídricos, valores de ICMS, pela geração onde tiver casa de força, então, essa é uma receita que muitas prefeituras gostam e, provavelmente, apoiam a chegada de hidrelétricas. Mas, na localidade, e eu estou falando, mas, você aí, que conhece a história muito melhor do que a gente aqui, você conhece muito melhor a história. Quando se fala em grupos que vão ser diretamente afetados pelas alterações socioecológicas que a hidrelétrica gera nos regimes socioecológicos, esses grupos não vão necessariamente aceitar o discurso, de benefícios na escala chamada nacional. Eu não estou dizendo que esses benefícios não são legítimos, só que eles se chocam diretamente com as necessidades dos grupos locais, os regimes de funcionamento dos grupos socioecológicos locais. Então, tem essa transmutação do discurso que é: vamos tentar convencer os grupos locais de que a hidrelétrica é um bom negócio para a localidade. E eu acho que é um bom caminho para você olhar esses boletins e tentar entender quando que os boletins tentam mostrar que a hidrelétrica é um bom negócio, ou seja, é um bom caminho, que a hidrelétrica traz benefícios para a localidade, e são benefícios muito questionáveis, *né?* Eu acho que tem alguns elementos que podem demonstrar isso, quando a gente pensa, por exemplo, a gente escuta no discurso local que a hidrelétrica vai gerar emprego, esse é um elemento que está colocado no imaginário. Ela gera emprego? É verdade, ela

gera emprego, mas que qualidade de emprego é esse? É um quantitativo mais é um qualitativo também. Gera emprego, *né?* Gera milhares de emprego na fase de construção, de onde vêm essas pessoas? Só estou pegando esse exemplo. Não sei, se isso está nos boletins, mas é uma maneira de transmutar o discurso do benefício da escala nacional para o benefício na escala local. Que emprego é esse? A gente sabe que existem populações que são itinerantes, em torno de grandes canteiros de obras, é um emprego que é a hidrelétrica. O governo chega antes na localidade para preparar a população para aproveitarem esses benefícios? Ou vai trazer mão de obra de fora? Esse é um debate.

Pesquisadora: A mão de obra é recrutada de fora, tem um inchaço populacional ali e a comunidade fica um tanto perdida. Primeiro porque sai do seu território. E aí, quando a gente fala de território, a gente não fala só de espaço geográfico, a gente fala da lida com o rio, da lida com a pesca, da lida com a agricultura, com o terreno, com a vizinhança, relações familiares.

Evandro Moretto: Das relações que existem com território, com espaço geográfico... Essas as questões, essas perspectivas que você está trazendo, Clara, ela é superimportante. Acho que você está capturando os elementos que são importantes para analisar o discurso, por exemplo, os empregos, quem disse que a melhor estratégia é a melhor para localidade é trazer empregos na construção civil? Desse tipo de empreendimento, quem disse? Essa é uma estratégia que a gente chama de exógena, ela vem de fora para dentro. Ela não é uma estratégia endógena que você constrói a partir da perspectiva de grupos que ali estão, e que precisamos pressupor. Precisamos pressupor, estabelecer pressupostos, premissa mesmo. É a lei. Precisamos estabelecer como premissa que uma região, para se desenvolver, ela precisa ser dada a partir das perspectivas que os grupos têm de definir seus destinos. De dentro para fora, e não dos grupos na escala nacional definir os destinos de fora para dentro, e depois irem convencer. No processo de convencimento mesmo, é de que essa é uma boa estratégia para o lugar. Isso é falacioso, e essa questão do emprego é muito complexa. Só ela já revela toda essa complexidade. E aí, eu acho que é muito importante, quando olhar o discurso, sempre olhar para elementos que são dados como verdades a partir dos quais se constrói o discurso. O emprego é um deles, se constrói o discurso que o emprego é uma... aquele tipo de emprego é uma benesse. A partir daí tudo que vem na frente vai ser defender esse emprego. Só que a gente só, primeiro, se questionava se esse emprego de fato é uma necessidade. Este tipo de emprego nesta qualidade, nesta condição e quantidade para essa determinada região, porque senão a gente fica preso numa trajetória de discurso e a gente não consegue sair. Acho que muitos dos debates que acontecem em torno de grandes empreendimentos de impactos acabam ficando presos, porque se aceita a premissa, e a premissa falaciosa, ela não necessariamente é verdadeira. Às vezes, ela é falaciosa mesmo. Então acho que é muito importante questionar esses elementos que vem antes, que eles são implícitos. Ali se parte de um ponto e não permite que a pessoa que está sendo tratada questionar o elemento que vem antes. E o elemento que vem antes talvez seja o mais importante porque ele estabelece uma verdade inquestionável para o discurso. Eu acho que o emprego traz isso. E depois outras coisas, que emprego é esse? Esse emprego tem que consequências, por exemplo? Tem um trabalho do Miqueias Caldas, lá do Pará, em Altamira, o trabalho dele de doutorado que mostra que durante a construção de Belo Monte houve um aproveitamento de empregos de uma parte da população local. Quer dizer uma parte dos empregos foi ocupada por pessoas que moravam na região, outra parte veio de fora e houve um deslocamento, quer dizer, ali tem, por exemplo, uma economia rural baseada na produção de cacau, e a produção de cacau não é como a soja aí. É diferente, são grupos econômicos, lá tem uma participação dos grupos locais, aí não vê problemas. Mas tem uma participação muito mais endógena. O que se percebeu é que os jovens, eles foram ocupados em posições, com

emprego oferecido para as pessoas em Belo Monte, e depois não voltaram. Isso gerou um prejuízo na produção de cacau. Então tem isso também, a oferta de empregos também desloca as relações de trabalho, as relações de compromisso com as dinâmicas locais, e outro elemento que acontece em Belo Monte. É muito interessante também que traz, e fala de um outro benefício também que vai acompanhado de um discurso que é: a chegada da hidrelétrica também vai trazer uma série de linhas de financiamento para a produção rural. Então lá em Belo Monte, eu não sei se foi o caso aí em Jirau, mas lá aconteceu isso, linhas de financiamento foram abertas para a produção rural.

Pesquisadora: Mas, aí, se depara com aqueles produtores rurais que, às vezes, não têm nem o documento da terra e como se legaliza isso para eles fazerem esse tipo de financiamento? Aí eles vão e fecham negócio com aqueles que têm algum papel, algum documento. E aqueles outros que não têm, que eram de terras que foram passadas de família para família, que não há regularização fundiária, ficam à deriva.

Evandro Moretto: Tem esse elemento e tem outro que é dada burocracia do Estado para acessar as linhas de financiamento. Quem consegue acessar as linhas de financiamento são normalmente os grupos grandes. Quer dizer, os grandes que têm advogados, que conseguem se organizar para enfrentar a burocracia, e aí os pequenos, o familiar não consegue acessar. O que significa que este elemento é muito mais um elemento da reprodução da opressão, da desigualdade. Então, eu estou só colocando aqui que, além do emprego, você tem isso. Que levou um declínio. Não! Um colapso! Mas diminuiu o cacau e as outras coisas relacionadas à agricultura familiar sofrem lá, endógena isso. Isso não deveria fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento, olhando para o lugar, não é. Enfim acho que são elementos que vão sendo..., o que eu vejo no discurso é o discurso local da hidrelétrica. Ele vai olhar para as necessidades locais, para as características endógenas que vai tentar conectar de alguma maneira o empreendimento, conectar as entradas e saídas do empreendimento com esta realidade local. Só que isso é derivado de artificialidade, total artificialidade. Outra coisa que teve aí, em Jirau, aí falando daí, do que Daniel (orientando dele) identificou daí de Jirau e Santo Antônio, por conta dos reassentamentos é preciso ter assistência técnica rural, agrícola nos locais novos, para as pessoas poderem plantar porque nos solos nos locais novos não têm a mesma qualidade, tudo bem! Bom, então vai ter uma linha que vai ser de assistência técnica. E a assistência técnica vai até quando? A assistência técnica foi feita de que jeito? A assistência técnica a partir... é fortalecendo o cultivo, induzindo o cultivo, que essa assistência técnica foi desenhada na perspectiva de quê? Perspectiva local? Ou ela já é artificial? Ela é desenhada na expectativa exógena dizendo quantas pessoas devem plantar? Além disso, cria uma dependência de fertilizantes, um monte de coisa. É um discurso que fala de assistência, mas o que vem antes da assistência? Por quê? Por que está privando o uso de um determinado tipo de solo? Então, a assistência não pode ser... ela tem que ser analisada na perspectiva do que foi suprimido antes. Ela não é um benefício novo, ela é um benefício para compensar alguma coisa que foi suprimida, então, ela já parte de uma qualidade ambiental, socioambiental muito baixo. Enfim, eu acho que tem uma série de elementos, mas eu acho que o grande espírito é isso, como você transmuta esse discurso de benefício que está na escala nacional, que também questiono na escala nacional. Mas ele vende muito para buscar financiamento em banco, em grupos internacionais; ele vende muito na escala nacional. Ele vende muito para melhorar o alimento no mercado. Ele está nessa lógica como transmuta isso para enfrentar o licenciamento ambiental? Tem que mudar esse discurso e conectar de alguma maneira esse discurso na realidade local. Acho que os dois elementos que são usados para ajustar esse discurso na realidade local: primeiro, criar premências que são questionáveis, de que o emprego é bom sempre; de gerar energia no lugar vai diminuir a taxa de energia, que é um absurdo. A gente vê

em Porto Velho, em Altamira as taxas são altíssimas, de que vai gerar para o lugar, de que vai trazer benefícios, de que vai trazer linhas de crédito, de que vai trazer assistências. São premências que são colocadas aí da frente vem uma série de discursos de benefícios locais, primeiro é isso: olhar essas premências e ver que os pontos de partida são frágeis. E depois também tudo que vem é artificial que não se sustenta ali.

Pesquisadora: Um dos seus artigos que eu havia lido, *Histórico, tendências e perspectivas das construções de Barragens*, você fez um resgate histórico das construções das usinas do Brasil, eu acho que até 2010, se não me engano, em que fala dos problemas de avaliação de impacto ambiental e, especificamente, no caso de Jirau, quando você constata a alteração de eixo de 9 km a jusante; e, depois disso, não houve uma revisão mínima de estudo de impacto ambiental, e, ainda assim, tudo foi levado a diante. Como situações desse tipo os empreendimentos conseguem fazer como se não fosse uma coisa tão impactante quanto é?

Evandro Moretto: É, esse foi um dos escândalos. Escândalo por vários motivos, e a sua pergunta é como faz, né? Não sei se sua pergunta é como a gente chega nesse ponto? Como as coisas neste setor permanecem? Como a sociedade, de maneira geral, os setores, todos aceitam esse tipo de coisa... Eu vou responder primeiro isso e depois eu falo do caso em si. Eu acho que, em 2010, iniciando 2009 e 2010, é a alteração do eixo. Que foi depois da licença prévia. Depois, eu acho que, a partir dali, Clara, a gente começa a inaugurar um momento no Brasil muito perigoso, não que problemas não existissem. A gente sempre teve problemas, mas, na minha opinião, tem um texto de uma professora que se chama Cristina Adams, que eu participei desse texto que fala da política ambiental brasileira, e ainda assim estamos indo olhando em frente ou estamos olhando pelo retrovisor? E tem uma análise que é feita que é o seguinte: até ali, tinha um monte de problema, a política ambiental brasileira estava sendo incremental, eu tenho esse entendimento, ela estava sendo incremental, isso não significa que estava mil maravilhas, eu acho que tão importante quanto a gente identificar problemas pontuais, de problemas no licenciamento x, y ou z, ou em outras coisas. Mas aí a gente tinha uma perspectiva que é incremental, então, a gente tinha os estudos de impacto ambiental com um monte de problemas, mas enfrentando os problemas e, de certa medida, aprendendo um pouco com os erros do passado. O sistema estava se aperfeiçoando, a gente tem, por exemplo, o desmatamento diminuindo a partir de 2005, a gente tem um, ainda que um monte de problema, mas um sistema de concessão florestal que buscava proteger a floresta em pé, enfim, tem uma série de fiscalização aumentando, uma série de coisas acontecendo. A partir de 2010, 2009, acho que aí, a gente começa a entrar no momento em que eu acho que tem um desmantelamento. Eu vou te dar outro exemplo, que responda assim um pouco essa ideia hoje, acho que não tem como a gente olhar tudo isso sem ver o que está acontecendo hoje. Hoje a gente tem uma ameaça à burocracia que é clara, e eu pergunto a mesma coisa: o que esses setores estão fazendo agora que sai uma carta em defesa da democracia? O que os setores estão fazendo? A mesma coisa, está todo mundo deitado dormindo, então, é a mesma coisa ali no caso de Jirau. É que no caso de Jirau a visibilidade é nacional, é diferente da visibilidade que a gente tem agora em relação a ameaças à democracia. A democracia no Brasil degradou na década de 2010 até a 2020 a década que degradamos uma série de valores ambiental, o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado. Também os direitos foram degradados, mas, então, eu acho que é isso, isso é uma coisa que acontece, esse é o momento inicial dessa degradação, depois vem a extinção do Código Florestal. A gente não tem mais o Código Florestal, a gente tinha um código, mas ele, o Código Florestal, ele foi alterado logo depois. A gente tem o relator do Código Florestal que era um cara Aldo Rebelo, cara do PCDB, e que vai fazer? Toda defesa de alteração do Código Florestal em prol do agronegócio. Então, veja, a degradação como ela vai acontecendo. Ele tem o direito de fazer isso, mas eu tenho direito de discordar e

achar que isso é uma degradação. Então, é nesse momento que acontece essa mudança de 9 km a jusante, eu acho que esse foi o primeiro maior escândalo, depois vieram outros maiores do que esse. Mas esse foi o primeiro maior escândalo, e aí que as coisas começam a ser degradadas, a gente vai colocando a fronteira um pouco mais para frente, vai avançando. Então, é inadmissível que se mude, tecnicamente inadmissível, se mude o eixo da barragem depois de uma licença prévia, porque a licença prévia atesta a viabilidade ambiental que já era contestável, mas ela atesta a viabilidade ambiental a partir de um estudo de impacto ambiental. Mas vamos partir de questões que são de *compliance*. Vamos ver o que está na regra do jogo. A regra do jogo era essa: eu posso discutir no jogo com quem não fez a melhor jogada, mas isso está dentro da regra do jogo, o que ele fez está bom, aí por que que há mudança no eixo? A mudança no eixo persiste porque esse é o grande entendimento de partes, você deve conhecer muito bem essa história, mas o impedimento vem de grande parte da comunidade crítica que entende que essa mudança da realidade, o jogo acontece porque aquele desenho de projeto que foi licenciado, que foi considerado viável ambientalmente não tinha viabilidade técnica na verdade. Era preciso botar um pouco mais para baixo para ir para leilão, quer dizer, foi para o leilão. Na verdade, ele muda logo depois do leilão.

Pesquisadora: Sim, foi logo depois do leilão!

Evandro Moretto: Para dar viabilidade técnica e, portanto, econômica para o vencedor do leilão, que tinha colocado o valor *megawatts* que não ia conseguir cumprir, quer dizer, tinha colocado o valor de *megawatts*, e aí conseguir ser eficiente para aquele regime de vazão que estava locado naquele lugar. Precisava dar para baixo para poder compensar aquele regime, aquele valor que ele jogou lá no valor do *megawatt*, no geral que vai para o leilão.

Pesquisadora: Mas se eles tivessem colocado isso no projeto original ficaria ainda mais escancaradamente inviável o projeto naquele lugar.

Evandro Moretto: Pois é! Que é um pouco de Belo Monte. Belo Monte só se certifica tecnicamente e financeiramente no local, a longo prazo se for construído as outras hidrelétricas a montante. Da mesma forma Jirau e Santo Antônio, só se justifica com essa alteração no eixo. Depois com alteamentos que vão fazendo do nível do reservatório, então, esse é um escândalo técnico. Aí a gente pergunta: no ponto de vista institucional, o Ibama aceitou? Nesse momento, a Marina Silva foi demitida e assumiu Carlos Minc. Eu acho que Carlos Minc tinha um papel muito importante na defesa ambiental no momento que a gente está, mas, naquele momento, ele foi colocado ali e fez um jogo. Ele fez um jogo que foi aprovar a licença de Jirau, quer dizer não é política própria, mas tem o Ibama, tem uma questão da política ambiental. Aprovou, por exemplo, a licença já estava aprovada, mas aceitou. E o grupo que perdeu o leilão, por que ele não fala nada? Quer dizer são questões importantes, porque, assim, o grupo que perdeu... me lembro que saiu nos jornais no dia seguinte: esse grupo vai entrar com pedido de anulação do leilão. Porque o grupo que perdeu, ele dá um lance no leilão considerando o eixo que estava licenciado, porque se ele soubesse que podia colocar o eixo para baixo ele teria melhorado o valor dele. Porque ele vai vender para o Estado, e teria colocado outro valor no leilão. Existe uma manifestação que se preocupa com empreendedor e, logo depois do leilão, e da mudança do eixo que é: espera aí, se essa é uma concorrência desleal, então, vamos anular o leilão. Só que ele não entra com essa ação, não se anula o leilão porque que o grupo que anunciou que iria melar o leilão, não mela, o que acontece? Eu não sei, são muitas perguntas. Por que o grupo perdedor desiste de entrar com essa ação, por que os ministérios públicos não foram a frente ou não insistiram nesta questão? Sempre fico me perguntando. E aí o Ministério Público Federal, não sei. São muitas questões. Eu não estou dizendo

que o Ministério Público não quis é ir a frente. Se tive algum entendimento, eu não sei. São muitas questões que precisam ser colocadas na interpretação desse fenômeno que aconteceu. Porque esse fenômeno que aconteceu, ele com certeza está muito mais orientado nesse fenômeno da mudança do eixo, muito mais orientado até a atender algum grupo de interesse específico do que a localidade, do que os interesses da sociedade, e o Ministério Público é um defensor desse, dos direitos, dos grupos locais neste caso. Eu acho que esse caso é escandaloso. Ele é escandaloso por vários motivos e tudo silenciou ao longo do tempo.

Pesquisadora: Você tem conhecimento de outros processos pelo país com essas construções? Percebeu algo parecido, neste sentido, já que Jirau deu esse precedente, eu posso continuar fazendo isso em outros locais?

Evandro Moretto: Acho que sim, acho que tem, no caso de Jirau, quando se inaugurou foi a tal da licença de instalação provisória, que esse foi o grande advento que Carlos Minc, na gestão dele decorrente dele e no Ibama que é o órgão executor da política, foi uma inovação que ele criou. Então o que foi feito? O governo federal estabeleceu naquele momento; e, enquanto se decide se o eixo é bom ou não, a gente dá uma licença de instalação provisória, ele criou essa figura. Eu sugiro que você olhe que essa figura surgiu e foi replicada em outros casos, porque é assim, tem um impasse, deu essa licença prévia, e o impasse que foi colocado. O impasse que foi colocado depois da licença prévia. Ele criou a licença de instalação provisória e isso é um absurdo. Como é que eu digo o seguinte, enquanto a gente decide se vale, você corre, porque tinha a tal janela hidrológica, porque iria começar o período das chuvas. Vamos colocar canteiros de obra, precisava transportar, e aí cria essa pressão, quer dizer, é o discurso também. Quê? Espera aí que não pode perder dinheiro, que tem investimento, lógico. Todo atraso gera perdas de investimento, a gente sabe que disso. Agora isso não significa que ele deva prevalecer diante dos prejuízos que os grupos locais iriam sofrer.

Pesquisadora: Antes desse escândalo teve outro também que foi um único estudo de impacto ambiental para Jirau e Santo Antônio, não foi isso?

Evandro Moretto: Foi! Esse é outro, então, ainda sim, respondendo essa questão de que prejudica, de que heranças malditas surge a partir daí, eu sugiro que você ainda dê uma olhada nisso, neste quesito licença de instalação provisória que você vai encontrar outros empreendimentos que vierem depois com essa aberração, isso é uma aberração. Ah! Mas pode isso funcionar normalmente? Não sei, tecnicamente, isso é uma aberração. Como você autoriza instalar alguma coisa de que você ainda não está autorizado a instalar de fato, porque tem um porquê de fato. Vai empurrando a fronteira. Em relação ao estudo de impacto em único licenciamento dois projetos. Está errado, a questão da avaliação de impacto ambiental está errada, não faz sentido você ter um único. Porque não é um único empreendimento, são dois empreendimentos. Ah! Não mas um depende do outro para que tenha viabilidade técnica e econômica. Tudo bem! Agora se um depende do outro, que dizer se a instalação dos dois projetos é programática, então, é preciso que crie instrumentos de avaliação ambiental que sejam aplicadas a esta e a esse planejamento programático; e existe um instrumento para isso que se chama avaliação ambiental estratégica que foi feita no caso de Jirau e Santo Antônio. Só que a avaliação ambiental estratégica deveria ser um instrumento que vai avaliar o impacto acumulativo dos dois empreendimentos de impacto ambiental acumulativo, os dois empreendimentos, ele não é para licenciamento, ele é prévio, é para dizer: olha o impacto é muito grande, é significativo ou não é. Para orientar depois a avaliação de impacto ambiental que vem na sequência, só que no caso de Jirau e Santo Antônio como de grande parte de avaliações ambientais estratégicas feitas no Brasil é um instrumento de cumprimento de condicionante de finan-

ciamento, que precisa ter um *checklist* da avaliação estratégica. Tem? Deve ter! Então está bom, então, vamos para o licenciamento convencional. Ele, de fato, não é usado como uma tomada de decisão. Bom, mas dizendo para você, comentando que você colocou: não faz sentido você ter um licenciamento para dois empreendimentos, que têm suas características específicas. Aquilo, no caso do Estado de São Paulo, no Rodoanel, na região metropolitana, começou um único licenciamento para todos no Rodoanel, e depois o Ministério Público entra. Isso lá no começo dos anos 2000. Fragmenta em quatro licenciamentos, o que tem problema, mas o que tornou mais visíveis os impactos em quatro trechos que tem vida própria, ou seja, se outro trecho for licenciado, o trecho seguinte não for licenciado, o trecho anterior tem vida própria, ele se basta porque liga rodovias não precisa ter o Rodoanel todo, entendeu? Então, o licenciamento ambiental está baseado nessa lógica, tem que licenciar um projeto que vai ter uma vida própria. Enfim, é, portanto, um estudo de impacto ambiental só para dois empreendimentos é uma coisa muito estranha.

Pequisadora: Os discursos geralmente são uniformes e são os mesmos? Como aqueles primeiros pontos que você havia colocado no início da nossa conversa, que vai gerar emprego, vai gerar desenvolvimento, as pessoas vão viver melhor, esses discursos costumam ser uniformes? Da empresa para comunidade, do empreendimento para comunidade, há um discurso unificado?

Evandro Moretto: Ah! Considerando outros casos também... Ah! Eu acho que sim. Aí sim, discurso da empresa, e a empresa não é só empresa, eu acho. É empresa, e grandes hidrelétricas, elas são empresas, mas são quando elas vão para um lugar, elas ainda não foram para leilão, então, quem é o responsável ainda, aí, é o governo. O governo que é o responsável a empresa ainda é o governo, normalmente EPE. Neste momento que a gente vive, mas aí empresa e o empreendedor. O governo é o empreendedor neste momento. A empresa de consultoria dando suporte ali técnico, o discurso uníssono, se reproduz lugares, esse discurso se reproduz em um pacote. Óbvio que ele vai se adaptar em função de elementos que existem na localidade, essa localidade tal mais relacionada com pesca, essa localidade está mais relacionada com problemas de povos indígenas. Vai gerar impacto em grupo é quilombolas. Em povos quilombolas, em povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, beiradeiros, sei lá, vai adaptar. Mas, eu acho, que a tônica sempre é a mesma, acho que é sempre a mesma. É no final das contas, Clara, e aí nesse Podcast que eu falei para você, tem a fala de algumas pessoas. A jornalista Giovana, esqueci o sobrenome dela agora, ela entrevista algumas pessoas e eu sugiro que você escute todos porque eles são tristes, mas o trabalho dela é primoroso na minha opinião. Cada vez mais o jornalismo está se tornando importante, é o *Observatório da Mineração*, é *InfoAmazônia*, cada vez mais essa turma, está que não é comum ao jornalismo de grande massa. É um jornalismo muito precioso, na minha opinião. Ela traz algumas pessoas na entrevista e tem um momento em que é o que está escutando, cada vez mais. No momento as pessoas chegam no limite e falam assim: - ah, então, você quer ficar desse jeito aí... sabe? Chega no momento e fala olha para Amazônia. Fala: então, as pessoas querem ficar igual elas estavam em 1500? Essa é uma fala absolutamente perversa. Por todos os motivos, não tem nada de bom nessa fala. Ela assume que a Amazônia é uma coisa só que todo mundo é igual, ela assume que a cosmovisão dos povos originários, é uma cosmovisão ultrapassada porque eles ainda não chegaram, não entendem que não precisamos seguir a mesma trajetória, enfim, ela é toda errada. Só que ela sustenta entender; que ela parece porque ela que está no discurso pasteurizado que vai para todo lugar. É o discurso do mito do desenvolvimento que para desenvolver Rondônia, Porto Velho, vocês precisam seguir essa trajetória de grandes empreendimentos que nada mais é do que uma falácia para se apropriar dos recursos que existem na localidade, que, no final das contas, e aí, eu também acho, que é, por exemplo, o governo Bol-

sonaro é muito sincero quando ele diz ele está dizendo a verdade, ele fala que a Amazônia, para ele, é um repositório de recursos naturais que precisam ser explorados. Ele não está mentindo! Ele está falando a verdade. Para ele, a verdade é abominável, mas, nesse momento, eles têm o “sincericídio”.

Pesquisadora: Não tem filtro.

Evandro Moretto: É isso. Então, este elemento resgatado, eu falei esse caso, citei o Podcast das pessoas que foram entrevistadas porque acho que esse espírito se reproduz no garimpo, numa barbárie, ele reproduz no caso da morte do Dom e do Bruno, reproduz nas grandes hidrelétricas. É isso, nos avanços das fronteiras, e eu acho que a Amazônia, ela volta a ocupar esse imaginário, de uma maneira, muito declarada da década de 70 quando a gente tem Sudam, fazendo, propagando de que a Amazônia é um lugar que devia ser, e está no lugar da barbárie e que precisa ser domesticada. É isso que está nos folhetos da Sudam nas décadas de 70, e é essa visão que existe, e tudo, mais ou menos, varia em torno disso. Eu acho Clara que as coisas estão agora mais escancaradas porque a barbárie perdeu a vergonha, a vergonha que assumiu na década de 80. As pessoas da década de 80, porém, com a redemocratização depois com o *impeachment* do Collor, a barbárie foi para dentro do armário, as pessoas... e agora as pessoas estão saindo do armário a barbárie, esse armário... em todo mundo existe vários armários. Existem armários da barbárie, do fascismo... as pessoas não querem sair dali porque sentem seguras para dispor. Então é isso, e os discursos trazem um pouquinho dessa barbárie.

Pesquisadora: Sim! Professor, quero agradecer, muito.

Evandro Moretto: Desculpe eu me levar por esses caminhos, mas, eu acho que é um assunto fascinante, e, infelizmente, ele nos fascina desse jeito.

Pesquisadora: É, eu só tenho a agradecer, por sua prontidão, disponibilidade, de participar de nossa pesquisa.

Célio Bermann

Currículo Lattes: Doutorado em Engenharia Mecânica, na área de Planejamento de Sistemas Energéticos pela FEM/Unicamp - Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas (1991). Mestrado em Engenharia de Produção, na área de Planejamento Urbano e Regional (1978) pela Coppe/UFRJ - Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado pela FAU/USP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1975). Atualmente é Professor Associado III (Livre Docente) - ref. MS-5 - RDIDP no Instituto de Energia e Ambiente (antigo Instituto de Eletrotécnica e Energia) da Universidade de São Paulo e coordenador do Grupo de Pesquisa em Governança Energética, certificado pelo CNPq. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Energia da USP (2015-2019). Tem experiência na área de Engenharia Elétrica, com ênfase em Energia e Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: política energética, planejamento energético, alternativas energéticas, energia e sociedade e sustentabilidade energética. É autor de diversas publicações, entre as quais os livros *Energia no Brasil: Para quê? Para quem? - Crise e alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Ed. Livraria da Física/FASE, 2002; *As novas energias no Brasil: Dilemas da inclusão social e programas de Governo*. Rio de Janeiro: FASE, 2007. Certificado pelo autor em 11/07/2022

Entrevista

Célio Bermann: Nós estávamos falando... (Interrupção).

Pesquisadora: De quem montou esses boletins e o que acontece, lá, no Projeto Básico Ambiental, dentro do Projeto Ambiental, quando eles vão apresentar os projetos para a comunidade, tem o PCS – Programa de Comunicação Social, que é um programa que eles montam no sentido de fornecer informações para a comunidade, e, a partir disso, eles criaram um observatório ambiental. Eles recrutaram pessoas da comunidade, principalmente os mais jovens. Eles fazem um processo de formação. Instrumentalizam essa comunidade no sentido de oferecer recursos materiais como gravador, filmadora, curso de como fazer um boletim informativo, como lidar com essas questões jornalísticas, instrumentalizar a maneira que eles vão fornecer essas informações para a comunidade. Eles montam uma equipe jornalística digamos, assim, com pessoas da comunidade e eles vão produzindo o boletim, mas orientados pelo empreendimento.

Célio Bermann: Sei, mas essa empresa que foi contratada?

Pesquisadora: É, uma empresa que foi contratada por Jirau para fazer os cursos, fornecer cursos para essa comunidade que foi recrutada entre os próprios reassentados.

Célio Bermann: Sei, e essa energia sustentável é o quê?

Pesquisadora: É o consórcio, que o inclui a Mitsui, Suez...

Célio Bermann: Eu não tinha essa informação, esse nome. Eu estive, Clara, na região em 2014, eu fui logo depois da grande enchente, que teve em fevereiro, março de 2014, você deve ter o registro do que ocorreu. Eu fui chamado pelo Ministério Público Federal para consti-

tuir um grupo de especialistas para analisar a consequência das duas obras de Jirau e Santo Antônio em relação a todos os problemas que ocorreram em consequência. Minha avaliação, o que aconteceu naquela época já era consequências das mudanças climáticas, quando em função do derretimento da vertente Oriental dos Andes. A água toda foi para a bacia do Rio Madeira, e aconteceu aquela inundação, que foi terrível para população ribeirinha, para o Estado de Rondônia e para a Bolívia, que também sofreu as consequências das inundações.

Pesquisadora: O Acre também.

Célio Bermann: O Acre também! Essa situação eu tenho conhecimento, principalmente dessa época, mas eu não tenho informações mais recentes, então, eu vou antes fazer algumas perguntas em relação a sua pesquisa. Eu estou vendo que a referência é em relação ao que aconteceu com a população, Distrito de Mutum?

Pesquisadora: Sim!

Célio Bermann: Do reassentamento, *né?* Do deslocamento compulsório, é um termo mais adequado, para a chamada Nova Mutum, que ficava 60 km do antigo local que a população residia é isso?

Pesquisadora: Sim.

Célio Bermann: Deve ter causado para a população, uma situação muito complicada, muito difícil. Eu queria que você me contasse os principais conflitos que você acompanhou, para eu poder, em função disso, ter uma atenção maior ao discurso da empresa.

Pesquisadora: Certo, essa parte de análise dos boletins que eu analisei de 2010 a 2019, já foi feita. A gente percebe que o discurso da empresa estava um tanto voltado para questões de sustentabilidade. Quanto mais se tinha repercussões negativas, mais a empresa reforçava nos boletins informativos essa questão de que era uma empresa que estava preparada para lidar com os impactos ambientais que estavam tentando compensar com o desenvolvimento sustentável da região. Promovendo propagandas de que iam ter um retorno financeiro, que as pessoas iam viver melhor, que as casas que eles estavam proporcionando eram casas melhores do que as que eles tinham. Por exemplo, uma das principais queixas que até hoje, se você for à comunidade de Nova Mutum Paraná, eles vão se queixar da falta de um balneário, apesar de terem feito um clube para lazer dentro de Nova Mutum Paraná, o clube tem um custo alto que só quem tem acesso para pagar, ou são funcionários públicos da prefeitura que ganham um pouco melhor, ou são funcionários das usinas.

Célio Bermann: Tem uma questão, que, você já se perguntou por que aquela usina hidrelétrica cujo projeto é bem antigo chama Ji-Paraná. Por que Ji-Paraná? Qual razão de Ji-Paraná? É claro que o rio em que foi construído a usina, mas o rio não tem esse nome, pelo que tenho conhecimento e me parece que uma das questões que acabam fazendo com que se atribua a referência Paraná para a região de Rondônia é a migração de paranaenses.

Pesquisadora: Sim, tem muito aqui.

Célio Bermann: Foi muito gaúcho, mas foi muito paranaense para a região, isso acaba fazendo com que eles procurem uma identificação na nomenclatura para, de alguma forma, poder no inconsciente simbolismo tratar dos conflitos que eles geram, que eles fazem. Então, eu

penso, e tenho para o seu trabalho algumas questões que elas estão muito presentes no discurso empresarial, principalmente em empresas cujo projeto gera perdas. Eu nunca falo em impactos, nunca, porque nós estamos falando de perdas, prejuízos, sofrimentos e outras formas da gente qualificar aquilo que a população sofre com as consequências de um empreendimento de grande porte que acaba definindo o abandono territorial, a desterritorialização, todo, não só em aspecto físico, mas cultural que a população acaba sofrendo, então, eu parto desse ponto. Nós estamos tratando de privações, nós estamos tratando de abandonos, nós estamos tratando de perdas, nós estamos tratando de expropriação, nós estamos tratando de expulsão, e isso a empresa precisa qualificar de outra forma! É uma questão antes de tudo ideológica de fazer com que a realidade de vida pelas populações passe a ser entendida na visão delas e não da empresa. Quando eles fazem isso, eles fazem um segundo movimento que é descaracterizar aquela população como conhecedora, sabedora das relações que elas tinham e procuram manter com o meio ambiente. Então, o programa de educação ambiental para uma população que sabe quando pode pescar, quando pode plantar, porque ela tem esse conhecimento, é de um absurdo do ponto de vista lógico racional, e deve necessariamente ser exposto em uma tese de doutorado, que é o que você está querendo ou que está pretendendo fazer. A negação do conhecimento faz parte das estratégias, nega-se que uma população tenha conhecimento da sua realidade e transfere ou procura através desses jornaizinhos, boletins ou procura de todos os programas de conscientização, de educação, procuram transferir para essas populações a sua visão e condenando o esquecimento ou procurando condenar o esquecimento a visão da realidade, a percepção que a população tem. Então é essa, na minha avaliação, o sentido dessas peças que você está trabalhando.

Pesquisadora: Professor, você percebe que esse discurso é repetitivo nas outras grandes usinas que já foram construídas que você acompanhou? O processo é parecido com esse?

Célio Bermann: Ela é, como eu disse, a gênese dessa forma. Dessa forma de relação da empresa com a população, ela sempre esteve presente de forma mais dissimulada muita das vezes. Em outras, sem dissimulação nenhuma, evidentemente transparecida, e se repele, ela é recorrente porque se trata de você caracterizar a obra que você está querendo estudar como um grande empreendimento deveria ser, isso envolve todos os projetos, inclusive os de usinas hidrelétricas, seja[m] elas com suas características próprias, porque ela desterritorializa as populações, por ocupar com reservatórios área que antes elas viviam. Então é essa a situação concreta de uma usina hidrelétrica [que] difere de uma outra obra de infraestrutura, por exemplo, uma estrada, que também desterritorializa por outras razões. Como você vai em uma situação de conflito, de perda... Como a empresa e todas elas vão reagir, ou como elas vão reconstruir a vida dessas pessoas através da mesma prática? A primeira ação é desconsiderar, o aspecto da cidadania daquelas pessoas. O segundo passo é desconsiderar o seu saber, o saber que é inerente a sua vida, as suas populações. São populações pobres? Sim! São populações pobres! São populações com pouca cultura no sentido objetivo, educacional? Sim, são pessoas que não tiveram acesso a uma educação minimamente aceitável. Mas essas pessoas, elas constituem grande parte da população brasileira, grande parte da população que não teve aquilo que falta em nosso país. Ainda quando a gente fala de desterritorialização com reforma agrária que garantisse a existência física, econômica das populações, meeiros, posseiros, invasores se quiserem chamar assim, assalariados, todos eles vivem da terra sem ter a propriedade da terra que a reforma agrária garantiria. Nossos governos, nos últimos governos do PT o avanço necessário também foi rescrito, nesse sentido, tinha sido criado ministério, ele tinha um nome, mas ele tratava fundamentalmente com a questão agrária, eu não me lembro agora o nome do ministério que tinha sido criado. Mas ele pouco avançou na reforma agrária como ela deveria ter sido estabelecida no nosso país, deveria ter sido estabelecida, então, essa situação, não

vamos falar dos nossos últimos desgovernos, tanto Temer como esse genocida, se quiser colocar na sua tese de doutorado que o professor Célio Bermann sugeriu ao atual governo em agosto de 2022. Eu espero que a partir de janeiro do ano que vem não seja mais ele, mas se quiser chamar genocida, pode dizer, pois você tem todo direito e autorização dada por mim. Mas a ausência de uma reforma agrária cria essa situação para todas as empresas de grandes infraestruturas são tratadas da mesma forma, umas com recursos maiores para poder montar as peças... Então, essa situação que você perguntou se ela é repetitiva, né? Então, ela é recorrente, e ela se assenta neste contexto descrito.

Pesquisadora: O que acaba o Estado beneficiando as empresas mais uma vez. Porque se as pessoas não têm a propriedade da terra e a gente ainda tinha um conceito territorial patrimonialista, as empresas acham que pode dar o que acha que tem que dar para as populações que são deslocadas.

Célio Bermann: Aí a questão que você está querendo focar precisa ter cuidado, porque a relação entre qual o papel do Estado ou do poder público e da empresa, principalmente das usinas hidrelétricas, sempre acabou criando uma situação de grande complexidade, porque a empresa acha que as questões sociais não cabem a ela resolver, e sim que cabe ao Estado. O Estado ao fazer uma licitação de uma obra através de toda normatização que hoje ainda existe, e que está cada vez mais frágil, que é o período do licenciamento, as condições, a existência daquela obra é assegurada pelo poder público, ela procura assegurar e é sempre motivo de conflito. Por que eu preciso construir uma estação de tratamento de esgoto para Porto Velho? Porque eu preciso construir um hospital, um ambulatório para a população de Nova Mutum, vou chamar agora Nova Mutum Paraná, é, porquê se isso é uma tarefa, é um papel que o Estado deve fazer, não eu. Eu produzo energia elétrica, eu benefício a população principalmente depois que as usinas de Jirau e Santo Antônio, foram conectadas ao sistema interligado nacional, que demorou muito. Eu me lembro da época em que as obras avançavam já tinha todas as máquinas instaladas, equipamentos eletromecânicos instalados e empresa entrava com uma ação reclamando que o sistema de transmissão não estava resolvido, instalado, estava ainda em construção e vinha essa história toda. E aí penalizou nós, a União, com as perdas comerciais resultantes dessa falta de planejamento porque a obra das duas usinas ela teve, do ponto de vista do planejamento, uma situação quase chamada de falimentável. O planejamento energético faliu com as obras, as evidências são, por exemplo, ter sistemas de transmissão para possibilitar que a energia que estava sendo gerada chegasse ao sistema interligado nacional. É disso que se trata, em função desse contexto que descrevi, esse é o aspecto recorrente da relação que se estabelece entre empresa e populações.

Pesquisadora: Professor, o senhor acha que é possível construir usinas com políticas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis?

Célio Bermann: É, tenho vários colegas da academia que procuram, “Ah! que as hidrelétricas da Amazônia é um problema, mas é energia limpa, renovável, barata...”, quer dizer, a academia também repete as mesmas ladainhas de ser limpa. Como chamar de limpa uma energia que destrói vidas, destrói economias, destrói a vida de populações, como chamar de limpa? “Ah, mas a gente pode eventualmente fazer de outro modo, me diga um exemplo em que foi construída uma usina para geração de energia elétrica que fosse ambientalmente sustentável e com justiça social?” É inerente. A obra civil, ela é inerente a uma situação de conflito, e esse conflito pode ser resolvido, reduzido? Pode, mas isso significa dar o valor monetário suficiente para quem sofrem as consequências da sua implementação, e isso acaba destruindo o custo de investimento e chega a ser tão alto por ser feito de forma correta, coisa que não é, mas, se

for feito, vamos fazer de uma forma correta. O custo de investimento passa a ser tão alto que inviabiliza economicamente a produção de energia, então, isso nunca vai acontecer na minha opinião.

Pesquisadora: Eu vi agora no seu Lattes uma das pesquisas que tem desenvolvido é sobre pobreza e vulnerabilidade energética, *né?* Claro que está focado no Estado de São Paulo, mas o senhor já... (Interrupção).

Célio Bermann: A pesquisa você deve ter visto no Lattes é um projeto que eu estou desenvolvendo com o meu grupo de pesquisa em uma comunidade da periferia aqui da capital de São Paulo, mas eu tenho um projeto com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Contrataram minha equipe para desenvolver um estudo sobre pobreza energética na América Latina e no Caribe, então, eu estou estudando também outros países, e a equipe está desenvolvendo uma metodologia de identificação de aspectos multidimensionais da pobreza energética que não é apenas renda, que não é apenas acesso à energia, mas que envolve outros aspectos. Em função desses aspectos, definir prioridades de políticas públicas, isso já tem mais de 10 anos e tem sido objeto de pesquisa e de ação pública na Europa. A Europa definiu a vulnerabilidade energética como uma das prioridades, e no Brasil não tem nada que faça referência a essa questão, então aí, são sentidos do meu trabalho.

Pesquisadora: Fazendo a pesquisa agora, com o professor Artur, a minha formação é em psicologia, eu também descobri uma lacuna na área da psicologia relacionada a essas questões de impactos socioambientais, a gente não tem um instrumento que a gente consiga mensurar os impactos psicossociais dessas comunidades. A gente vê questões biofísicas, ambientais, mas com relação ao aspecto psicossocial... Eu, pelo menos, não encontrei instrumentos que conseguissem mensurar isso ou que fizessem parte de uma maneira mais explícita, por exemplo, nos estudos de impactos ambientais, nos relatórios de impactos ambientais, as coisas que são ditas, são muito superficiais, e não merecem o devido destaque como o senhor colocou no início da nossa conversa, que você não nomeia como impacto, você nomeia como perdas que extrapolam diversos âmbitos da vida de um ser humano, que é surpreendido por questões como essa.

Célio Bermann: Eu queria que você registrasse nessa nossa conversa, o que eu escrevi em um artigo. Mas, às vezes, a nossa memória acaba não permitindo que a gente lembre do que você está querendo dizer. Deixa eu abrir nessa aula aqui, você me permite? Eu vou dizer para você quais são os termos que eu penso que são importantes de você considerar, aqui olha, quando eu faço essa referência eu estou falando referência ao trabalho que, tanto eu como o professor Artur, a gente tem, nós dois, como referência que é o professor Osvaldo Savá Filho. Ele escreve em 2008 um artigo que se chama *Estranhas Catedrais, Notas Sobre o Capital Hidrelétrico, a Natureza e a Sociedade*, e, nesse artigo, o professor indica que a palavra impacto, ela se tornou meramente administrativa. Fica restrito ser utilizado os processos desse evento ambiental, mas ela é contraproducente em termos científicos e impeditivas para o avanço do conhecimento, tornando-se tão somente uma noção desviacionista. Em função dessa referência, eu sempre procuro e peço que abandone o termo impacto e substitua por perdas, prejuízos, danos, desastres, expulsões, expropriações, desaparecimentos, privações, ruínas, desgraças e destruições. É, nesse sentido, que me parece importante que a terminologia “impacto” possa ser apreendida. É claro que seu ponto de vista psicossocial, o que resulta na população do ponto de vista psicológico. Eu conheço alguns grupos que tem procurado fazer isso, tem um trabalho sendo desenvolvido em Altamira em ações atingidas pela obra do Belo Mon-

te, que trabalha com esses aspectos, não tenho agora a referência para *te* repassar, mas, sem dúvida nenhuma, é uma lacuna.

ANEXO

Anexo A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E BARRAGENS:
O mascaramento dos impactos

Pesquisador: Clara Miranda Santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 40575720.4.0000.5300

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.456.972

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa da aluna Clara Miranda Santos, discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, orientada do professor Dr. Artur de Souza Moret, intitulado "A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E BARRAGENS: O mascaramento dos impactos". Esta pesquisa tem como objetivo analisar o discurso construído pela empresa responsável pela Usina Hidrelétrica Jirau no Município de Porto Velho-RO, a fim de compreender como é operacionalizado o mascaramento dos impactos sociais e ambientais para a comunidade que recebe o empreendimento. Assim, o problema deste trabalho é tecido a partir de indagações sobre as possibilidades de prevalecer a viabilidade técnica das construções dos grandes empreendimentos mesmo diante de todas as inconformidades apresentadas por diversos relatórios técnicos. A pergunta deste estudo surge na tentativa de compreender como são produzidos os discursos dos empreendimentos dos grandes projetos de desenvolvimento, e como ocorre a operacionalidade e a instrumentalização dos mascaramentos dos discursos para comunidade que sofre a interferência do empreendimento para instalação da barragem. Para atingir os objetivos serão levantados os dados dos Boletins Informativos da Usina Hidrelétrica de Jirau desde a primeira edição de 2010 até a última edição de 2020, recorreremos a abordagem qualitativa, e por meio da Análise do Discurso os dados (Boletim Informativo) serão analisados em conjunto com outros documentos referentes a construção da Usina, tais como: Estudo de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, documentos judiciais, atas de reunião com a

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C
Bairro: Zona Rural **CEP:** 76.801-059
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-2116 **E-mail:** cep@unir.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 4.456.972

comunidade, arquivos dos jornais da imprensa local, e além disto, pesquisadores reconhecidos nas investigações desta temática serão entrevistados com o intuito de clarificar a leitura da análise dos dados.

"(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado)".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o discurso da empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Jirau no Município de Porto Velho-RO, a fim de compreender como é operacionalizado o mascaramento dos impactos sociais e ambientais para a comunidade que recebe o empreendimento.

Objetivo Secundário:

Categorizar os conteúdos veiculados por meio do Boletim Informativo de Jirau; Categorizar as publicações, documentos oficiais e outros informativos referentes a construção da Usina Hidrelétrica Jirau; Analisar as publicações, documentos oficiais e outros informativos referentes a construção da Usina Hidrelétrica Jirau; Constatar como os especialistas que estudam o tema percebem o discurso dos empreendimentos responsáveis pela construção; Compreender como, para quê e por quê o discurso é construído.

Os objetivos apresentados são:

- a. claros e bem definidos;
- b. coerentes com a propositura geral do projeto;
- c. exequíveis (considerando tempo, recursos, metodologia, etc.)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A) Os riscos de execução do projeto estão claros e bem avaliados pela pesquisadora, sendo assim apresentados:

Riscos:

Mesmo considerando que esse estudo tenha um risco de grau mínimo, por envolver a participação de seres humanos, a pesquisa atenderá os procedimentos éticos previstos na Resolução 466/2012

Endereço:	Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C		
Bairro:	Zona Rural	CEP:	76.801-059
UF:	RO	Município:	PORTO VELHO
Telefone:	(69)2182-2116	E-mail:	cep@unir.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 4.456.972

do Conselho Nacional de Saúde e da Resolução 510/2016 que trata de questões éticas a respeito de questões sigilosas e éticas nas pesquisas das Ciências Sociais e Humanas garantido o direito dos participantes da pesquisa. A colaboração dos participantes será voluntária, após contato inicial feito pela pesquisadora e apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Benefícios:

B) Os benefícios oriundos da execução do projeto justificam os riscos corridos, sendo assim apresentados: Contribuir com informações sobre o tema abordado de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir com informações no processo de fortalecimento das políticas de proteção ambiental, especialmente no que tange às populações ribeirinhas que são violentadas de todas as formas nos impactos gerados pelas construções de grandes barragens

C) Mesmo a pesquisa tendo riscos mínimos, a pesquisadora apresentou uma correta ação minimizadora/corretiva de todos os riscos.

(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Metodologia da pesquisa – adequada e presente.
- Referencial teórico da pesquisa – atualizado e suficiente para aquilo que se propõe.
- Cronograma de execução da pesquisa – está coerente com os objetivos propostos e adequado ao tempo de realização do projeto.

As entrevistas ocorrerão a partir de Janeiro de 2021.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos obrigatórios ao projeto:

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – presente e adequado.
- Folha de rosto – presente e adequada (está assinada pelo Reitor - à época- da Universidade Federal de Rondônia -UNIR).
- Projeto de pesquisa completo e detalhado – presente e adequado.

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C
Bairro: Zona Rural **CEP:** 76.801-059
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-2116 **E-mail:** cep@unir.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 4.456.972

d. Declaração de Compromisso da Pesquisadora Responsável – presente e adequada.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomendação de aprovação do protocolo.

Lembrete:

a. Todos os projetos submetidos ao CEP/NUSAU/UNIR são avaliados com base na Resolução 466/12, Resolução 510/16 (quando pertinente) e nas Normas Operacionais emanadas da CONEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Justificativa.pdf	01/12/2020 20:56:50	Elen Petean Parmejani	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1613032.pdf	30/11/2020 23:56:08		Aceito
Outros	RÔTEIROENTREVISTA.pdf	30/11/2020 23:48:18	Clara Miranda Santos	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	30/11/2020 23:44:08	Clara Miranda Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoD autorado.pdf	30/11/2020 23:42:26	Clara Miranda Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpdf.pdf	30/11/2020 23:39:31	Clara Miranda Santos	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaopesquisadora.pdf	23/11/2020 17:51:29	Clara Miranda Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C
Bairro: Zona Rural **CEP:** 76.801-059
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-2116 **E-mail:** cep@unir.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 4.456.972

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 11 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Elen Petean Parmejiani
(Coordenador(a))

Endereço: Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C
Bairro: Zona Rural **CEP:** 76.801-059
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-2116 **E-mail:** cep@unir.br